

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

DISSERTAÇÃO

As Comissões Federais de Saneamento da Baixada Fluminense
(1910/1933)

Adriana Branco Correia Souto

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

AS COMISSÕES FEDERAIS DE SANEAMENTO DA
BAIXADA FLUMINENSE

(1910/1933)

ADRIANA BRANCO CORREIA SOUTO

Sob a Orientação da Professora

Lúcia Helena Pereira da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Curso de Pós-Graduação Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

Nova Iguaçu, maio de 2016.

363.72098153

S728c

T

Souto, Adriana Branco Correia, 1974-

As comissões federais de saneamento da Baixada Fluminense: (1910/1933) / Adriana Branco Correia Souto. - 2016.

135 f. : il.

Orientador: Lucia Helena Pereira da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.

Bibliografia: f. 118-128.

1. Saneamento - Baixada Fluminense (RJ) - Teses.
2. Política pública - Baixada Fluminense (RJ). 3. Saúde Pública - Baixada Fluminense (RJ) - Teses. I. Silva, Lucia Helena Pereira da, 1963-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

ADRIANA BRANCO CORREIA SOUTO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ____/____/____

Prof.^a. Dr.^a Lucia Helena Pereira da Silva (UFRRJ)

Prof. ° Dr. ° Jean Sales (UFRRJ)

Prof. ° Dr.^a Maria Isabel de Jesus Chrysostomo (UFV)

A Daniel, Gabriel e Ana Gabriele.

Minha alegria, inspiração e apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e oportunidade de fazer parte de um curso de pós-graduação, num contexto tão complicado de acesso à educação de qualidade do nosso país. Agradeço também minha orientadora, Lúcia Helena, sua paciência, sua força e dedicação tornaram possíveis a conclusão deste trabalho. A meus filhos (Gabriel e Ana Gabriele) e marido (Daniel) pela compreensão, carinho e suporte, vocês são essenciais em todos os “processos” de minha vida. Aos professores, coordenadores e o secretário do Programa PPGDT por dedicar seu tempo e partilhar não só conteúdo, como também um pouco de si com os estudantes. Agradeço aos colegas da turma 2014, o desafio, as discussões, os cafés, os almoços, as confraternizações, cada um de vocês e suas especificidades foram essenciais a construção do conhecimento.

RESUMO

SOUTO, Adriana Branco Correia. **As Comissões Federais de Saneamento da Baixada Fluminense (1910/1933)**. 2016. 135p Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial). Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2016.

O objetivo deste trabalho é contribuir com a história de ocupação da Baixada Fluminense no estado do Rio de Janeiro ao analisar e descrever a atuação das duas Comissões Federais de Saneamento que intervieram neste espaço. Para isso foram analisados todos os projetos, estudos e concessões de saneamento, dessecamento, desde o Império até a década de 1940, cujo palco foi a planície do estado. O desenvolvimento do trabalho considerou as especificidades do contexto político no qual estiveram inseridas as comissões (1910 e 1933) e o ideário dos engenheiros na Primeira República. A Primeira e a Segunda Comissão Federal, além de importantes políticas públicas engendradas pela união, contribuíram na construção da Baixada Fluminense como região.

Palavras-chave: Baixada Fluminense, Saneamento, Políticas Públicas.

ABSTRACT

SOUTO, Adriana Branco Correia. **The Federal Commissions of Sanitation of the Baixada Fluminense (1910/1933)**. 2016. 135p Dissertation (Master Territorial Development). Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2016.

The aim of this work is to contribute to the history of occupation of the Baixada Fluminense in Rio de Janeiro to analyze and describe the actions of the two Federal Committees of Sanitation who have spoken in this space. For this, we analyzed all the projects, studies and sanitation concessions, visible, since the Empire until the decade of 1940, whose stage was the plains of the State. The development of the work considered the specific characteristics of the political context in which they were inserted the commissions (1910 and 1933) and the ideals of engineers in the First Republic. The first and the second Federal Commission, and important public policies engendered by the Union, contributed in the construction of the Baixada Fluminense region.

Palavras-chave: Baixada Fluminense, Sanitation, Public Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da Planície do estado e a divisão nas intervenções	22
Figura 2: Mapa com a divisão em duas seções de atuação da Primeira Comissão Estadual	29
Figura 3: Divisão da Planície do estado em seções Primeira Comissão Estadual	30
Figura 4: Planta do canal do Imbariê, exemplo de obstrução ocasionada pela passagem da estrada de ferro sem pontes e pontilhões com a vazão suficiente	69
Figura 5: O que era Baixada Fluminense para a Primeira Comissão Estadual	70
Figura 6: Mapa da Baixada Fluminense segundo a Primeira Comissão Federal	70
Figura 7: Mapa da Baixada Fluminense Segunda Comissão Federal de 1933	71
Figura 8: Mapa com as obras efetivas da Primeira Comissão Federal	73
Figura 9: Mapa das Quatro Baixadas, em destaque atual Baixada Fluminense	81
Figura 10: Tabela com a densidade demográfica dos municípios da Baixada Fluminense em 1934	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro de funcionários, engenheiros e técnicos da Primeira Comissão Estadual	28
Quadro 2: As propostas de trabalho da Primeira Comissão Federal em 1910	57
Quadro 3: Obras executadas em 1913 pela Primeira Comissão	65
Quadro 4: Trabalhos concluídos pela Primeira Comissão Federal	72
Quadro 5: Comissões e estudos que atuaram na planície do estado do Rio de Janeiro	89
Quadro 6: Bacias dos rios saneados	110

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo I	
Estudos e Comissões anteriores a 1910	19
Capítulo II	
A Primeira Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense (1910)	47
Capítulo III	
A Segunda Comissão Federal Saneamento da Baixada Fluminense (1933)	77
Conclusão	114
Bibliografia	118
Anexos	129

INTRODUÇÃO

Por ocasião do trabalho monográfico de graduação em História, fui desafiada por minha orientadora a estudar a Baixada Fluminense, local onde está inserido o Campus de Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e onde vivo. Ao construir aquele trabalho, que teve como título “Tabuleiro de Damas para um Jogo de Xadrez: Emancipação de Duque de Caxias vista por Nova Iguaçu através do Correio da Lavoura”, descobri que as fontes sobre a Baixada eram escassas. Para aquela pesquisa foi utilizado um jornal local “O Correio da Lavoura”, juntamente com as Atas de reuniões dos vereadores da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. O contato com fontes primárias foi inspirador e cresceu o desejo de colaborar de alguma forma para a construção da história da Baixada Fluminense.

Investigando o processo de ocupação da região deparei-me com as Comissões de Saneamento, responsáveis pelo dessecamento da maioria das terras da Baixada. Foi a partir da atuação destas Comissões, principalmente a de 1933, que a população de fato passou de forma acelerada a ocupar a Baixada. Depois do Saneamento, ocorrido nos anos 1940, acentuar-se-ia a dinâmica de periferização dos municípios que foram contemplados com as obras de saneamento.

Desta forma o objeto de investigação desta dissertação é a atuação das duas Comissões Federais de Saneamento na Baixada Fluminense, a de 1910 e 1933 respectivamente.

A Primeira Comissão foi instituída em 26 de fevereiro de 1910 sendo desativada em 30 de junho de 1916, passando, portanto, por três gestões federais. Seu principal objetivo era liberar o espaço próximo a capital federal para ser ocupado pela atividade agrícola. O trabalho daquela Comissão foi organizado para reunir estudos, mapas e demais informações sobre a área a ser saneada e elaborar um edital de concorrência pública para uma empresa privada fazer o dessecamento.

A segunda Comissão Federal foi instituída em 5 de julho de 1933, transformando-se rapidamente em 1936 em Diretoria. Semelhantemente a Primeira, a Segunda Comissão teve o principal objetivo também de liberar a região para o uso agrícola da terra, além de centralizar todos os levantamentos e estudos a respeito da Baixada Fluminense até aquele momento, com

o intuito de facilitar as informações aos técnicos para que fosse elaborado um projeto de ampla intervenção na região. Diferentemente da Primeira Comissão a segunda construiria os projetos, dirigiria e efetuaria as obras. Foi exatamente a amplitude de sua atuação que demandou a sua transformação em Diretoria, depois em Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS). Ambas as Comissões estavam alocadas no Ministério de Viação e Obras Públicas, sendo, portanto, duas comissões federais com os mesmos objetivos em momentos diferentes, as duas únicas que efetivamente intervieram, na esfera do saneamento, até as primeiras décadas do século XX, naquilo que atualmente se denomina de Baixada Fluminense e foi, subsidiariamente, responsável pelo processo de ocupação urbana na região.

A hipótese que permeia este trabalho é pensar as duas Comissões como única experiência institucional de política pública que elegeu e efetivamente atuou na região durante a primeira metade do século XX, ou seja, foi a única ação de política pública pensada para a Baixada até aquele período, e a atuação delas não só ajudou a delimitar territorialmente o que seria a região, como por meio delas viabilizou-se uma forma de leitura e ação do estado, já que as comissões serão vistas como repartição públicas dentro da administração pública. Dito de outra forma: as duas Comissões não só foram intervenções do poder público como definiram a absorção periférica da Baixada Fluminense.

As fontes necessárias para descrever e tentar compreender a atuação das Comissões de Saneamento na Baixada Fluminense foram encontradas no Arquivo do Estado, Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Hermeroteca (Biblioteca Digital da B. Nacional) e site da Presidência do Brasil.

No Arquivo do Estado encontramos alguns relatórios das Comissões Estaduais. A Primeira Comissão Estadual foi oficialmente organizada em 1894, o seu primeiro relatório de 1895 apresenta poucas informações. Questões essenciais não estavam definidas, como a impossibilidade de permanência do engenheiro chefe escolhido e o local de atuação da comissão, por exemplo. Somente no documento de 1898 encontramos descrições dos trabalhos de forma efetiva que contribuíram, ao lado de elementos complementares do relatório da Segunda Comissão Federal de 1933, para a construção panorâmica das intervenções estaduais.

No Arquivo Nacional encontramos o Relatório de Hildebrando de Góes, engenheiro chefe da Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense de 1933. O relatório foi “encomendado” pelo governo federal com o objetivo de sugestionar uma solução definitiva

(saneamento, dessecamento) para a região da planície do estado do Rio de Janeiro. Esse documento pode ser considerado como projeto inicial de um programa de política pública de “sucesso”. A junção do contexto político de centralização do governo Vargas associado ao momento de ascensão dos saberes técnicos dos engenheiros, fez da Segunda Comissão Federal de 1933 precursora do DNOS. O Departamento Nacional de Obras e Saneamento foi o resultado da transmutação da Segunda Comissão Federal em Diretoria, coroando um modelo de intervenção, que a partir da divulgação de suas obras foi aclamado como padrão nacional de saneamento.

Na Biblioteca Nacional encontra-se o Relatório de 1914, referente aos trabalhos da primeira Comissão Federal da Baixada do ano de 1913. Na Hermeroteca Digital da BN estavam digitalizados os relatórios do Ministério de Viação e Obras Públicas onde encontramos referências anuais aos trabalhos da comissão de saneamento de 1910 a 1930. Com relação ao site da presidência foram encontradas todas as mensagens dos governadores (presidentes) do Rio de Janeiro de 1892 a 1930. Essas fontes foram lidas e analisadas, fornecendo informações para a construção do contexto político/econômico do momento de constituição e do período de existência das comissões federais da Baixada Fluminense, principalmente tornando possível a construção dos antecedentes das Comissões Federais, inclusive a atuação das Comissões Estaduais.

A análise documental buscou entender as articulações políticas, os discursos legitimadores das intervenções e o imaginário técnico que permeava cada uma das comissões, não só as federais como as estaduais. Para dar conta do processo de constituição e atuação das comissões, este trabalho está dividido em três capítulos.

O objeto de estudos do primeiro capítulo foram as comissões que existiram antes da Primeira Federal, uma vez que o formato e o discurso utilizados não foram inovações ou “invenções” da gestão de Nilo Peçanha. Assim entendemos que apesar do desejo inicial desta pesquisa estar ligada ao estudo das Duas Comissões Federais, é necessário conhecer “seus antecedentes”. Desta forma, o primeiro capítulo apresenta todas as intervenções pensadas para a planície do estado, colocadas em prática ou não, antes da Primeira Comissão Federal.

O segundo capítulo trata da Primeira Comissão Federal, instituída em 1910. O objetivo desta parte será descrever a Comissão, o processo de constituição no contexto da Primeira República, ressaltando a política fluminense, demonstrando a importância dos Nilistas na existência da comissão federal, daí ser denominada por nós, como a Comissão de Nilo.

O Terceiro capítulo tem como eixo o relatório de Hildebrando, sendo uma espécie de memorial, o relatório consolida uma visão de território, no que concerne história, geografia e população, além de avaliação institucional do que foi produzido anteriormente, desta forma serão arroladas as intervenções que atuaram na planície do estado, principalmente nas duas baixadas (Guanabara e Goitacazes), durante o período entre as comissões federais, ou seja, de 1917 a 1932. A relevância de relacionar estas obras perpassa a hipótese do trabalho de que várias obras, estudos, concessões e comissões foram realizadas na planície do estado, mas somente as duas federais de fato atuaram na região que mais tarde seria definida como Baixada Fluminense.

O relatório da Segunda Comissão Federal de Saneamento de 1933 é nossa principal fonte e foi analisado como documento/monumento, termo utilizado por Le Goff (2012). Ao ser construído a partir do levantamento de mapas, estudos e contratos cujo objeto foi a região da Baixada esse documento tornou-se um monumento, sendo resultado de escolhas específicas (todos seus autores eram engenheiros) e seu conteúdo direcionado a defesa de uma centralização, ideário presente no governo Vargas. Da mesma maneira que um arco, um pórtico ou uma coluna, o relatório foi erguido através de “construtores” que buscavam uma legitimação social/profissional, ao defenderem um modelo de intervenção.

O desenvolvimento econômico foi um dos pilares do governo varguista e o aumento da produtividade e dos espaços aproveitáveis era primordial. Como documento o relatório cumpre um “papel justificativo”. Ao reunir estudos, projetos e análises feitas anteriormente na região da Baixada Fluminense foi identificada a ausência de solução efetiva, seja por ineficiência técnica ou pela falta de recursos, assim a Comissão justificou seu caráter centralizador abalizada na promessa de liberar definitivamente o espaço para ser apropriado pelo governo a fim de contribuir ao desenvolvimento nacional.

Ainda sobre o relatório, o fato de sua permanência e sua origem (no interior dos primeiros anos do estado Varguista) não foram desconsideradas, pois demonstram, principalmente na liderança de Hildebrando Araújo de Góes, que permanece em todas as transmutações da Comissão (Diretoria e Departamento) a “vitória” de uma leitura gestada ao longo de todo processo de constituição e atuação das comissões, defendida pelo engenheiro.

Góes reproduziu os principais conceitos que mobilizaram o pensamento social durante a ditadura em seu relatório, pois para o engrandecimento do país era necessário fortalecimento dos estados a partir das suas potencialidades econômicas

sob a gerência do poder central, tradutor e condutor do destino da nação. (SILVA, 2016, p.13)

A ideia de construção de leitura de uma região se deu porque entendemos que cada Comissão construiu uma imagem de Baixada, primeiro sertão, depois pântano insalubre, cinturão verde da capital, mas de alguma forma sempre pensada a partir da relação centro/periferia, neste caso o Distrito Federal. Tanto na formulação, como nas intervenções em si, o que norteava os projetos, na primeira e na segunda Comissão era a ideia de transformar a região em um lugar a ser apropriado pelo Distrito Federal.

O discurso utilitário em relação a Baixada esteve presente ao longo de todas ações das Comissões, seja na forma de apropriação, seja no domínio do território e na forma pensada de integração à cidade do Rio de Janeiro.

A região seria concebida como parte de uma totalidade política ou então como uma fração da paisagem, mas para além desta concepção, quando no posicionamos como seres componentes do próprio palavrado, região e fronteira são seres que se dão a conhecer na e pela linguagem. (SALES; FREITAG; STANCZYK FILHO, 2010, p. 44)

Na observação dos discursos construídos para dar conta das diversas intervenções na Baixada Fluminense, parte importante para a compreensão de suas formas é o próprio entendimento do que é a região. Foi através das intervenções, das Primeira e Segunda Comissões Federais, que podemos observar a conformação de uma região, seja como uma parte da planície fluminense, até parte única com identidade própria como é hoje.

Desta forma podemos entender os espaços desenhados geograficamente como foco de diferentes estratégias e as mais variadas formas de interpretação, podendo ser utilizados tantos para construir regiões, ou como foi o caso das Comissões, “[...] legitimar reivindicações de sua posse por determinado grupo.” (SALES; FREITAG; STANCZYK FILHO, 2010, p. 83).

Trata-se, nessa perspectiva, de historicizar as interpretações que tomam a noção de região e /ou identidade étnica como sendo naturais e inquestionáveis. Pois que devemos entendê-las como produtos humanos e, conseqüentemente, históricos. Compreende-las também como produtoras de visões de mundo, relações de força, de poderes, conflitos e resistência. Portanto devem ser submetidas ao diálogo, ao debate e ao questionamento crítico que o conhecimento histórico possibilita. (SALES; FREITAG; STANCZYK FILHO, 2010, p. 83 e 84).

Foram duas comissões que existiram em dois momentos políticos diferentes, ainda assim, tiveram alguma relação de continuidade, principalmente no objetivo de ambas ao

buscar ganhar terras para a agricultura em função do compromisso com as elites agrárias locais promovendo assim um desenvolvimento da região.

O desenvolvimento daquele território, criado e lido pelas Comissões, relaciona-se com a forma escolhida pelo Estado para intervir naquele espaço e suas articulações com as diversas escalas de organização administrativa. E esse conjunto de atuações do estado passa tanto pelo aparelhamento desse espaço como a relação com os seus atores sociais. (DELGADO; BONNAL; LEITE, 2007, p. 6). Sendo assim as Comissões objetivavam o dessecamento e saneamento para a agricultura, enquanto o estado visava um desenvolvimento para aquele território, articulando as demandas dos proprietários terras locais e a necessidade de apropriação e controle fundiário para a Baixada Fluminense.

As comissões serão analisadas como repartições públicas, isto é, espaços institucionais dentro da administração pública, o que significa dizer, que são locais de onde desenrola embates políticos e técnicos e a atuação delas depende em grande medida do conjunto de forças do momento. A ação das Comissões materializa a dicotomia levantada por Gomes (1994) entre o “problema político” e o “problema de organização”, própria do período estudado, onde os políticos são identificados a falta de preparo ou mesmo de probidade, enquanto os técnicos a neutralidade de um saber, que em última instancia levaria o país ao progresso. Essa forte tradição serve de pano de fundo ao entendimento da atuação das duas comissões.

CAPÍTULO I

Estudos e Comissões anteriores a 1910.

Para entender a atuação das Comissões Federais de Saneamento da Baixada Fluminense é necessário se reportar aos Estudos e Comissões anteriores, principalmente as Estaduais, devido a relação de continuidade existente entre as suas ações no território. A Primeira Comissão Federal de Saneamento da Baixada, criada por Nilo Peçanha em 1909, ao se utilizar dos estudos, do ideário de revitalização da região e até mesmo da chefia do engenheiro Marcelino Ramos da Silva, consolidou as práticas constituídas anteriormente nas comissões estaduais. (SILVA, 2014, p. 6). O mesmo ocorreu em parte com a Segunda Comissão Federal de Hildebrando de Góes, que aliás foi quem legitimou a divisão da planície do estado em quatro Baixadas, divisão realizada pela Primeira Comissão Estadual (1894).

Para descrever este percurso, ou seja, a atuação das Comissões anteriores, foram utilizados, privilegiadamente, as Mensagens de Presidente de Estado (governadores) do Rio de Janeiro de 1892 a 1917. Estas mensagens formaram um conjunto de referência para a construção do discurso oficial para a planície do estado ao descrever ano a ano a intervenção na região e leitura política que se tinha dela. Os relatórios dos trabalhos executados em 1895 e 1898 da Comissão de Estudos de Saneamento da Baixada do Estado do Rio de Janeiro produzido por Marcelino Ramos da Silva sobre a Primeira Comissão Estadual também foram utilizados como fontes para a constituição do histórico das intervenções, sendo as demais informações retiradas do relatório da Segunda Comissão Federal de 1934 escrito por Hildebrando de Góes, uma vez que este documento faz uma espécie de inventário das ações realizadas na planície do estado.

As comissões estaduais de saneamento eram repartições públicas, um espaço dentro da secretaria de obras públicas (que ao longo do tempo tiveram várias designações) sendo organizadas para atuarem na planície do estado do Rio de Janeiro. Em 1895 o Relatório do secretário de Obras Públicas e Indústria apresentou o organograma da repartição com duas seções técnicas. A 1ª Seção Técnica competia as estradas de ferro, a navegação, os portos marítimos e fluviais, as empresas subvencionadas pelo estado, os serviços telegráficos e telefônicos, as fábricas, as indústrias, as minas e os trabalhos geológicos. Já a 2ª Seção Técnica era responsável pelas obras realizadas nas pontes, a viação (rodovias), os edifícios

públicos (prisões, escolas, quartéis, postos sanitários), a imigração e colonização e desobstrução dos rios. Era na 2ª Seção Técnica que estava alocada a Primeira Comissão Estadual.

As comissões como repartições públicas deveriam se reportar, obrigatoriamente, ao secretário de obras públicas, através da apresentação de um relatório anual. Estes relatórios deveriam conter a descrição dos trabalhos efetuados, a relação de empregados, das despesas em geral, uma lista de maquinários e os projetos a serem concluídos, além de outras informações que engenheiro chefe considerasse pertinente.

A criação da Primeira Comissão Estadual foi o resultado de anos de disputas político/econômicas que giraram em torno das concepções sobre o uso e apropriação da planície do estado. Estas alterações foram acirradas em função da perda do status de polo econômico nacional, o estado fluminense havia sido considerado “a grande província imperial”, e em decadência econômica, as finanças do estado do Rio de Janeiro depois da Proclamação da República entraram em crise, agravada pela instabilidade política, a ascensão na balança comercial da agricultura paulista e mineira, cansaço das terras, abolição, etc. (FERREIRA, 1994, p. 8).

Uma análise das mensagens dos governadores do estado revela um conjunto de preocupações em torno das formas de superação da crise financeira. As teorias para alcançar esta superação foram as mais diversas, dentre elas estavam o aumento de terras cultiváveis, a diversificação de produção, o saneamento e dessecamento para liberar espaço a lavoura, a legalização das terras para aumentar a arrecadação de impostos territoriais, criação de novas indústrias, proteção das matas e reflorestamento. De acordo com a orientação político/administrativa/econômica de cada governador e seus compromissos que os levaram a liderança estadual, as proposições (policultura, saneamento, etc.) recebiam mais ou menos destaque, mas sempre estiveram presentes de alguma forma nas mensagens dos governadores no período analisado (1892 a 1907).

Durante mais de meio século¹ a região da planície do estado do Rio de Janeiro foi palco de intervenções que buscavam seu dessecamento e ampliação de sua produtividade agrícola. Desde os primeiros movimentos em direção ao saneamento, a forma e a construção das políticas que atuaram na região, estiveram sob a égide de uma elite agroexportadora que

¹ Se considerarmos o período entre o início construção do Canal Macaé Campos (1837) e a instituição da Primeira Comissão Estadual (1894).

comandou a política/administração/economia, ativamente no fim do Império e durante todo o período da Primeira República. Sendo assim explica-se que as primeiras obras na planície do estado ter acontecido no norte fluminense, principalmente Campos, local de origem daquela elite.

Dentro deste contexto de influência dos açucareiros do norte fluminense podemos observar uma disputa de forças políticas que atuavam dentro da administração do Estado do Rio de Janeiro, de um lado os campistas produtores de açúcar e de outro os demais grupos dominantes regionais, explicitando uma divisão na constituição das intervenções.

Assim podemos tentar compreender o porquê do norte do estado ter sido o palco escolhido para abrigar a primeira grande intervenção, ainda no Império, a construção do Canal Macaé / Campos com o intuito de beneficiar os produtores da região.

Este canal foi construído com a finalidade de facilitar o transporte entre Campos, Macaé e outros povoados em suas margens, além de substituir o porto de São João da Barra. Sua conclusão foi um processo longo e cheio de dificuldades com uma distância de 25 anos entre a autorização para a obra (1837) e sua inauguração (1862), sendo levado a termo com a utilização de escravos e sem ter empregado nenhum tipo de maquinário.

Sua construção foi autorizada pela Lei provincial de 19 de outubro de 1837. Só em 1844, porém, pela Lei Provincial nº 333 de 11 de maio, foi o Presidente da Província autorizado a executá-lo, dispondo de um crédito de reis 1.432:000\$000. Repartidos por 54 empreiteiros, iniciaram-se os trabalhos em 3 de março de 1845. Não havendo um projeto de conjunto, as diversas sessões ficaram defeituosas por falta de nivelamento. Para conseguir uma “grade” razoável, foi necessário todo o serviço a um só empreiteiro que corrigiu e concordou todos os trechos á de enormes acréscimos de escavação, sendo o canal entregue ao tráfego em 2 de dezembro de 1862. Apesar destas providências, ficaram incompletos os cortes do Alto Grande e do Alto de Manoel Domingues, em Quissama, que ainda hoje, reclamam aperfeiçoamentos. Seu traçado geral é o seguinte: Parte de Campos, onde é abastecido pelo Paraíba. Dirige-se para a Lagoa da Piabanha, onde recebe o ramal de João Duarte, que o alimenta com águas do rio Ururá. Atravessa esse rio e demanda, com nome de “Canal do Muxuango”, a lagoa de Jesus, após a qual atinge, sob a denominação “Canal do Louro”, o rio Macabu... (GOES, 1934, p. 140 e 141).

E

O canal apresentava a extensão de 105 quilômetros e foi construído com mão de obra escrava. Seu principal objetivo era escoar os produtos hortigranjeiros da lavoura e da lenha e transportar passageiros, além de dessecar os terrenos paludosos que eram responsáveis pelas cheias e propagação de doenças na região. (CHRYSOSTOMO, 2009, p. 13).

Após a construção do canal Macaé / Campos (1837 a 1861), a primeira concessão para estudar e intervir na planície foi dada ao Major Rangel de Vasconcelos em 1883, escolhido

pelo governo imperial para analisar as causas das febres palustres nas zonas banhadas pelos rios Meriti, Irajá, Pilar e Iguassu. A escolha deste espaço que geograficamente era mais próximo a capital federal (mais tarde nomeado como 1ª Seção pela Primeira Comissão Estadual), aponta para uma tensão político/administrativa em torno das intervenções que viria a permanecer até a Segunda Comissão Federal de 1933. Mesmo sem conseguir ao longo deste trabalho localizar o relatório e nem o contrato deste serviço, é razoável supor que desde o início os trabalhos de dessecamento da planície estiveram fracionados entre duas áreas do estado: as próximas ao distrito federal (1ª Seção; baixada da Guanabara) e norte do estado (2ª Seção; baixada dos Goitacazes).



Figura 1: Mapa da Planície do estado e a divisão nas intervenções. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1898, elaboração Própria.

Em abril de 1889 uma concessão foi dada ao engenheiro João Teixeira Soares e Joaquim Pereira dos Santos para a dragagem da Baixada Norte do estado a partir do Rio Macacu, sendo este renovado em 1891 e finalizado em 1897, sendo, portanto, coetânea da Primeira Comissão Estadual de 1894 em três anos (1894/1897). A concessão de 1889 foi dada ainda no império, sendo renovada na república, com a missão de fazer a “[...] dragagem e

drenagem das terras adjacentes em todos os pontos da baixada norte do Estado, desde o rio Macacú, inclusive [...]”, e o benefício de dispor de 80 anos de navegação do canal Macaé / Campos com direito sobre impostos de transito nos rios dragados. (GÓES, 1934, p. 264). O mesmo engenheiro que recebeu a concessão imperial foi nomeado chefe da Primeira Comissão Estadual, porque provavelmente já conhecia a região. No entanto, após 5 meses de investidura no cargo, ele pediu licença de três meses sem vencimentos para tratar de assuntos pessoais, mas não retornou a chefia, que foi assumida por Marcelino Ramos da Silva. Em 1895 o secretário de obras do estado, Augusto de Abreu Lacerda afirmou ter ordenado a suspensão dos trabalhos da Comissão Estadual na seção norte do estado fluminense por ter tomado ciência de um contrato ainda ativo na região que “[...] com o mesmo objetivo da actual Comissão, existe desde os últimos anos do Império [...] aos quaes caberiam as vantagens do imposto territorial garantido pelo Estado. ” (RIO DE JANEIRO, 1895, p. 34), demonstrando que havia algum impedimento político/legal na continuidade dos trabalhos sob a chefia do engenheiro Teixeira Soares sendo esse o responsável técnico pelo contrato de 1889 e ainda em vigor em 1894.

As obras realizadas na baixada dos Goitacazes (2ª Seção) tinham como lógica a manutenção da produção já existente na região e visavam sua conservação e ampliação, diferentemente da baixada da Guanabara (1ª Seção), que ainda buscava uma justificativa, economicamente viável, para os gastos públicos que seriam gerados pelas intervenções de saneamento e dessecamento, sua única vantagem era geográfica, a proximidade com o distrito federal. Essa questão aliada ao fato da Baixada Fluminense ser toda a planície do estado tornava os recursos liberados pelo poder público, para a intervenção na região, alvo de disputas. Para onde seria direcionado aquele investimento de capital, para a Baixada Fluminense próxima ao distrito federal e com pouca participação na arrecadação estadual ou para a Baixada Fluminense distante do distrito federal e agroexportadora? Um atenuante para essa questão foi a divisão realizada por Marcelino Ramos na Primeira Comissão Estadual e ratificada pela Segunda Comissão Federal em 1933, onde a planície foi repartida em quatro seções (baixadas). Assim podemos entender que ao dizer que “a baixada fluminense estava vazia e abandonada” essa referência não seria para toda a planície e sim ao espaço próximo a capital federal, buscando trazer para a baixada próxima da capital federal as possíveis intervenções.

A baixada descuidada que figura na construção do discurso oficial dos relatórios era a Baixada da Guanabara, estando desamparada pelo poder público e tendo seu potencial mergulhado no pântano insalubre no qual se transformou a região. Sendo assim foi para aquela parte da planície a criação do “discurso geral de abandono”.

Desde o primeiro governo estadual eleito em 1892 por José Thomaz Porciúncula até o mandato de Nilo Peçanha na presidência da república, em 1909, a trajetória do discurso de legitimação das obras foi desenvolvida pela via do abandono da região, ainda que variasse os motivos. Cada governo elegeu uma justificativa para o abandono, desde a abolição e/ou a construção das estradas de ferro, que mudaram a dinâmica econômica de entorno dos portos para próximo das estações de trem, passando pelas epidemias e a expulsão dos jesuítas no século XVIII, até a simples conjunção de todos esses fatores.

Construir a imagem da Baixada da Guanabara integrada ao “abandono e vazio” foi a opção escolhida pelos governos estaduais como forma de legitimar a construção do discurso de intervenção. Como exemplo disto há a mensagem à Assembleia Legislativa de Luiz Porciúncula, latifundiário, reafirmando seu compromisso com a classe a qual pertence, declarando a necessidade do aproveitamento de terrenos “não explorados” no estado.

Convida toda a vossa atenção o estudo do importante problema de cuja solução depende a sorte da lavoura, isto é, a vida do Rio de Janeiro. Não ha duas opiniões acerca da inadiável necessidade de ir em socorro de extensos e importantes estabelecimentos ruraes, hoje quasi abandonados uns, e outros reduzidos ás perda de grande parte da producção, pela carência de braços; nem tão pouco torna-se preciso demonstrar os fenômenos econômicos que, repercussão do desastre **da fortuna particular**, virão reduzir as rendas do Estado.

Amparar o que ainda existe e promover o aproveitamento de terrenos não explorados ou que apesar de abandonados podem prestar-se a gêneros de cultura diversa, eis quanto, parece-me, exige a classe agrícola para salvar seus avultados capitaes, quasi a riqueza do Estado. (RIO DE JANEIRO, 1892, p.17, grifo nosso).

Foi durante o mandato de Porciúncula como governador que em 1894 foi instituída a Comissão de Estudos do Saneamento da Baixada do Estado do Rio de Janeiro, para nós a Primeira Comissão Estadual, através da lei de 10 de outubro do mesmo ano. Segundo Fadel (2006), a lei 71 de 10 de fevereiro de 1894 permitiu ao estado abrir o crédito necessário para as obras (Rs. 500.000\$000) com o compromisso do governo em organizar um estudo que pudesse direcionar como e onde as obras deveriam começar. As orientações para a constituição da Primeira Comissão Estadual foram dadas pelo decreto 128, composto de 22 artigos.

Os objetivos da Comissão foram descritos nesses artigos que abrangiam os seguintes pontos:

- Fazer um levantamento das condições econômicas (produtivas) da região bem como sugerir opções para a máxima extração destas potencialidades;
- Confeccionar mapas sobre as principais bacias da região e seus locais mais propensos aos alagamentos;²
- Efetuar estudos para montar uma planta marinha e desenhar a área de mangue;
- Fazer serviços de nivelamento onde fossem executadas as obras;
- Produzir um mapa mareográfico;
- Fazer a sondagem de natureza geológica do que seria todos os distritos da baixada do estado, fora a capital federal;
- Produzir um relatório com todos os dados demográficos, de produção e suas áreas de concentração;
- Estudar o tipo de solo, os respectivos produtos para ocupá-los e o que já estava sendo produzido deveria ser analisado a melhor maneira de expandi-lo após o dessecamento;
- Regularizar os terrenos para possíveis cobranças de impostos;
- Fazer um mapa completo e geral com os limites de cada município, suas bacias, seus meios de transporte e localização dos principais povoados e construir uma planta “especial e detalhada” de todas as propriedades da planície do estado, seu estado de conservação, o que estavam produzindo no momento da intervenção e que tipo de obra seriam realizadas em cada seção.

A Comissão em meio a todas essas atribuições não poderia perder de vista seu principal objetivo, “[...] o aproveitamento de rios e canais para a navegação e irrigação.” (GÓES, 1934, p. 318 e 319).

Todos estes objetivos da Primeira Comissão Estadual formavam uma síntese das necessidades expressas, tanto pelo Estado, como por uma elite agroexportadora, de maximizar o uso da planície do estado fluminense. Cada artigo parece ter sido inserido a partir das demandas acumuladas por décadas de abandono público, principalmente em se tratando da baixada da Guanabara e necessidade de expansão para além dos pântanos, no caso da baixada de Goitacazes.

² Neste ponto é importante observar que até esse momento não há referência as estradas de ferro e ao agravamento da situação sanitária na baixada da Guanabara, pois foi a partir das observações dos engenheiros desta comissão que essa relação começou a ser utilizada de maneira direta.

A fração da planície que corresponde a baixada da Guanabara foi ocupada através de três formas adotadas no Brasil para a propriedade da terra no período anterior a 1946: a sesmaria; a propriedade plena (Lei de 1850) e a posse. Esta última passou a ser reconhecida como prática comum pelo estado, sendo facilitada pelo modelo agrícola utilizado, cuja característica era a instabilidade da permanência do agricultor em função da (in) fertilidade do solo. Assim após ser abandonada, devido ao cansaço das terras, entres outros fatores, uma grande fazenda poderia ter sua extensão legalizada ou ser subdividida, passando para as mãos de “posseiros”.

A Lei de 1850 não atingiu um dos seus objetivos básicos, que era a demarcação das terras devolutas, ou, como se dizia na época, a discriminação das terras públicas e privadas, primeiro obstáculo a ser vencido na implementação de uma política de terras. Isto ocorreu principalmente por dois motivos: em primeiro lugar, a regulamentação da lei deixou a cargo dos ocupantes das terras a iniciativa do processo de delimitação e demarcação, sendo que somente depois que os particulares informassem ao Estado os limites das terras que ocupavam é que este poderia deduzir o que lhe restara para promover a colonização; em segundo, a lei não foi suficientemente clara na proibição da posse, pois, embora isto estivesse contido no artigo 1º, outros artigos levavam a supor que a “cultura efetiva e a morada habitual” garantiriam a permanência de qualquer posseiro, em qualquer época, nas terras ocupadas. A combinação desses dois elementos fez com que a lei servisse, no período da sua vigência e até bem depois, para regularizar a posse e não para estancá-la. (SILVA, 1997, p. 17).

Um dos mais complexos objetivos da Primeira Comissão Estadual estaria a tentativa do estado de demarcar e distinguir as propriedades em uso e as que fariam parte das terras “devolutas”³. Estas “intenções” estavam descritas nos artigos de 8º a 12º do decreto 128 que instituiu a Primeira Comissão Estadual, ressaltando que uma das possibilidades almejadas pelo trabalho deveria ser a de tentar organizar/dominar a estrutura fundiária da planície do estado.

Outro desígnio da Comissão era fazer um inventário da produção local, levando em consideração a divisão de quatro baixadas. A baixada dos Goitacazes contava com um histórico de produção para exportação, enquanto a baixada da Guanabara com plantio de

³ O regime de concessão de sesmarias foi transplantado da metrópole para a colônia e consistia na doação gratuita de terras em abundância a quem possuísse os meios para cultivá-la. Na sua concepção original, a doação de sesmarias objetivava solucionar uma crise de abastecimento no reino português. A América portuguesa esteve indissolavelmente ligada à produção do açúcar colonial que, como se sabe, visava a exportação para os mercados europeus. Mesmo sendo um regime que favorecia a constituição da grande propriedade, o sistema sesmarial teve uma preocupação acentuada com a utilização produtiva da terra, expressa na cláusula de condicionalidade da doação, atrelada ao cultivo da terra. Esta cláusula dispunha que o sesmeiro (aquele que recebia a terra) tinha cinco anos para torná-la produtiva, devendo esta retornar ao senhor original (a coroa portuguesa) caso esta exigência não fosse cumprida. Este é o sentido original do termo terras devolutas – terras concedidas e não aproveitadas que retornavam ao doador. (SILVA, 1997, 16).

gêneros para o mercado interno. Dinâmicas e estruturas produtivas diferentes sob o mesmo objetivo. Essas diferenças refletiam-se na forma como o estado socorria os produtores, onde o grande proprietário monocultor de café ou açúcar, tendo maior importância na economia tinha acesso aos recursos e subsídios em detrimento do pequeno produtor e o de subsistência, como afirma W. Dean, “Um enorme prestígio era associado aos cultivadores de safras de exportação; nenhum aos cultivadores de safras de consumo interno; uma escala colonial de valores que não foi reordenada pela independência política.” (DEAN, 1996, p. 208).

O problema não era estar desocupada era estar em parte subocupada com o tipo de cultura que não coadunava com a visão econômica do período e que não oferecia ao estado retorno financeiro suficiente para justificar uma intervenção. Desta forma inferimos que o discurso do “abandono”, do lugar de “doença” e insalubre foi articulado de modo a valorizar aspectos negativos (mosquito, doença, pântano, vazio demográfico) e partindo destes atrair uma elite agroexportadora para as características positivas do saneamento da região (liberação de novas terras, rede de transportes já estabelecida e proximidade a capital federal) que tornassem interessante o direcionamento de recursos para melhorar suas condições.

Novas culturas essencialmente nacionais podiam ser ensaiadas em grande escala e com vantagem para os produtores, si estes se aplicassem ao cultivo das diversas plantas com inteligência e diligencia. Taes são, para exemplo, o gengibre, o lupulo, a baunilha, o cacáo que tem na Europa e nos Estados Unidos amplo mercado e preços excessivos! A baunilha vende-se á razão de 15 a 16 dollars por libra. Um alqueire de terra pôde conter cinco mil pés de baunilha que podem produzir duas e meia toneladas. (RIO DE JANEIRO, 1902, p. 109).

O estado via na grande propriedade uma forma de gerar excedentes necessários para que toda a planície do estado, principalmente a baixada da Guanabara contribuísse ainda mais com a tentativa de superar a crise financeira estadual e quiçá o crescimento econômico do país, “ Só a Baixada pôde produzir arroz em quantidade tanta quanta seja necessária para abastecer todo o Brazil. ” (RIO DE JANEIRO, 1902, p. 108). A ambição era dominar o espaço para resolver um problema de terras cansadas para a produção e, segundo a política econômica naquele momento, transformar os terrenos alagados em um cinturão verde de alta produtividade para a agricultura que poderia contribuir tanto para o mercado interno como potencializar produtos para a exportação.

Segundo o relatório de 1898 produzido por Marcelino Ramos, na prestação de contas dos trabalhos realizados pela Primeira Comissão Estadual, entre 1 de julho de 1897 e 30 de junho de 1898, esta empregou 2387 pessoas, sendo que 438 participavam de estudos e 1949

trabalhavam na execução das obras. Nesse documento foi descrito um quadro informando como e quando foi utilizado recursos recebidos e a relação de todos o maquinário da Comissão, desde os pertencentes ao escritório até as dragas e saveiros da empresa francesa contratada para a dragagem. Essa forma de apresentação era obrigatória, indicando que a comissão prestava contas como um espaço da administração pública, como já dito.

A Primeira Comissão Estadual foi dividida em três seções (quadro abaixo) que controlariam a atuação da repartição: um escritório central onde estaria o engenheiro chefe, um chefe de seção, um auxiliar técnico, um escriturário e um desenhista (cujo principal objetivo era confeccionar os mapas com as informações coligidas em campo); a primeira seção era composta um chefe e dois engenheiros de 2ª classe e abarcava o recôncavo da baía da Guanabara e o sul da planície e a segunda seção composta de um engenheiro de 1ª classe e três auxiliares técnicos, atuando na região norte.

Quadro 1: Quadro de funcionários, engenheiros e técnicos da Primeira Comissão Estadual. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1898, p. 7.

Nomes	Categorias
Escritório Central	
Marcelino Ramos da Silva	Engenheiro chefe
José Joaquim Alves de Barcellos	Chefe de seção
Angelo Miranda Freitas	Auxiliar técnico
Americo de Castro	Escriturário
Léon Lécureux	Desenhista
1ª Seção	
Firmino A. Lins de Vasconcellos	Chefe de seção
Mario Aurelio da Silveira	Engenheiro de 2ª classe
Augusto Alves Pereira de Melo	Engenheiro de 2ª classe
2ª Seção	
Eduardo de Alvarenga Peixoto	Engenheiro de 1ª classe
Fidelis Alves de Barcellos	Auxiliar técnico
José Carlo de Soutto Barcellos	Auxiliar técnico
Oscar Borges da Silva	Auxiliar técnico

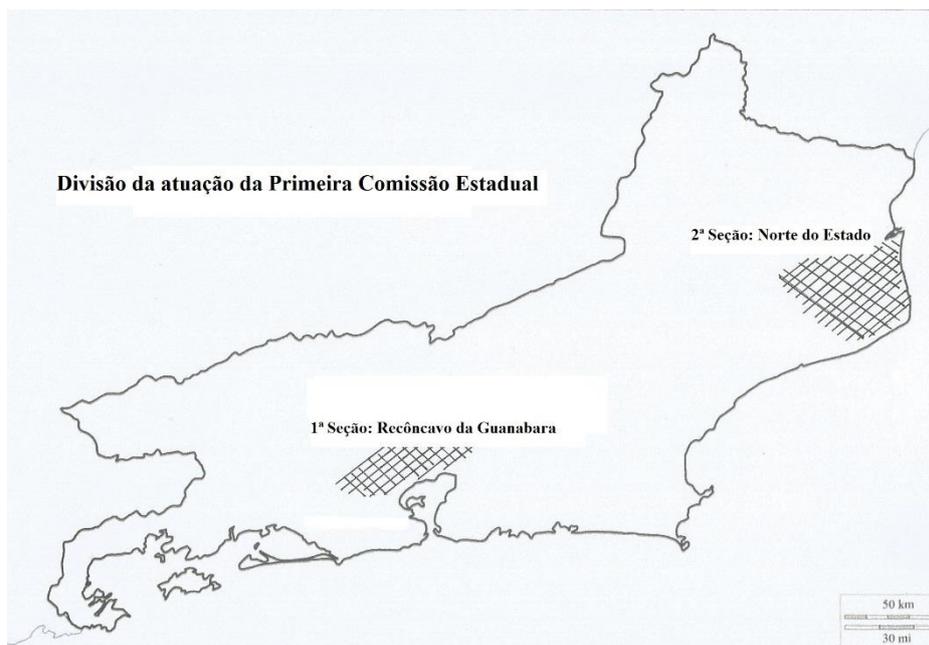


Figura 2: Mapa com a divisão em duas seções de atuação da Primeira Comissão Estadual. Fonte: RIO DE JANEIRO, 1898, p. 12. (Elaboração própria).

Todos os funcionários estavam subordinados a direção do engenheiro-chefe João Teixeira Soares, afastado de seu cargo poucos meses após a instituição da Comissão, a partir de 16 de abril de 1895, assumiu interinamente, Marcelino Ramos da Silva e definitivamente em 22 de janeiro de 1896 até sua extinção em 1902, como já foi dito. Apesar do término oficial dos trabalhos da Comissão datarem de 1902, desde abril de 1900 os trabalhos estavam suspensos e o engenheiro-chefe havia sido nomeado em 1 de fevereiro de 1899 como Diretor de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro. Marcelino Ramos também foi o engenheiro-chefe da Comissão Federal de 1910 sendo este seu último trabalho antes de falecer.

Para facilitar a identificação e atuação no espaço que compreendia cerca de 17.000 km², o engenheiro responsável pela comissão subdividiu a planície em 4 seções, em 1896.

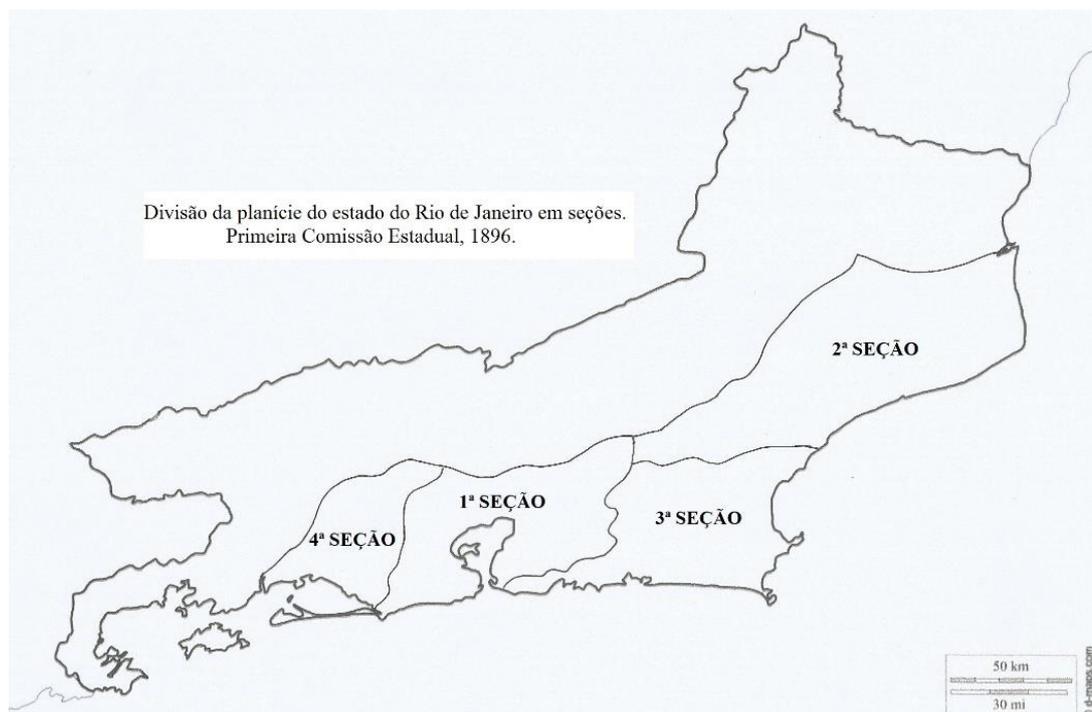


Figura 3: Divisão da Planície do estado em seções pela Primeira Comissão Estadual. Fonte: GÓES, 1934, p.322. (Elaboração Própria).

1ª Seção - toda a baixada do litoral que circunda a baía de Guanabara do rio Meriti ao rio Macacu com 3.730 km²;

2ª Seção – de Macaé a Campos com 8.680 km²;

3ª Seção – a baixada de Araruama com 3.970 km²;

4ª Seção – a baixada do rio Guandú com 1.500 km².⁴

Ao observarmos cada seção no quadro acima podemos visualizar a espacialização do que mais tarde seria legitimado pela Segunda Comissão Federal em 1933 como 4 baixadas, onde a 1ª seção (1896) foi transmutada em Baixada da Guanabara (que em 1933 seria tida como a mais importante); a 2ª seção é a Baixada dos Goitacazes; 3ª seção, a Baixada de Araruama e a 4ª seção a Baixada de Sepetiba.

⁴ Essas informações constavam originalmente no relatório da Comissão de Estudos do Saneamento de 1901 no entanto este documento não foi localizado durante a pesquisa, aqui foram utilizados os dados retirados do relatório de 1934 de Hildebrando de Góes e da mensagem de presidente de estado Quintino Bocayuva, 1901.

Apesar de dividir a área de atuação da planície do estado (as quatro baixadas) o documento ressalta que somente duas partes receberiam trabalhos efetivamente: a 1ª Seção e a 2ª Seção, respectivamente B. da Guanabara e B. dos Goitacazes. Assim essa seria a primeira comissão que agiria em mais de uma região da planície do estado ao mesmo tempo, ainda que uma parte receberia estudos e a outra as obras de dessecamento.

Para fornecer o maquinário utilizado na dragagem, entendida pela Comissão como saneamento, foi escolhida a empresa Satre Fils E. G. de Lion na França, através do contrato assinado em 5 de dezembro de 1895, chegando ao Brasil em março de 1897 uma draga de sucção, três saveiros, uma draga de alcatruzes e um rebocador. Esta forma de atuar era comum a este tipo de repartição pública, ou seja, a condução de abrir edital e contratar ou escolher via indicações, empresas privadas para realizar as obras.

Ao descrever as bacias dos rios, o engenheiro Marcelino faz observações a respeito de antigas obras. Sua primeira crítica refere-se à bacia do rio Estrela no que concerne a abertura do canal da Taquara. Não sabemos quando esse canal foi construído, podendo ser uma das obras do contrato de 1883 ou resultado de um projeto particular. Para ele este canal levou grandes prejuízos ao local quando desviou as águas do rio Roncador ligando-o ao Imbariê, pois secou o primeiro.

O Canal da Taquara, derivando as águas do rio Roncador sobre o Imbariê, fez secar completamente o leito do primeiro, que é um afluente da margem esquerda da parte superior do Saracuruna, prejudicando extremamente toda a várzea do Imbariê, transformando-a em um impenetrável pântano sem escoamento.

A abertura do canal da Taquara foi um verdadeiro desastre e ruína para a lavoura e a salubridade da ex-villa da Estrella. (RIO DE JANEIRO, 1898, p.27).

Constatando a situação os prejuízos oriundos da construção do canal, o engenheiro promoveu um estudo para analisar e propor soluções para mudar o quadro do que ele chamava de “[...] um dos pontos mais insalubres litoral da baía do Rio de Janeiro. ” (RIO DE JANEIRO, 1898, p.27). O resultado destes estudos foi a construção do canal do rio Estrela com o objetivo de aumentar a vazão das águas do rio. Mais tarde Hildebrando de Góes, autor do relatório da Segunda Comissão Federal de Saneamento, faz referência ao canal do rio Estrela, construído por Marcelino Ramos, como única obra realizada e completada pela Primeira Comissão Estadual. Marcelino observa que aquela área já havia sido muito saudável e próspera, sustentando seu argumento de ruína de numerosas propriedades encontradas na Vila de Estrela.

Para o engenheiro, águas estagnadas entre a margem esquerda do rio Cayoba e direita do Inhomirim também eram um problema criado artificialmente pela construção de estradas de rodagem que saíam da estação de Inhomirim até a estação em Suruí. Na bacia desse rio a comissão faz o registro de uma lavoura, demonstrando a fragilidade do discurso construído em torno do “afogamento nos pântanos” e “vazio/ abandono” tão associados a esta parte da planície. Constantemente, seja pelos relatórios das comissões ou nas mensagens dos governadores, a imagem do lugar é associada a um passado próspero que se contrapõe a um presente “improficuo e decadente” que aguarda desesperadamente a ação do poder público para ser restaurado.

Em contraposição a “decadência” da baixada da Guanabara o documento segue descrevendo sua atuação onde os únicos canais limpos e em condições de navegabilidade em 1898, estariam em Campos, frutos da intervenção após as chuvas que ocorreram no estado em 1895. Na mensagem do governador Joaquim Maurício de Abreu à Assembleia em 1896 temos algumas informações a respeito da comissão já com os trabalhos iniciados inclusive com uma referência as obras de Campos. Ele relata também a divisão da Comissão em área de estudos e área de intervenção, esta divisão dos trabalhos ocorreu após as fortes chuvas de 1895 que prejudicou a lavoura em Campos, chegando a interromper o tráfego da linha férrea Macaé / Campos.

Foi dentro desta lógica de transferência de atuação que oscilou a Primeira Comissão Estadual perpassando três governos estaduais e sendo objeto de disputas políticas para concentrar seus recursos na região campista. Com as chuvas, os argumentos em prol de Campos se fortaleceram e a transferência dos trabalhos para a 2ª seção foi definitiva. Se não fosse a interferência do secretário de indústria e obras públicas, Augusto de Abreu Lacerda em 1895, suspendendo os estudos na baixada dos Goitacazes, o norte do estado teria, por ocasião das chuvas, todos os recursos da Comissão, sendo beneficiada também com os estudos das bacias de seus rios.

Assim, podemos concluir que os trabalhos estavam sendo realizados primeiramente na área mais próxima a Capital Federal, defendido pelo estado (que abrigava grupos heterogêneos), apoiado na imagem do “abandono e vazio”, reivindicava a transformação do “charco” em espaço útil e aproveitável. E, como resultado da enchente, fortalecimento do argumento da elite campista produtora em reverter para o norte do estado os recursos da comissão, as obras mudaram de lugar, beneficiando aqueles produtores.

Segundo Fadel, a principal característica desta mudança na intervenção seria “[...] uma possibilidade de, através das obras de engenharia, viabilizar a plantação e o transporte de mercadorias para essas regiões, do que propriamente como uma ação de combate ao impaludismo.” (FADEL, 2006, p. 99), ideia com a qual concordamos devido aos recursos gerados pela produção de cana de açúcar em Campos.

Na última parte do Relatório da Primeira Comissão Estadual, Marcelino Ramos refuta as ideias apresentadas pelo Delegado de Higiene Antero Alves Manhães, sobre as causas da insalubridade no município de Campos. A discussão gira em torno da forma de combater e vencer a endemias que vitimaram a população da região, que para o delegado poderiam ser vencidas de maneira simples e pouco custosa, infelizmente a sugestão não foi descrita. A nosso ver, o engenheiro quis demonstrar que detinha um conhecimento mais apurado da situação do norte do estado e desta forma conseguia oferecer uma solução definitiva, embora de custo elevado.

O governador Mauricio de Abreu em 1897, com o objetivo de aproveitar os espaços já liberados, defendeu a utilização da área para a diversificação dos produtos cultivados, criticando assim a ampliação da monocultura identificada então como erro, principalmente porque derivava da memória das rendas auferidas pelo café no passado. O governador pertencia a classe dos grandes proprietários e sua concepção de modelo de fazenda era a da agroindústria, ou seja, como estabelecimento industrial não poderia comportar despesas improdutivas, assim investir em culturas e atividades alternativas entre safras seria uma maneira inteligente de aproveitar as propriedades (terra).

Ainda na mensagem de 1897 Abreu faz uma correlação entre saneamento, higiene, organização e o controle do espaço. Para ele, dentre os benefícios do saneamento estaria a legalização de novos espaços que, ao serem liberados, regularizados e vendidos gerariam recurso através impostos territoriais.

[...] o dessecamento da baixada que, além de influir poderosamente para a melhoria da saúde das populações visinhas, **valorizará os terrenos**, que se prestam magnificamente á cultura de cereaes, da canna de assucar, á indústria pastoril, servida a zona por numerosas vias férreas em comunicação com os grandes centros consumidores. Ahi, pretende o governo **iniciar o imposto territorial um dos objectivos do estudo da Comissão de saneamento**. (RIO DE JANEIRO, 1897, p.86, grifo nosso).

Fadel (2006) também chama a atenção para uma questão levantada pelo governador seguinte, Alberto Seixas Torres, que assumiu em 1898, para ele o desmatamento seria um

possível colaborador na piora da situação sanitária da Baixada da Guanabara, “[...] a devastação das matas do estado como uma das possíveis causas de sequelas sanitárias e econômicas, quase que no prenúncio de uma relação entre devastação ambiental e perda da qualidade de vida.” (FADEL, 2006, p. 100). Essa mensagem, segundo a autora, explicita a ligação entre engenheiros e médicos no combate às regiões insalubres, por associar o impaludismo, a má utilização do solo e o empobrecimento da população. Sendo assim, somente a partir da união entre a atuação do médico sanitário e do engenheiro poderia ser alcançada uma solução que abarcasse todos os aspectos que envolviam o saneamento da região.

No entanto pode-se entender também a declaração do governador como uma contribuição para a difusão do discurso político/intelectual/ambiental em torno da proteção da natureza e do uso racional dos recursos naturais que seriam essenciais a vocação agrária defendida por ele, como podemos observar nestes trechos:

Como remédio de ordem geral reputo, entretanto, necessárias providências capazes de tolher a continuação da barbara **devastação das mattas** e de contribuir para o **reflorestamento do território**. [...]

Parece-me também de bom aviso aumentar até **tornar proibitivo o imposto** de exportação sobre o **carvão e a lenha**. [...]

A verdade é que a productividade do solo fluminense está comprometida pela alteração radical do meio physico do Estado — obra da **sua exploração imprevidente e feroz pelos primeiros proprietários que derrubaram florestas seculares para substituí-las por plantações**, abandonadas logo que os húmus deixados pelas mattas foi absorvido. [...]

A **falta das mattas** não inflúe para esse effeito só pela impossibilidade de novas plantações extensivas; inflúe também e mais energicamente por essa transformação das condições naturaes. (RIO DE JANEIRO, 1898, p. 20,23).

Segundo Roncaglio (2009) Alberto Torres foi importante ao aprofundar o debate entre degradação ambiental e o desenvolvimento econômico. Para Torres a devastação ambiental contribuía com a infertilidade do solo e desta forma inviabilizaria uma expansão da área cultivada. Essa ideia de investimento na vocação agrária brasileira “[...] permeava o projeto de um importante setor da intelectualidade brasileira, do qual fazem parte Alberto Torres, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato e, principalmente, Oliveira Vianna.” (MELO, 1993, p. 2). Para ele, tão importante quanto o saneamento seria a inserção de uma política ambiental onde a extração dos recursos naturais fosse bem orientada.

Alberto Torres defendia um projeto de nacionalidade que só poderia dar certo caso se espelhasse na gente e na natureza do país. De certo modo, criticava a modernidade imposta pelo industrialismo e a submissão do Brasil ao modelo de

desenvolvimento proposto pelos países “adiantados”, ambos prejudiciais à manutenção das riquezas naturais. Antecipando-se em 73 anos ao que viria a ser um dos pontos abordados pela “cartilha” do desenvolvimento sustentável, dizia que “A civilização tem o dever de conservar as riquezas inexploradas da Terra, reservas destinadas às gerações futuras, e de defender as que estão em produção, contra a exploração imprevidente, assim como o de proteger todas as raças e nacionalidades contra as formas de concorrência que possam importar ameaça a seus interesses vitais, bem como à segurança, propriedade e prosperidade de suas descendências” (RONCAGLIO, 2009, 13 e 14).

Outro fator a ser observado na mensagem de Torres foi a constante referência a falta de recursos financeiros e de condições materiais para realizar o saneamento da vasta região que seria a toda a planície do estado. O discurso era que o estado do Rio de Janeiro com seus “parcos recursos” não teria condições de arcar sozinho com o saneamento do espaço, mas ainda assim foi oferecido aos municípios empréstimos para que cada um fizesse a sua própria intervenção. Ora, se o estado com estrutura maior que a municipal não tinha condições de completar o dessecamento do vasto lugar e fazer a manutenção dos canais e valas mantendo-os limpos com escoamento das águas, quanto mais os municípios. Isto significa que os recursos para o saneamento e dessecamento da região eram também utilizados como barganha política e que a descontinuidade de políticas administrativas inviabilizava a solução do problema. O resultado desta descontinuidade foi a perda do capital e abandono das obras mal iniciadas nos municípios, tal como apontada na mesma mensagem por Alberto Torres.

Não deu os resultados desejados o empréstimo de quatro mil contos feito às Câmaras para saneamento: em poucos municípios as quotas foram bastantes para os trabalhos projectados; em alguns a applicação não correspondeu aos intuitos da lei; em outros, finalmente, emprehendidos melhoramentos custosos, foram esgotados os créditos, ficando as obras paralygadas, condenadas talvez a irremediável perda. (RIO DE JANEIRO, 1898, p. 18).

A descontinuidade e o uso da liberação dos recursos como barganha política exigia constantes solicitação de verbas, levando o governador a sugerir uma parceria entre o estado e as empresas privada para a realização das obras necessárias de dessecamento da grande planície do estado. Para Alberto Torres eram os capitais da iniciativa privada associados aos recursos do estado os responsáveis pelo “[...] progresso nas sociedades modernas [...].” (RIO DE JANEIRO, 1898, p. 32), tentando assim atrair recursos e/ou parcerias com fazendeiros do estado.

[...] cogita ha muito tempo o Estado, repetindo tentativas, sempre frustradas por escassez de recursos officiaes e timidez dos capitaes particulares deante de obra de tal vulto.... Considero, entretanto, esse um dos problemas capitaes do Estado e nutro a convicção de que, reerguido o credito nacional, serão attrahidos a applicar-se

nelle capitaes que encontrarão larga compensação nos favores auctorizados pela lei. Visando esse objectivo, farei continuar os estudos pela Comissão de Saneamento... (RIO DE JANEIRO, 1898, p. 19).

Em 1899 Torres discorre longamente sobre a situação financeira do estado e descreve a continuidade da intervenção da comissão estadual na região Macaé/Campos, claramente privilegiando um espaço que economicamente foi responsável pelas divisas geradas com o açúcar para o estado fluminense.

Na segunda secção, concluíram-se os estudos da zona compreendida entre a Lagoa Feia e o Oceano, o canal de Jagoroaba e o rio do Furado até a barra deste; continuou-se a desobstrucção do canal de Macahé a Campos e fez-se a limpeza dos rios do Furado, Barro Vermelho e Major. (RIO DE JANEIRO, 1899, p. 34).

Em 1900, último ano de seu governo, Alberto Torres informava a Assembleia que os trabalhos da Comissão de Estudos do Saneamento foram suspensos em 2 de maio do daquele ano, devido a dificuldades financeiras, mas na realidade já estavam suspensos um mês antes. Os trabalhos efetivos de intervenção foram: a abertura de canais na baía do rio Macacu, de Macaé a Campos, São Bento, do rio Colégio até a lagoa Tahy Pequeno. Os estudos hidrométricos, mareográficos e meteorológicos foram realizados em duas seções, a primeira que era entre os rios Iguassú e Estrela, desde o litoral até a Vila do Pilar e da Estrela na baixada da Guanabara e a segunda nas bacias Ururai, Macabu e Lagoa Feia na baixada dos Goitacazes.

Os dados fornecidos pela mensagem de Alberto Torres divergem das informações encontradas no relatório de Hildebrando, este utilizou o relatório de 1901 da Primeira Comissão Estadual. Segundo Góes somente na primeira seção, designada por ele como Baixada da Guanabara, foram realizados os estudos, constando com registros em 76 folhas de mapas parciais e uma planta geral. Assim observamos que uma área foi realmente estudada e analisada enquanto outra ficou com as obras de intervenção. Esse é provavelmente o motivo para a Primeira Comissão Federal ter elegido a mesma área, do rio Merity ao Guaxindiba na Baixada da Guanabara como seu espaço de atuação, uma vez que as plantas e estudos desta região já estavam prontos em sua maior parte.

Outra questão omitida na mensagem é que o levantamento na bacia do rio Macabu foi suspenso, pois a comissão estadual tomou conhecimento de uma concessão para efetuar esses estudos. O interessante é que o concessionário (concessão 1889/1897) e o engenheiro chefe da Comissão Estadual (1894/1902) eram a mesma pessoa, João Teixeira Soares. Ou seja, a força

política de Campos teria atraído para a sua região dois empreendimentos públicos no mesmo período e só foram suspensos após a mudança na direção da Comissão Estadual saindo Teixeira Soares e entrando Marcelino Ramos. Assim os estudos que seriam feitos na região norte do estado foram transferidos para a margem esquerda do rio Estrela e Inhomerim, completando os estudos da primeira seção.

Com relação aos trabalhos finalizados também existem diferenças, enquanto a mensagem do governador se refere as obras em Macaé e Campos, o documento de Hildebrando afirma que a única obra realmente terminada foi a da bacia do rio Estrela (dragagem e canal). Uma possível explicação seriam as intrincadas disputas políticas no estado. A ênfase dada por Torres as obras concluídas foram direcionadas aos produtores de açúcar do norte do estado presente no Assembleia estadual. Concluimos assim que a propaganda política enfatizando as obras realizadas, ainda que não finalizadas, em favor de uma elite agrária açucareira objetivava a obtenção de apoio à próxima eleição, onde o governador indicaria Quintino Bocayuva como sucessor a frente do governo do estado.

O tema saneamento retoma sua importância já na primeira mensagem de Bocayuva em 1901. Nela o governador chamava a atenção para a existência de um espaço insalubre que se comunicava diretamente com a capital federal, demonstrando que administrativamente defenderia o projeto de dessecamento e intervenção.

A proximidade da Capital Federal e as relações frequentes entre a população dessa Capital e a do nosso Estado tornão difficilima a defesa contra a invasão das moléstias infecto contagiosas que por vezes irrompem no território do Districto Federal. (RIO DE JANEIRO, 1901, p. 16).

Mesmo antes do fim das grandes obras de intervenção de Pereira Passos no Rio de Janeiro, que viriam evidenciar claramente a discrepância entre o centro urbano e o seu entorno, Quintino destacava a importância de se pensar a área mais próxima a capital federal, como um espaço em direção o qual deveriam se estender as obras de saneamento e como essas intervenções colaborariam para diminuir má fama internacional da capital como cidade insalubre.

Febre amarela, desinteira, varíola, febre bubônica e outras doenças endêmicas assolam o Rio de Janeiro...litoral e interior- tornando perigosa e problemática a vida dos estrangeiros que aportam ao Brasil; o desvio de navios para outros países prejudica enormemente o comércio, a imigração etc. (CARONE, 1971, p. 199)

Também foi Bocayuva o primeiro governador a fazer menção da divisão da baixada do estado em quatro seções, apropriando-se de uma organização do espaço produzida pela Primeira Comissão de Estudos Estadual. Para o líder estadual o saneamento da região é “[...] um dos assumptos mais debatidos por todos quantos se interessão pelo futuro do nosso Estado. Administrativa e economicamente considerado, é o maior problema que temos a resolver.” (RIO DE JANEIRO, 1901, p. 19), para dar mais ênfase a questão Quintino destaca o tamanho da área dos 17.880 km², segundo ele, mais de 8.000 estariam afogados em pântanos e alagadiços.

No desejo de aproveitamento para a agricultura a Baixada da Guanabara e pecuária/agricultura na Baixada dos Goitacazes, o líder estadual abre uma concorrência para a continuidade das obras, paralisadas desde abril do ano anterior (1900). Para executar estes trabalhos, o governador diz ter recebido algumas propostas que encaminhou a Assembleia, mas que não descreveu na mensagem. O maquinário utilizado para os trabalhos contratados pela Comissão Estadual de 1894 estava abandonado desde maio de 1900, as dragas, lanchas e rebocadores se deterioravam em um depósito alugado pelo governo estadual, descreve o governador. Oficialmente o contrato de 1894 foi encerrado em 1902.

Sob a égide de diminuir os gastos públicos, Quintino ordena o remanejamento dos materiais para a empresa Lajes e Filhos⁵ com o objetivo inicial de fazer os devidos reparos, mas após receber a notícia de que os reparos seriam impossíveis devido às más condições do material flutuante, ordena a desmontagem do mesmo, aproveitando-se os motores, dando ciência a assembleia de seus feitos para que em seus próximos anos ter acesso a verbas para a sua remontagem com novos cascos. A justificativa para este trabalho foi o preço das máquinas e sua possível reutilização, “[...] aparelhos custosos e que ainda podem prestar muitos serviços.” (RIO DE JANEIRO, 1901, p. 20). Não sabemos qual foi o fim deste maquinário, pois a Segunda Comissão Estadual nunca saiu do papel e a Comissão seguinte foi a Primeira Federal, optando por um contrato com uma empresa alemã que importou todo o material utilizado em seus trabalhos, o mais provável é que tenham sido incorporados aos bens da empresa responsável por seu armazenamento ou simplesmente abandonados.

Em 17 de janeiro de 1902 foi aberta uma concorrência para a realização de obras de dragagem e limpeza dos rios da planície do estado, sendo aceita uma proposta de Francisco

⁵ Empresa com as atividades iniciais ligadas ao carvão e proprietária de um estaleiro e oficinas de reparos navais. (CAMPELLO, 2005, p. 2).

Ribeiro de Moura Escobar. Ribeiro de Moura era advogado e contratado do estado de São Paulo para construir a estrada de ferro de Taubaté. O contrato provisório com o estado fluminense foi elaborado e assinado no dia 26 de maio de 1902. O contratado teria um prazo de quatro meses para apresentar um levantamento das bacias e proposta de obras. O documento definitivo seria assinado seis meses depois, no entanto isso nunca ocorreu. O referido contrato seria de concessão que perduraria por 25 anos e possuiria a extensão da fronteira de São Paulo ao Espírito Santo, do litoral até a cota 30 (metros acima do nível do mar na serra). Para nós esta foi a Segunda Comissão Estadual e como seu contrato final não foi firmado será denominada “Comissão de Papel”.

Na interpretação de Fadel (2006) a importância da Segunda Comissão Estadual foi o ideário ruralista que caracterizou seu contrato. (FADEL, 2006, p. 103). Desta forma, para esta autora, a Comissão de Papel foi precursora da Primeira Comissão Federal ao levar ao Congresso Nacional aspirações de uma elite rural fluminense. De fato, foi o que ocorreu. No entanto não devemos deixar de analisar que os elementos que compunham o contrato da Comissão de Papel foi o resultado de um processo de legitimação do saneamento da planície do estado, construído metodicamente ao longo de todas as comissões, estudos e concessões anteriores.

A Comissão de Papel foi importante também na construção de uma nova racionalidade para o saneamento. Este contrato previa tanto uma continuidade no espaço a ser dessecado como uma extensão no prazo para concluir os trabalhos, demonstrando uma evolução na concepção dos engenheiros em relação a atuação que seria necessária para a transformação efetiva da região.

Dê acordo com o contrato “provisório”, a concessão vigoraria pelo prazo de 25 anos, abrangendo toda a área fluminense, desde as fronteiras com o Estado do Espírito Santo até a linha de limites com o Estado de São Paulo, compreendida entre o litoral e uma curva de nível traçada pelas fraldas das serras, na altitude de 30 metros acima da preamar máxima observada. (GÓES, 1934, p. 350).

Em relação ao reflorestamento como meio de conter a insalubridade, a Comissão de Papel foi a primeira assimilar a correlação entre o plantio de Eucaliptos e o enxugamento dos pântanos, reconhecendo experiências no exterior onde a utilização da planta já estava avançada.

Por último este contrato previa a colonização dos espaços saneados e construção de colônias agrícolas para estrangeiros e nacionais. Desta forma, a regularização das terras, sua

ocupação, venda, desapropriação (se necessária à obra) e a cobrança de impostos sobre o espaço saneado eram ideias correntes e mais tarde defendidas pela Primeira Comissão Federal.

Apesar destas questões levantadas pela Comissão de Papel, uma análise das mensagens dos governadores e relatório da Primeira Comissão Estadual, o investimento na vocação agrária da planície do estado não se refere apenas ao contrato da Comissão de Papel, a despeito de sua profícua e inegável contribuição, mas sim a todos os movimentos orquestrados ao longo desse período que objetivavam a liberação e ocupação daquele espaço.

Simone Fadel destaca também que foi a Comissão de Papel que levou o tema saneamento da Baixada Fluminense ao Congresso Nacional, via constituição da Primeira Comissão Federal de 1910. No entanto um outro fator a ser observado como contribuinte no processo, e a nosso ver ainda mais relevante que ao contrato “não concluído” da Comissão de Papel, foram as articulações políticas capitaneadas por Nilo Peçanha no bojo do processo de constituição do nilismo no estado. Entendemos que foi a força destas articulações políticas que proporcionaram a chegada, do que Fadel chama de “[...] demandas dos proprietários rurais fluminense [...]” (FADEL, 2006, p. 104), à esfera Federal. Os acordos firmados por Nilo quando deputado, senador e governador, proporcionaram a formação de uma rede que pode ser posta em prática de forma direta com sua ascensão à presidência da república.

Ainda segundo Fadel (2006) foi na mensagem de 1902 que Quintino Bocayuva fez pela primeira vez a relação saneamento/colonização, atestando que a péssima reputação do estado fluminense no exterior era um complicador para receber imigrantes estrangeiros. As condições relatadas pelo governador descrevem o fracasso das lavouras, devido a escassez de mão de obra, esgotamento do solo e escolha errônea da monocultura, o que seria a razão do endividamento dos proprietários. Essa conjunção de fatores levava o dono da fazenda a ter dificuldade de manter a produtividade, diminuindo os empregados, esvaziando assim cada vez mais a planície do estado e aumentava todos os anos os espaços sem os cuidados necessários para evitar o aumento das áreas alagadas. “ Cada fazenda adjudicada aos Bancos é mais um pedaço de território que se despoeva e que se esteriliza. ” (RIO DE JANEIRO, 1902, P. 26).

No entanto as questões descritas acima abarcam somente uma parte da mensagem do governador, ele também colocou nesse documento uma série de motivos pelos quais se deveriam aproveitar melhor as terras da planície do estado e como isso poderia ser feito, já

que a imigração traria recurso com novos empréstimos em função dos créditos liberados aos agricultores que viessem trabalhar as terras.

Conjuntamente ou pouco depois virá a organização do credito rural e pela instalação dos Bancos Regionaes impulsaremos em toda aparte o trabalho fecundo e creador, única fonte legitima da riqueza que todos abençoarão porque ella não será o fructo da expoliação exercida pela uzura nem o resultado da especulação grosseira exercida sobre a incapacidade ou sobre a miséria dos proletários. (RIO DE JANEIRO, 20 de setembro de 1902, p. 28).

Outra ideia desenvolvida por Quintino neste documento é a da miscigenação como forma de contribuir na “evolução” dos habitantes da região. O branqueamento e a transformação da cultura através da interação com o imigrante europeu passavam tanto pela cor como pela absorção de costumes considerados mais civilizados. Nesse trecho o governador evidencia compartilhar de um pensamento em voga na época, onde a inferioridade da cultura e costumes dos afrodescendentes era entendida como um mal que deveria ser expurgado da sociedade, sociedade esta que considerava o modelo europeu como superior e civilizado, conforme ressalta Domingues (2002) ao dizer que “Os brancos, independente da classe social, produziram uma auto-representação positiva e concebiam seus valores como naturalmente superior.” (DOMINGUES, 2002, p. 592), eram estes os valores que o líder fluminense informava que deveriam ser atraídos para ocupar todo o estado, principalmente a baixada da Guanabara, por sua proximidade a capital federal.

As imigrações não influem somente alterando as condições dos territórios pelo trabalho agrícola e pelo desenvolvimento das industrias e da riqueza. Ellas operam igualmente a modificação das raças pelo cruzamento e modificando os archetypos primitivos, dão origem á formação de um novo typo, physica e intellectualmente superior. Não se dirá que podemos dispensar essa vantagem. Longe disso a observação mais superficial pode attestar, sobretudo, no interior do nosso paiz, a degenerescencia da raça, a presença do cretinismo, o abastardamento dos nossos mestiços. Esse elemento não é o que pode concorrer para elevar o grau da nossa civilisação nem o que melhor pôde, pela energia physica e pelo desenvolvimento intellectual, garantir no futuro o poder da nossa nacionalidade. (RIO DE JANEIRO, 20 de setembro de 1902, p. 30).

Alguns anos depois Hildebrando de Góes ratifica a mesma ideia do governador no relatório de 1934. Neste documento Góes faz um memorial da história de colonização do Brasil traçando uma linha de miscigenação de etnias onde o indígena é louvado por sua resistência nativa e independência de caráter; o branco é descrito como “[...] expedicionário da Europa, aventurando explorações ao longo dos mares, em conquista das matérias primas de regiões desconhecidas.” e o negro, segundo ele, pouco contribuiu para formação do povo brasileiro, uma vez que a “[...] escravidão lhe deformava a personalidade [...]” (GOÉS, 1934,

p. 519) e apesar de vir para o continente em grande levadas, não pode prevalecer em número os povos civilizados que favoreceram o Brasil com sua origem branca. Apesar de existir um espaço temporal entre os dois documentos de mais de três décadas, identificamos na construção da última Comissão Federal para intervir na planície do estado (Comissão de 1933), a permanência de um ideário que ratificava o imaginário daquele momento, defendendo que as terras liberadas pelo saneamento fossem ocupadas pelos grupos étnicos identificados como “bons trabalhadores”.

Permanecendo na análise da mensagem de 1902, encontramos um conjunto de leis e decretos que tiveram como tema o saneamento da planície do estado, onde o governador narra que desde o primeiro ato administrativo da província, o dessecamento das terras era abordado. A referência é o Decreto 1º, de 24 de março de 1835 que trata do pedido de orçamento para dessecar terra da bacia do rio Macacu e de Magé. Neste documento constam 50 decretos, 11 leis e quatro resoluções, citados por data e número, cujo objeto direto foi o saneamento da planície do estado incluindo desde a 1ª até a 4ª seção (divisão da planície feita pela Primeira Comissão Estadual). Desta forma, o líder estadual intenta legitimar sua insistência na necessidade de intervenção na planície do estado, invocando decretos, leis e resoluções anteriores ao seu mandato.

Outro aspecto utilizado, dentro do mesmo intento de legitimação, destacado pelo governador é o início das obras na capital federal e como poderia obter melhor resultado se contemplassem o entorno da cidade. Alguns dos planos de trabalho de dessecamento da planície na 1ª seção (baixada da Guanabara) iriam coincidir com o de saneamento da capital e se dariam em sua jurisdição (a exemplo das obras no rio Pavuna), o que levou o governador a sugerir uma unificação dos planos de trabalhos.

Si o Governo Federal auxiliasse por qualquer modo, a execução desse serviço que interessa fundamentalmente ao presente e ao futuro do Estado do Rio de Janeiro, não somente completaria o seu plano de saneamento da Capital Federal como ainda nada mais faria do que cumprir o seu dever, porque a União é responsável para com o Estado por uma não pequena somma. (RIO DE JANEIRO, 1903, p. 18)

No documento surge a primeira correlação entre os alagamentos da planície do estado e a existência das estradas de ferro, já que os aterros feitos no assentamento dos trilhos e o desvio de cursos de água com o mesmo objetivo teriam contribuído para o acúmulo e não

escoamento das águas das chuvas. Esta correlação só seria analisada minuciosamente na Primeira Comissão Federal.

Em 1907 Alfredo Backer reaviva o tema, pois para ele foi o abandono das vias de comunicação fluviais e a construção das estradas de ferro que agravaram a situação das baixadas, principalmente da Guanabara e dos Goitacazes. Este discurso seria contínuo nas mensagens e nos relatórios, daí em diante passaria a compor o quadro da imagem do “abandono”.

[...] as grandes obras de arte executadas pelas Estradas de Ferro, taes como aterros e pontilhões em número limitado, consecção de vasante insufficiente, muito tem contribuído para que peiorassem as condições das nossas terras baixas. Uma tal situação, já de si deplorável, aggravou-se com as fortes chuvas e enchentes do anno passado. As águas pluviaes que desciam das montanhas, formando verdadeiras caudaes, carregaram para a planície detrictos de toda a espécie que aterraram córregos, obstruíram vallas e estreitaram a foz dos rios augmentando n'uma extensão considerável o já vastíssimo lençol d'agua que cobre as terras baixas. (RIO DE JANEIRO, 1907, p. 35).

Essa mensagem repete a questão do aproveitamento das terras para a agricultura, mas demonstra um conhecimento de outras características da planície do estado. A fala oficial é que desde 1835 se tenta intervir na região sem nada conseguir, mas a articulação entre as informações geológicas e o novo mercado de exportação das areias monazíticas, revela que os estudos realizados até então já estavam produzindo retorno financeiro. Desta forma, mais uma vez encontramos o lugar “vazio/doente/improdutivo”, colaborando para a renda estadual, agora exportando riquezas minerais.

[...] é finalmente, uma região riquíssima, onde se encontram em abundância o ferro, o manganez, a malacacheta, o talco e as areias de moldar, estas ultimas, formando um vasto lençol, da foz do no Macahé ás marges do rio S. Pedro. O subsolo é também rico de importantes jazidas de minérios cuja extracção se torna practicable, attenta a facilidade de transporte por via fluvial e terrestre e proximidade dos portos de embarque, de fácil accesso a navios de grande e pequeno callado, sendo de superior qualidade a turfa, já experimentada, existente nos vales dos rios S. João, Macahé e lagoas que bordam a costa, entre este município e o de Campos. (RIO DE JANEIRO, 1907, p. 36).

Todos os argumentos produzidos pelo líder estadual em favor de novas intervenções na planície do estado constituíram uma introdução para pedir a Assembleia a aprovação de mais um contrato de prestação de serviços para a baixada dos Goitacazes onde os concessionários Constantino José Gonçalves, Antônio Augusto de Sousa, Andronico Rústico de Sousa Tupinambá, apresentaram o seguinte projeto de execução:

Propõe-se a sanear toda zona compreendida entre os rios Macahé e Ururahy, Imbê, Parahyba e lagoas Feia, Carapebús, Jumbatiba e seus tributários e a nivelar o canal Macahé e Campos, pondo-o em comunicação com o rio Parahyba. Esta empresa obriga-se mais a estabelecer uma linha de navegação regular entre Campos e Macahé e entre este último porto e o Rio de Janeiro com escalas por Cabo Frio. Faço votos para que se realize tão útil empreendimento, que será o início dessa grandiosa obra, sem contestação alguma, a de maior vulto de quantas se têm empreendido em nosso Estado, quer pela sua importância econômica quer pela somma de benefícios, que delia resultarão para a comunhão fluminense. (RIO DE JANEIRO, 1907, p. 37).

Backer traz em sua mensagem uma identificação com as demandas da classe proprietária de sua cidade natal (Macaé), mas o contrato apresentado foi impugnado pelos donos dos terrenos por onde passavam os canais que deveriam ser utilizados para a navegação. Na falta de recursos estaduais para socorrer a cidade de origem e a elite proprietária local o governador buscou na iniciativa privada uma solução, cedendo direitos de utilização do canal. Para efetivar a linha de transporte fluvial o concessionário deveria primeiro tornar o canal navegável através da limpeza e dragagem que beneficiaria o entorno da região. No entanto os proprietários as margens do canal recusar-se a abrir mão de suas terras e entraram na justiça no intuito de cancelar o contrato.

A situação da política estadual ficou instável desde o rompimento de Backer com a “tutela” de Nilo Peçanha, naquele momento na vice-presidência da nação, e com seus correligionários nilista no estado. A decisão por uma administração “independente” do estado complicou-se “[...] quando os partidários de Nilo Peçanha pediram a intervenção federal no estado e o encurtamento do mandato de Backer. ”, em 1907.⁶ Alfredo Backer tinha assumido a liderança do estado por ocasião do afastamento de Nilo para compor a chapa das eleições a presidência, mas ao tomar posse rompeu com os acordos que o levaram a assumir tal posição. Em represália os nilistas do estado tentaram encurtar seu mandato alegando que ele deveria ficar só pelo período que restava a Nilo para presidir o estado. Assim os proprietários dos terrenos próximos ao canal alegaram que o contrato foi firmado como os concessionários por um líder em condição irregular e não deveria ser efetuado.

Sob as exterioridades de uma questão possessória, o que na verdade se tratava era de uma questão essencialmente política ... E, alegando perturbação da posse do terreno e da quasi posse da servidão do canal pelas faculdades concedidas pela administração aos signatários do contrato e, paralelamente, a nullidade da concessão pela inconstitucionalidade em que dizia estar vivendo o Governo do Estado, encaminhou a sua acção á Justiça Federal. Indeferida em primeira instancia, a pretensão do requerente, foi a acção levada á superior instância pelo recurso de

⁶ <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BACKER,%20Alfredo.pdf>.

agravo. Ahi, o Supremo Tribunal Federal, depois de longa e proficiente discussão, que ha de perdurar nos seus annaes como trabalho de saber, de prudência e de justiça, proferio o memorável Accordão de 30 de Outubro ultimo. Por essa sentença foi negado provimento ao recurso, por entender o Supremo Tribunal que a contestação da legitimidade dos poderes políticos de um Estado federado, não sendo um caso judicial, escapa por isso á competência do Poder Judiciário, quaesquer que sejam os motivos invocados. (RIO DE JANEIRO, 1908, p. 32).

O período de instabilidade na política fluminense se estendeu durante todo o ano de 1908, modificando-se com a morte do Presidente da República Afonso Pena em junho de 1909. Com a chegada Nilo Peçanha à presidência e reorganização das forças nilistas no estado do Rio de Janeiro, o tema saneamento voltou a ser ponto de pauta para a administração estadual, agora com apoio federal. O apoio se materializou na constituição da Primeira Comissão Federal.

A trajetória das primeiras intervenções na planície do estado fluminense que culminaram com a Primeira e a Segunda Comissão Estadual, aqui expostas, teve o intento de rememorar a construção das políticas públicas voltadas para o saneamento e sua importância na consolidação da imagem de uma região.

Com exceção da dragagem de um canal na barra do rio Estrela, não houve intervenção de fato na primeira seção (Baixada da Guanabara) ainda que fossem feitos vários estudos. No entanto, a Primeira Comissão Estadual foi muito importante, primeiro por elaborar a divisão da planície do estado em seções que mais tarde se transformaram nas quatro baixadas, organizando e delimitando um espaço. Segundo por dar continuidade e força à construção de uma imagem de abandono e vazio, e por meio dessa leitura negativa potencializou a aplicação de recursos para a região. Terceiro por ser a primeira a considerar a devastação das matas, algumas obras de engenharia (como pontes e aterros) como potencializadores da insalubridade, principalmente na baixada da Guanabara.

A Primeira Comissão Estadual também foi importante porque demonstrou a força da elite campista no uso da máquina administrativa na consecução das políticas públicas para a região. Apesar disto, foram os estudos realizados pela Primeira Comissão na 1ª Seção que garantiram não só a delimitação da área de atuação da Primeira Comissão Federal (do rio Meriti a o Guaxindiba), espaço este mapeado por Marcelino Silva, como sua indicação para engenheiro chefe da Primeira Comissão Federal.

A Segunda Comissão Estadual (Comissão de Papel), apesar de não ter concretizado seu contrato com a assinatura definitiva, também contribuiu para a existência da Primeira Comissão Federal. Mesmo sendo de Papel (por não ter sido efetivada) uma análise de seus principais termos revela a evolução do processo de apropriação do espaço. O contrato contava 29 cláusulas que definiam tanto o aumento da área (em km²) a ser saneada como de tempo a ser utilizado (25 anos para efetuar e explorar as terras liberadas pelo saneamento), demonstrando com isto uma nova racionalidade do que deveria ser a ação no território, já que não passava mais pela atuação dispersa e fragmentada das antigas comissões.

Essa Segunda Comissão também foi importante porque trouxe a cena a questão da regularização fundiária e a cobrança de imposto, tão defendida nas mensagens e nos relatórios, transferindo para a empresa contratada as áreas liberadas, ou seja, para a iniciativa privada a cobrança de taxas que o estado até aquele momento tinha se mostrado incapaz de recolher.

A Comissão de Papel pode ser vista como uma precursora, guardadas as proporções, da base contratual que se efetivou com a Primeira Comissão Federal, principalmente no que se refere a imposição do reflorestamento com espécie específicas, no aproveitamento das quedas de água para produção de energia, na criação de novos estabelecimentos de sericultura, apontados como necessários ao desenvolvimento da planície do estado.

A transformação do ideário presente tanto na Primeira como na Segunda Comissão Estadual em política pública da união, demonstram um avanço na atuação do governo federal na região e a vitória de uma concepção de uso para o território. Afinal foi a partir destas contribuições e, é claro ao lado da articulação política fluminense, que o projeto de saneamento e dessecamento pode deslocar-se da esfera estadual para a federal com a constituição da Primeira Comissão Federal de Saneamento com o político campista Nilo Peçanha a frente da presidência da República. Com isto, finalmente a Baixada da Guanabara (1ª Seção) ganharia visibilidade, enquanto problema nacional a ser resolvido pelo governo federal.

CAPÍTULO II

A Primeira Comissão Federal de 1910

Primeira atuação com recursos da União, a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense destaca-se como um marco no processo de intervenção do governo federal na região. A delimitação geográfica, o ideário representando através de seu engenheiro chefe, a permanência, perpassando vários mandatos de governadores e presidentes da república, indicam sua relevância na interpretação da construção de um território denominado de “Baixada Fluminense”.

A Comissão foi objeto de pesquisa da tese de doutoramento em 2006 de Simone Fadel embora o que se privilegiasse fosse a biografia do engenheiro Fabio Rego, chefe da comissão. Por esse motivo, o diálogo com a obra perpassará todo o capítulo.

Para descrever as intervenções da Primeira Comissão Federal utilizaremos os relatórios do Ministério de Viação e Obras Públicas de 1910 a 1919, além do único documento encontrado completo sobre a Comissão, o relatório apresentado ao ministro José Barbosa Gonçalves pelo engenheiro chefe da Primeira Comissão, Fábio Hostilio de Moraes Rego em 1914 dando conta dos trabalhos realizados em 1913.

Na administração pública brasileira, a estrutura burocrática utilizada na Primeira República pouco foi modificada do modelo herdado do período Imperial. Dentre as alterações, a principal foi a criação dos Ministérios de Viação e Obras Públicas (no qual estava inserida a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense) e da Agricultura, Indústria e Comércio (COSTA, 2008, p.12).

O Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (órgão anterior ao MVOP, Ministério de Viação e Obras Públicas) foi o resultado da transmutação da antiga Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (SENACOP), órgão do império, em 30 de outubro de 1891, com a lei n.23⁷. Mantendo suas principais atribuições e forma de atuação, mas a partir de 29 de dezembro de 1906 com o decreto n. 1606 aquele

⁷ “A lei n. 23, de 30 de outubro de 1891, foi considerada a primeira grande reforma administrativa realizada após a Proclamação da República. Este ato criou o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, que manteve as atribuições Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas caracterizando assim apenas uma alteração de nome do órgão, e não sua extinção.” (GLABER, 2012, p. 38).

ministério foi dividido em Ministério da Viação e Obras Públicas e o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ficando as Comissões de saneamento a cargo do Ministério de Viação e Obras Públicas.

O MVOP estava dividido em Viação Férrea, Viação Marítima e Fluvial, Portos, Rios e Canais, Saneamento da Baixada Fluminense, Correios, Telégrafos, Obras Contra as Secas, Iluminação, Águas e Obras Públicas e Esgotos da Capital Federal.

Em 1936 a última Comissão responsável pelo saneamento da planície do estado (Segunda Comissão Federal de 1933) foi transformada em Diretoria do Saneamento da Baixada Fluminense através do decreto Lei nº 248, de 16 de setembro, sendo esta “[...] um departamento autônomo, diretamente subordinado ao ministro da Viação e Obras Públicas.” (BRASIL, 1936, p. 1). Esta diretoria foi precursora do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) instituído pela Lei. Nº 2.367 em 4 de julho de 1940, ainda sob a jurisdição do MVOP. O DNOS foi transformado em autarquia em 1962, com a lei nº 4.089 de 13 de julho, sendo extinto em 1990, com a lei nº 8029 de 12 de abril de 1990.

Art. 1º O Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) vinculado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, passa a constituir entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público, autonomia financeira e administrativa, com sede e foro na Capital da República, e reger-se-á pelo disposto nesta lei.

Parágrafo único. Enquanto não se efetivar a transferência da sua administração e instalações, o DNOS continuará tendo sede e foro, provisórios, ao Estado da Guanabara. (BRASIL, 1962, p. 1).

As comissões de saneamento federais, da mesma forma que as estaduais, deveriam se reportar através de relatórios anuais aos secretários, neste caso enviado ao ministro de viação e obras públicas. O documento era publicado em duas versões, uma completa entregue diretamente ao ministro em exercício e outra no formato de resumo (sendo preservadas as partes consideradas mais relevante pelo ministro) que era entregue, também anualmente ao presidente da república. Como fontes para este capítulo temos um relatório completo (1914) e todos os resumos (1909/1919).

Conforme dissemos no capítulo anterior, entendemos que além das contribuições das intervenções anteriores à Primeira Comissão Federal (Comissões Estaduais), outro fator importante em sua constituição foram as articulações políticas no interior do estado fluminense. Argumentamos a favor desta questão devido ao fato da comissão de 1910 ter sido

constituída após a chegada do político fluminense Nilo Peçanha ao cargo de presidente da república em 1909, corroborando com a ideia de Fadel de que este acontecimento não pode deixar de ser observado.

O fato de o início dos trabalhos da Comissão ter ocorrido justamente neste curto espaço de um governo cujo o presidente era natural de Campos e ex-governador do Estado do Rio de Janeiro (1904/1906), ou seja, conhecedor da situação do Estado do Rio quanto à agricultura e pecuária, não pode passar despercebido. (FADEL, 2006, p. 108).

Para reconstruir este cenário político vários autores que se debruçaram sobre a Primeira Republica foram privilegiados, como Surama Pinto, Hélio Silva, Edgar Carone, dentre outros. Desta forma pretendemos chamar atenção para a constituição político/administrativa da conjuntura de crise financeira do estado fluminense, correlacionando com a Primeira Comissão cujo argumento era a defesa da possibilidade de superar a deficiência econômica pela qual passava o estado do Rio de Janeiro, além do momento oportuno e inédito de um político fluminense à frente da presidência da república.

Nilo Procópio Peçanha, era advogado natural de Campos dos Goitacazes e aos 42 anos⁸, no dia 14 de junho de 1909, assumiu a presidência da República e nela permaneceu por um ano, cinco meses e um dia. O mandato foi curto, mas suficiente para privilegiar seu principal grupo de apoio: a elite rural do estado do Rio de Janeiro.

O político fluminense construiu no estado uma ampla rede de articulações, longe de ser homogênea, mas eficiente (Pinto, 1998), que o levou, via seu grupo de apoio, os nilistas, a ser vice-presidente na chapa de Afonso Pena e com a sua morte, a atingir o ponto mais alto de sua carreira política.

O país que Nilo Peçanha recebeu para governar acabara de entrar no regime representativo, a República Federativa. Sendo ele o sétimo presidente em 21 anos de uma república que ainda buscava consolidar as bases da nova forma administrativa. Como país agroexportador a principal fonte de riqueza/poder advinha da posse de terras e todas as decisões tomadas deveriam levar em conta os interesses desta classe, os grandes proprietários.

Desde a Colônia os “coronéis” dominam as terras, e desde o Império comandam a Política. A República é uma ampliação de seu domínio, pois a quebra do poder Moderador permite que eles próprios escolham seus representantes em todos os graus. (CARONE, 1970, p. 151 e 152).

⁸ Foi o presidente mais jovem até 1990 quando assumiu Fernando Collor com 40 anos.

Para que o presidente da república tivesse governabilidade era necessária constante articulação com as esferas do legislativo, através dos deputados e senadores. Nilo Peçanha ao longo de sua carreira como deputado constituinte, presidente de estado (governador do Rio de Janeiro) e senador, construiu suas alianças com a elite agrária fluminense consolidando uma forma comandar a política naquele momento: o Nilismo.

A complexa rede articulada que foi batizada de Nilismo, era resultado de vários acordos, associações, alianças e rupturas, práticas de Nilo Peçanha ao longo de quase duas décadas de carreira política. Nilo não fazia parte de uma elite agroexportadora, sendo de origem simples, e graças aos esforços paternos concluiu o curso de direito em Recife. Ao retornar a Campos começou a trabalhar como advogado e jornalista, alinhando-se ao movimento abolicionista e a propaganda republicana. Em sua cidade natal foi um dos fundadores do Clube Republicano e do Partido Republicano (PINTO, 1998). Sendo de origem externa as oligarquias e de uma família sem tradição política, sua habilidade foi a de se firmar como político fluminense e conseguir projetar sua liderança regional e depois nacionalmente.

Nilo Peçanha se estabeleceu como político no estado fluminense e para compreendermos este processo é preciso retornarmos ao momento anterior a sua posse no primeiro mandato de governador do estado representado pela “coligação” Floriano Peixoto/Thomaz Porciúncula, respectivamente presidente da república e governador, a partir de 1892, visto que desde 1888 (ano da fundação do PRF) Nilo Peçanha já despontava no cenário da política local.

O grupo formado em torno destes nomes (Floriano Peixoto/Porciúncula) dominou a política fluminense por dois mandatos de governador ao sustentarem e controlarem a política estadual, com as eleições de Maurício de Abreu e Alberto Torres. No entanto discordâncias em relação aos nomes dos candidatos à constituinte de 1891 e a possibilidade de transferência da capital do estado⁹ para o interior, resultou no rompimento de Porciúncula com Torres. (LE MOS, 1989).

Aproveitando-se da crise entre os líderes fluminenses e das dificuldades financeiras no estado, Nilo Peçanha entrou em cena, na medida em que sua estratégia foi aproximar-se de Torres e conseguir junto ao presidente da república, já Campos Sales, a indicação de Quintino Bocaiúva para suceder a Torres na presidência estadual. Isto ocorreu porque Nilo apoiou a

⁹ A capital do estado que inicialmente era em Niterói no início da república foi transferida para Petrópolis, mas podia ter sido para Campos como desejavam o grupo político campista.

campanha de Campos Sales no Rio de Janeiro em prol da “[...] modificação do regimento da Câmara no tocante a formação da Comissão de Verificação de Poderes.” (LAMARÃO, 1989, p. 107). Ascendendo a liderança do estado, Bocayuva (1900-1903) em troca apoiaria Nilo até que assumisse o mandato seguinte.

Mesmo antes de ser governador, Peçanha apoiou, por conta de sua influência sobre Quintino Bocayuva, a proposição de um conjunto de reformas com objetivo de reorganizar o estado e colaborar para amenizar a situação financeira. Preocupado em sistematizar uma política administrativa duradoura, Nilo a frente do estado, começaria a atrair as lideranças que se posicionavam contrárias ao seu grupo dentro do estado do Rio de Janeiro,

O plano arquitetado para a consolidação do nilismo por meio da cooptação de elementos oposicionistas foi testado em três situações especialmente significativas: as negociações em torno da criação de prefeituras, a reorganização da comissão executiva do partido oficial - que no governo Nilo passou a ser mais uma vez designado pela sigla PRRJ - e as eleições estaduais e municipais de 1904. (CASTRO, 1989, p. 134).

Seu objetivo era fortalecer a máquina política fluminense, recuperando a economia estadual, para fazer e consolidar suas articulações políticas, trazendo-as do plano estadual para o federal, ao se candidatar à presidência da República (CASTRO, 1989). No entanto sua candidatura não foi aceita como explicaremos mais à frente.

Nilo utilizando-se de estratégias voltadas para o fortalecimento de alguns grupos locais ensejou a recuperação financeira no estado, em sua maior parte idealizada desde a administração de Alberto Torres, para aplicação dos recursos do governo estadual na construção de um projeto político. Reorganização das finanças passava por um antigo plano de diversificação da agricultura, plano esse levado a efeito com verba federal após sua posse na presidência da república.

A crise do setor cafeeiro, aliada à incapacidade da estrutura produtiva de atender as demandas do mercado local de gêneros alimentícios básicos e à retração da capacidade de importa-los, despenou não só o interesse do governo em promover uma política protecionista como a consciência de que cabia buscar na diversificação agrícola uma nova saída para a economia fluminense. (CASTRO, 1989, p.140).

A diversificação da agricultura era pensada por uma parcela da elite agrária como solução para a crise econômica, já que se acreditava na prosperidade do país estar ligada ao fortalecimento da lavoura. No intento de transformar o estado do Rio de Janeiro em uma imensa “[...] horta, celeiro e pomar do vizinho Distrito Federal, largo mareado consumidor.” (CASTRO, 1989, p.141), o governo de Nilo financiou equipamentos agrícolas, doou mudas e

sementes, criou imposto para importação de produtos que eram produzidos no estado. Essas foram algumas das medidas executadas com o objetivo de revitalizar e diversificar a produção agrícola fluminense.

Seu sucesso na administração do estado foi utilizado como estímulo para que seu nome fosse lançado como candidato à presidência da república, com o apoio de outros líderes estaduais revelado através de correspondências dos governadores da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, que o classificavam como “[...] administrador exemplar.” (FERREIRA, et al, 1989, p. 142).

Apesar dos esforços empreendidos por seus correligionários e de seus investimentos em alianças externas ao estado, não obteve êxito. Como político fluminense ele representava uma candidatura oriunda de um estado de segunda grandeza¹⁰. Além disso, a política dos governadores era baseada na premissa de minimizar conflitos intra-oligárquicos que pudessem prejudicar a estabilidade nacional através de um pacto entre a união e os estados, fez prevalecer a hegemonia de Minas e São Paulo pelas maiores bancadas que detinham no congresso. (PINTO, FERREIRA, 2006). Conforme afirma Hélio Silva (1975), em relação ao período: “[...] o funcionamento do sistema foi tão consistente que em nenhum momento da República Velha foi eleito o presidente que não contasse com o apoio do Poder Executivo.” (SILVA, 1975, p. 37).

A incompatibilidade entre o governo do estado e o governo federal chefiado por Rodrigues Alves, decorrente da posição assumida por Nilo na campanha sucessória de 1902 em defesa da candidatura de Quintino Bocaiúva, comprometeu a posição do Estado do Rio no quadro da "política dos governadores", e este fato foi devidamente explorado pela oposição em suas tentativas de desestabilizar o situacionismo. (FERREIRA, et al, 1989, p. 137).

Neste contexto político a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da república em si demonstra tanto a ambição do estado fluminense como a improbabilidade desse candidato ser aceito. No entanto o prestígio pessoal (de Nilo Peçanha apoiado pelos nilista) somado ao agitado ambiente político no qual foi definido os candidatos ao pleito de líder nacional, permitiram sua entrada na chapa eleitoral como vice-presidente (FERREIRA, et al, 1989, p.

¹⁰ Assim como Pernambuco e Bahia, o estado do Rio havia ocupado uma posição-chave na sustentação do Estado imperial, mas com a proclamação da República e o agravamento da crise econômica, fora relegado a um papel secundário. No federalismo implantado com a Constituição de 1891 os três estados ocupavam, portanto, posições equivalentes, tendo sua autonomia no campo político grandemente limitada a seus interesses econômico-financeiros subordinados aos estados dominantes Minas Gerais e São Paulo. O Rio Grande do Sul, por seu lado, embora desfrutasse de uma posição privilegiada, ressentia-se igualmente da dominação mineiro paulista, vendo inúmeras vezes seus interesses prejudicados. (FERREIRA, et al, 1989, p. 17)

142). Assim, Nilo conseguiu ser eleito como vice na chapa que elegeu Afonso Pena, demonstrando a força política do grupo que representava.

No âmbito estadual, o retorno definitivo da chapa situacionista dos nilistas veio com a ascensão de Nilo ao governo federal após a morte de Afonso Pena (julho de 1909), a eleição de Botelho para o governo estadual em 1910 e o seu segundo mandato estadual em 1914/1917, respectivamente.

O plano de superação da crise econômica do Rio de Janeiro já estava sendo posto em prática desde a primeira eleição de Nilo para o governo do estado (1903/07), com uma pequena interrupção durante a administração Backer (1907/1910) quando este resolve romper com os nilistas e fazer uma administração sem tutela desse grupo. A frente da liderança nacional, Nilo Peçanha, pode dar continuidade ao projeto de recuperação agrícola e investimento na ideia de vocação natural do país na agricultura. Assumindo em julho de 1909, apenas cinco meses depois de sua posse, em 30 de dezembro de 1909, ele constituiu a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense, o que demonstra que este plano já estaria pronto há algum tempo e sua implantação aguardava o melhor momento político. E que conjunto de circunstâncias poderia ser melhor do que estar a frente do cargo mais alto da República?

Como exemplo de política de estado, pois permaneceu por três gestões, a Comissão Federal foi resultado de uma articulação engendrada ao longo da Primeira República que encontrou no político fluminense a sua plena realização, inclusive transferindo as demandas políticas da instância estadual para a federal.

No mesmo ano de sua saída da presidência foi eleito Oliveira Botelho, nilista, para governar o estado do Rio de Janeiro, prometendo “[...] dar continuidade aos programas econômicos e financeiros iniciados na gestão de Nilo Peçanha” (FERREIRA, et al, 1989, p. 176), demonstrando que de sua parte faria pressão no congresso para manter “os programas nilistas” dentro dos quais estaria a Primeira Comissão Federal.

Após a posse Oliveira Botelho enfrentou um complicado processo de escolha dos candidatos a eleição da Câmara dos Deputados e o Senado, no segundo semestre de 1911, onde “Um dos grandes problemas ocorridos nesse processo foi a indicação de nomes estranhos à política fluminense em virtude da interferência federal”. (FERREIRA, et al, 1989, p. 179). Como governador (presidente de estado) ele deveria encontrar um equilíbrio entre

sua ligação com Hermes da Fonseca (presidente da República), Pinheiro Machado (líder da Comissão de Verificação de Poderes) e seu compromisso partidário com Nilo. (FERREIRA, 1989). O resultado foi uma ruptura, em momento posterior, com Nilo eleito Senador em 1912. O resultado das eleições desestabilizou o grupo nilista, que mesmo mantendo a maioria de cadeiras foi obrigado e tentar equalizar os conflitos principalmente devido as diferentes origens dos eleitos.

[...] a permanência de conflitos no seio do grupo nilista atestava as dificuldades de uma unificação política do estado mesmo sob a liderança de Nilo. Embora fosse unanimemente respeitado, Nilo recebeu várias críticas à administração de Oliveira Botelho, atacada pelos jornais O Fluminense e Gazeta da Manhã e defendida pelo Diário Fluminense. (FERREIRA, et al, 1989, p. 180).

A ameaça a força nilista no estado se intensificou com os debates em torno da sucessão presidencial em 1913, quando Nilo decidiu pela neutralidade, confirmada por sua ausência na convenção do PRC que homologou a candidatura de Venceslau Brás. Com essa decisão a bancada Fluminense ficou dividida ainda que Nilo conseguisse manter os cinco deputados estaduais a seu favor, a crise no interior no nilismo era grave (FERREIRA, et al, 1989, p. 189) e ameaçava a continuidade dos projetos defendidos pelo grupo, inclusive a Comissão Federal.

Por outro lado, o afastamento da direção política do estado da órbita do PRC intensificou as pressões do governo federal sobre as forças nilistas, surgindo inclusive boatos sobre a **possível suspensão dos serviços de Saneamento da Baixada Fluminense**, uma das mais importantes iniciativas do governo Oliveira Botelho. (FERREIRA, et al, 1989, p. 191, grifo nosso).

Divergindo de Oliveira Botelho em relação ao nome para sucede-lo no governo do estado, Nilo decidiu lançar a si próprio para o cargo, com o intento de restaurar a força nilista no estado. Fazendo forte campanha no interior fluminense certamente as obras da Comissão Federal foram alvo de sua propaganda política e a despeito de estar posicionado contra o candidato oficial apoiado pelo governo federal, Nilo se elege pela segunda vez como governador. E como líder estadual pode manter os compromisso e alianças políticas que mantiveram funcionando a Primeira Comissão Federal até o final de seu mandato.

O segundo governo de Nilo Peçanha, a despeito das dificuldades iniciais, inaugurou um período de estabilidade interna e de compromisso com o governo federal que iria se prolongar durante o governo Raul Veiga, consolidando o domínio nilista no estado do Rio. (FERREIRA, et al, 1989, p. 207).

O estilo de governo adotado por Nilo Peçanha foi durante muito tempo reconhecido principalmente pelos que se ocuparam de sua biografia, a exemplo de Celso Peçanha (1969) e

Brígido Tinoco (1962), como ruptura na política oligárquica, sempre presente na Primeira República. No entanto no livro *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na primeira República* (1998), resultado da dissertação de mestrado, Surama Conde Pinto, questiona esta visão e demonstra através da análise da correspondência de Nilo, a constituição de uma trama longa, bem articulada e construída de forma que as várias oligarquias foram respeitadas e privilegiadas. Será baseado nesta visão, a de continuidade do poder da elite rural dentro do estado (em suas várias instâncias), neste caso elite fluminense, que trabalharemos a administração nilista que levou a efeito a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense.

As obras engendradas pela Comissão Federal foram uma tentativa de amenizar o quadro de crise financeira do estado do Rio, devido não só a queda dos preços do café no âmbito internacional, como da perda da primeira posição de produtor para São Paulo, além de uma antiga e não superada perda de mercado do açúcar e de saída de mão de obra do campo em busca de melhores condições de trabalho em outros estados da federação.

A Primeira Comissão Federal foi criada em 30 de dezembro de 1909, através da sessão XVII do artigo 18 da lei de número 2221. Essa lei, composta de 59 artigos enviada ao Congresso Nacional por Nilo Peçanha, tinha objetivo de “Fixar a despeza geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1910, e dá outras providencias.” (BRASIL, 1909) e sendo assim versava sobre os mais variados assuntos, desde ajuda de custo aos membros do Congresso Nacional até estímulo ao uso do carvão nacional nas estradas de ferro federais. A sessão 17 do artigo era a seguinte: “A restabelecer o serviço de dragagem dos portos de São João da Barra e Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro e rios do mesmo Estado que desaguam na Bahia de Guanabara, fazendo para esse fim a necessária operação de credito.” (BRASIL, 1909, grifo nosso). Foi com base neste item que Nilo Peçanha instituiu a Primeira Comissão Federal, note-se que o artigo faz menção a toda a planície do estado, no entanto como veremos mais adiante, foi somente “os rios que desaguam na baía de Guanabara” que receberam ação efetiva da comissão, pois desde a celebração do contrato com a empresa responsável pelas obras, o espaço de intervenção eram somente os rios da baía.

O engenheiro escolhido para chefiar os trabalhos da comissão foi Marcelino Ramos da Silva que também havia exercido a mesma função na Primeira Comissão Estadual de 1894 a 1902, menos de um ano depois assumiu Fábio Hostilio de Moraes Rego após a morte do primeiro (FADEL, 2006, p. 106). O objetivo da comissão era “[...] colleccionar os

documentos existentes e com eles organizar uma planta geral da baixada, da parte relativa à baía do Rio de Janeiro. ” (BRASIL, 1911, p. 478). Corroborando com a ideia de que a delimitação do espaço da baía de Guanabara era a de Baixada Fluminense, denominação da Primeira Comissão Federal, se deu com base no conjunto de estudos realizados pela Primeira Comissão Estadual.

Ficaram responsáveis pela atividade de reunir todos os documentos que versavam sobre a região, um pequeno grupo de profissionais composto de um engenheiro chefe, um engenheiro ajudante e um chefe de seção.

Segundo o relatório MVOP de 1911, a Primeira Comissão Federal deveria atuar “Considerando unicamente as águas que se dirigem a essa baía, limitadas pelos rios Meriti e Guaxindiba [...].” (BRASIL, 1911, p. 473) sendo subdividida em duas seções: 1ª Seção entre o rio Meriti e a estrada de ferro Mauá com aproximadamente 1.684 km²; 2ª Seção entre a estrada de ferro Mauá e o rio Guaxindiba, medindo 2.079 km². Observe-se que o somatório destas duas seções corresponde a extensão geográfica da 1ª Seção da Primeira Comissão Estadual (3.763km²) onde foram realizados os estudos. Portanto esta foi a primeira vez que o espaço próximo a capital federal foi alvo de uma política pública, custeada pela união, pensada exclusiva e unicamente para atuar no saneamento nesta parte da planície do estado.

As bacias da 1ª Seção de atuação da Comissão Federal compreendiam os rios Meriti, Sarapuí, Iguassú, Estrela, Piranga e da Guia de Pacopaiba. Na 2ª Seção estavam as bacias do rio Mauá, Cruará, Surui, Iriri, Magé, Macacu e Guaxindiba. Segundo Fadel (2006) a comissão projetou e fiscalizou obras em 9 das 13 bacias, levando em conta as duas seções, “Importa ainda lembrar o fato de que, ao início das obras, existiam propostas de trabalho para apenas seis bacias, as quais foram elaboradas a partir de cartas já existentes, e não do trabalho de campo posteriormente desenvolvido. ” (FADEL, 2006, p. 132). Abaixo temos um quadro com as primeiras propostas:

Quadro 2: As propostas de trabalho da Primeira Comissão Federal em 1910. Fonte: FADEL, 2006, p. 124 e 125.

Rio	Propostas
Rio Piranga	Limpeza do leito e construção de pontilhões.
Rio Mauá	Limpeza do leito.
Rio Surui	Limpeza do leito.
Rio Iriri	Limpeza do leito, abertura da barra e desobstrução dos afluentes.
Rio Magé	Dragagem do canal, limpeza do leito, dragagem e limpeza dos afluentes.
Rio Macacu	Abertura do canal, limpeza do leito, dragagem e limpeza dos afluentes.

Uma análise do quadro e do relatório do MVOP de 1911 demonstra que a realização da intervenção estaria baseada em propostas de trabalho realizadas por Marcelino Ramos na Primeira Comissão Estadual, já prontos e disponíveis para serem utilizados em 1911. Não houve, por ocasião do levantamento para elaborar o edital outros estudos que pudessem agregar informações àquelas existentes. Assim com base nesses dados que as empresas interessadas na obra de dessecamento concorreram.¹¹

Em 09 de agosto de 1910 foi publicado o edital com a apresentação dos seguintes candidatos: Luiz Rodolpho Cavalcante Filho e Jeronymo Teixeira de Alencar Lima¹²; Luiz Betim Paes Leme; Gebrueder Goedhart A.G.; Société Financière et Commerciale Franco-Brésilienne; Société Française Industrielle d'Extrême Orient. Por oferecer menor preço e ter comprovado experiência anterior em obra semelhante em outros países, venceu a empresa alemã, com a assinatura do contrato em 10 de novembro de 1910. Notemos aqui que foi feita uma análise preliminar dos estudos feitos há pelo menos uma década e muitos destes estudos, como vimos no capítulo anterior, não resultaram em ações efetivas. Portanto o edital foi lançado e vencido, com base em informações desatualizadas, o que geraria posteriormente constantes pedidos de aumentos nos recursos necessário para o saneamento.

¹¹ Desta maneira o trabalho foi assim organizado: o decreto lei instituiu a Comissão que deveria reunir os estudos, mapas e demais informações sobre a área a ser saneada para elaborar um edital onde diversas empresas teriam a oportunidade de se candidatar a fazer o trabalho. Uma vez escolhida e contratada a companhia, esta teria seus trabalhos orientados e fiscalizados pela Comissão a cargo do engenheiro chefe. A comissão faria os estudos e a contratada executaria as obras conforme fosse orientada pela comissão.

¹² Em 1921 o engenheiro Alencar Lima e o banco Português do Brasil, receberam a concessão da Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, que trabalho sobre a liderança de João Batista de Moraes Rego e Alfredo Conrado de Niemeyer.

O contrato firmado entre a União e a empresa Gebrueder Goedhart A.G consistia em saneamento e dragagem dos rios que desaguavam na Baía de Guanabara. Um decreto de 20 de outubro de 1910 nº 8313 havia desapropriado as terras nas bacias dos rios Meriti a Guaxindiba e aprovado uma planta que delimitava esse espaço para a empresa trabalhar e entregar as obras em um prazo de cinco anos. No entanto apesar do decreto a desapropriação não ocorreu, fato que trataremos mais adiante.

A Empreza está aparelhada para realizar os serviços se deve terminal-os, se não houver contratempo, no prazo de cinco annos. Os rios que vão ser beneficiados são: Merity, Sarapuhy, Iguassú, Estrella, Suruhy, Iriry, Magé, Macacúe Guaxindiba, entre os maiores, e mais Magé-mirim, Suruhy-mirim, Cruará, Mauá, Guia e Piranga. A área a sanear e a conquistar representa a somma de **3.763 kilometros** quadrados, limitada pelo littoral da bahia Guanabara, ao Sul; pela bacia do Guaxindiba, a Este; pela do rio Merity, a Oeste, e por uma linha de contorno, na cota de 30 metros acima do nivel da maré mais alta, observada, ao Norte. (BRASIL, 1911, p.53, grifo nosso)

Ao observarmos a área de atuação da Primeira Comissão Federal, os 3.763 km² do rio Merity ao Guaxindiba, podemos afirmar que a Primeira Comissão Federal de 1910 foi a primeira a delimitar e nomear o espaço que hoje é reconhecido como Baixada Fluminense, já que até então Baixada Fluminense era toda a planície do estado, ou Baixada da Guanabara. Além da delimitação do que é Baixada Fluminense a Primeira Comissão Federal de fato interveio na região, diferente do acontecia nas Comissões Estaduais onde elite campista conseguia levar para sua área as obras e dessecamento.

Dentre as cláusulas do contrato, Decreto 8.323 de 27 de outubro de 1910 entre a União e a empresa Gebrueder Goedhart A.G, a que gerou mais discursões posteriores foi

A firma Gebrueder Goedhart, **tendo pleno conhecimento, não só das obras que contracta, como ainda das circunstâncias locais**, obriga-se a executar, com a maior perfeição e proficiência, a contento da comissão fiscal por parte do governo e de acordo com o presente contracto, as obras seguintes constantes do edital de concorrência de 9 de agosto de 1910 [...] (BRASIL, 1912, p. 3, grifo nosso).

Assim, a empresa estaria comprometida em realizar a obra, mesmo onde não havia referência de que tenha examinado o local de trabalho, e deveria realizar a “contento da comissão”, o que gerou divergências com o engenheiro chefe como veremos mais a frente.

Nas demais cláusulas contratuais constavam orientações sobre a forma das escavações e descarte dos resíduos, a isenção do imposto de importação de todas as máquinas, a venda de todo o maquinário utilizado pela empresa nas obras com o abatimento de 50% do valor de

mercado ou 34% de desconto, caso o estado resolvesse adquirir somente metade das máquinas e a utilização de pelo menos 2/3 de empregados nacionais.

Em março de 1911 as primeiras máquinas chegaram, em abril os rebocadores e lanchas para fazer a locomoção das dragas e em maio de 1911 iniciaram-se os trabalhos pelo canal do Rio Estrella¹³, também cláusula contratual, enquanto a Comissão de Saneamento, através de seu engenheiro chefe e corpo técnico faziam estudos em outros canais, demonstrando a forma como estavam organizados os trabalhos: o corpo técnico nacional faria os levantamentos e a empresa alemã efetuava as obras.

A questão norteadora da Primeira Comissão era de revitalização da região para que esta contribuísse na economia estadual. Desta forma a ocupação dos espaços saneados eram uma constante preocupação e motivo de alterações político/administrativas em duas vertentes, estado/união e público/privado. (FADEL, 2006, p. 135). Assim algumas formas de apropriação das áreas saneadas foram propostas.

Uma breve análise do relatório da Comissão datado de 1914 permite mencionar a forma de como esse espaço poderia ser utilizado após as obras: o parcelamento das áreas saneadas com a sua venda a preço módico a quem estivesse disposta a trabalhá-la. É nesta possibilidade de venda que nossa atenção se concentra, pois, a liberação de “novos espaços” cultiváveis estava relacionada ao fato de quem pertenciam esses terrenos.

A instalação destas pequenas propriedades só seria possível com a desapropriação sugerida pela Comissão. Muitas terras estavam sem registro ou com uma indefinição de limites, pois o imposto territorial, criado na administração estadual de Nilo Peçanha para aumentar a arrecadação no estado, era baseado na auto-declaração ou em documentos redigidos nos municípios, realizados de forma que permitia ao proprietário pagar um preço menor do que efetivamente ele pagaria se fosse contabilizada a extensão da terra. Essa discrepância ao que parece era usual em todo estado. Nos autos do processo nº 208/12, 94-A-11, encontrado na Biblioteca Nacional, a discussão sobre os limites das propriedades em Iguassú se alonga por seis anos, onde diversas certidões de compra, venda e aforamentos foram apresentadas para tentar justificar o recebimento do valor da indenização do estado. A dúvida era quanto ao local, tamanho e também dos reais donos das terras que deveriam receber os valores. Os autos não se referiam a Comissão de Saneamento, mas sim a captação

¹³As obras começarem pelo rio Estrella foi devido a serem os estudos desta bacia os únicos já completos realizados por Marcelino Ramos na Primeira Comissão Federal.

das água da bacia do rio Xerém do sistema Rio D Ouro para o abastecimento da capital federal, no entanto é um bom exemplo do problema enfrentado pela Comissão em relação a desapropriação, uma vez que o caso se arrastou de 1911 a 1917 (mesmo período de existência da Comissão). Assim podemos pensar que subsidiariamente, ocupar de forma organizada e legal a região também fazia parte do processo de saneamento.

A desapropriação das terras trazia também um plano de revitalização, não somente agrícola, mas financeira para o estado. O objetivo da Comissão era desapropriar, sanear, repartir em pequenas propriedades e vender os terrenos. Desta forma o retorno seria praticamente imediato ao fim das obras, talvez tenha sido esse um dos argumentos utilizados por Nilo Peçanha no convencimento da liberação de verbas para a continuidade dos trabalhos da Comissão. Outra forma de ocupar os espaços dessecados era através da fundação de colônias ou núcleos agrícolas defendidos por Nilo Peçanha na seção colonização de sua mensagem presidencial de 1910.

Paralelamente ao desenvolvimento econômico dos núcleos (coloniais) fundados pelo governo federal, cumpre ainda assignar o da rede de viação, urbana e rural, que facilita as relações entre os habitantes dos mesmos nucleos e de outras zonas povoadas, impulsionando o comercio e permitindo a colocação nos mercados próximos dos produtos coloniais, remanescentes do consumo local. (BRASIL, 1910, p.80).

O recurso necessário para realizar a transação de desapropriação não foi liberado pelo Congresso Nacional. Provavelmente um dos motivos deve ter sido a presença no Congresso de proprietários de terrenos nos locais a serem saneados e que desejavam manter a posse da terra que estaria em vias de ser valorizada. Atendendo a pressão, o que se operou foi o retorno das terras aos respectivos proprietários.

Assim pois, a actual situação dos paiz não permitindo despesa avultada outro sera o alvitre adoptado para o mais rápido aproveitamento dos terrenos saneados, [...], e ainda a permissão para que os **actuaes proprietários** possam dispor livremente das suas terras, alienando-as a quem possa cultiva-las, com a obrigação, porém de manter as vallas e rios que as cortarem completamente livres e desobstruídos. (BRASIL, 1914, p. 8, grifo nosso).

A questão orçamentaria era um problema constante da Comissão, não somente no episódio da desapropriação como nos valores necessários à execução das obras. Estudos eram realizados pelos técnicos e engenheiros da comissão, em cada bacia dos rios que compreendiam a 1ª seção (entre o rio Meriti e a estrada de ferro Mauá) e a 2ª Seção (entre a estrada de ferro Mauá e o rio Guaxindiba). A partir dos resultados eram elaborados planos de trabalho e estes projetos eram enviados ao Congresso para aprovados, após a aprovação e

liberação dos recursos, os projetos seguiam para a empresa contratada a fim de serem efetivados. Com a intenção de facilitar a liberação dos recursos, todos os anos a importância e relevância da Comissão de Saneamento era ressaltada nos relatórios, com o intuito de a cada ano legitimá-la como relevante ao país e garantir assim a continuidade das obras. (FADEL, 2006, p. 110).

No item reservado ao estudo do orçamento, apesar de a CFSBF possuir um orçamento aprovado desde sua criação até 1916, o caráter temporário característico de uma Comissão pode ter gerado constante instabilidade, uma vez que os compromissos políticos que garantiam o funcionamento da CFSBF precisavam ser reafirmados a cada momento de mudança de governo. (FADEL, 2006, p. 111).

É por esse motivo que defendemos que além da influência constitutiva das obras anteriores a Primeira Comissão Federal (Comissões Estaduais), o contexto político de articulação estadual e federal abalizado pelo nilismo foi essencial, não somente a criação com para a existência da Comissão Federal ao longo dos anos.

No caso da baixada da Guanabara a geografia do lugar deve ser observada em função do baixio facilitador de inundação, no entanto, as alterações tanto na cidade do Rio de Janeiro, uma vez que os rios que passavam pela região desaguavam a baía de Guanabara, quanto a construção de algumas “obras de arte”¹⁴ responsáveis pelo assoreamento, foram agravando a situação das inundações.

Falando a respeito das estradas de ferro como agravantes das condições sanitárias da Baixada Fluminense Simone Fadel destaca a falta de análise do ambiente onde as mesmas foram construídas, atrelando esta identificação a Fabio Rego engenheiro chefe da Primeira Comissão Federal. No entanto ao avaliar tal afirmação, discordamos da autora, pois o relatório da Primeira Comissão Estadual em 1898, do engenheiro chefe Marcelino Ramos, já fazia esta correlação (estrada de ferro/insalubridade).

Depois da junção dos rios Cayoba e Bonga nota-se a mesma **dificuldade de escoamento nas pontes da estrada de ferro que com os seus aterros formam uma segunda barreira**, represando as águas á grande distância, transformando todo o terreno superior em um impenetrável pantanal, coberto de mato, peri-peris e outras vegetações aquáticas. (RIO DE JANEIRO, 1898, p. 29, grifo nosso)

¹⁴ O termo “obra de arte” utilizado nos relatórios, segundo o Dicionário de engenharia, significavam “determinados tipos de construção, que requerem uma maior especialização, tal como pontes, viadutos, túneis”. Receberam este nome, por serem construídas por indivíduos detentores de um conhecimento específico, os chamados “artífices”. A principal característica de uma construção assim referida era a transposição de um obstáculo, geralmente oferecido pela natureza. No nosso caso não só as linhas de ferros eram “obras de arte” como os aterros e pontes que as possibilitaram. Dicionário de engenharia.

Portanto entendemos que foi a partir do contato com os estudos, plantas, diários e outros escritos resultantes da Primeira Comissão Estadual que Fabio Rego chegou a esta conclusão. Marcelino Ramos dedicou a maior parte de sua carreira a construção de estrada de ferro ao lado de Teixeira Soares sendo assim pode ter sido este o motivo de não fazer esta correlação direta estrada de ferro/insalubridade de maneira como o fez Fábio Rego, chegando a publicar artigo na revista de engenharia paulista em 1911.

De acordo com relatório da Comissão Federal de 1910 a construção das estradas de ferro que cortaram a região foi executada sem o “[...] cuidado para que os aterros e as obras de arte causassem embaraço ao escoamento das águas [...].” (BRASIL, 1911, p. 478) produzindo novos pântanos e tornando a região propícia à proliferação da malária. Para a geografa Segada Soares (1962) foi no final do século XIX, com a construção das linhas ferroviárias, que a baixada da Guanabara passou a ser vista com descaso e desinteresse, sendo esquecida pelo estado e aos poucos a região, sem cuidado ou intervenção, foi se tornando sinônimo de doenças (SOARES, 1962). Construindo assim a imagem de sertão¹⁵, amplamente usada pela Comissão.

Como o objetivo oficial era a utilização do espaço conquistado das águas para a lavoura, além da desobstrução dos rios, eram necessários estudos topográficos, hidrográficos e meteorológicos que foram realizados pelos técnicos da Comissão. Na realização destes estudos foi gasto boa parte do orçamento entre transporte, deslocamento e cuidados com os 100 trabalhadores (em média). Como a maior parte dos trabalhos de coletas dos dados para a construção dos projetos de intervenção ocorreu em terreno insalubre, “[...] foram tomadas providências durante os primeiros três anos, no sentido de minimizar o contato com os focos de malária existentes.” (FADEL, 2006, p. 143). Dentre essas providências estava a desinfecção e construção diferenciada de casas, médicos e remédios. Estes trabalhadores estavam divididos em 4 turmas, acampados nos locais das medições, onde cerca de 10% foram atacados pela malária.

No relatório de 1914 dando conta dos trabalhos de 1913 o engenheiro Fabio Rego comenta as condições de trabalho nos rios Posse, Caiobaba, Itaipu e Saião (parte da bacia superior do rio Iguassu) como “muito penosos”, mas ainda assim sem nenhum caso de morte durante a execução das obras naquela região.

¹⁵ Sertão, neste caso, “não tem o sentido nordestino de regiões escassamente arborizadas e pastoris, mas, sim o de mata virgem bravia e distante.” (LAMEGO, 1945, p.56)

Longe dos povoados e na impossibilidade de construir-se barracões para abrigo do pessoal que, se tornariam afastados com o avançamento dos trabalhos, e não convindo mesmo que o pessoal pernoitasse nesses lugares por demais insalubres, era ele obrigado, diariamente a um percurso a pé de 4 e 5 quilômetros.

Para evitar este inconveniente mandei construir uma casa flutuante¹⁶ que, de perto, podia acompanhar os trabalhos.

O médico da Comissão fazia frequentes visitas às turmas em serviço, e graças as medidas sanitárias postas em pratica, não houve um só caso de falecimento ou mesmo de acidentes de trabalho que oferecesse gravidade, sendo que os casos de impaludismo estiveram aquém do que esperava a Comissão. (BRASIL, 1914, p. 35).

No relatório de 1912 algumas alterações no corpo técnico foram registradas com resultado da infecção por malária, inclusive com a morte de um engenheiro. Em 1913 foram registrados uma média de 10 % de infectados. Nos relatórios de 1914 não há registro de malária e em 1915 foram poucos casos. Segundo Fadel estes dados eram indicadores de que

[...]apesar dos focos de malária na região, sua redução parece ter sido sensível. Tal fato pode ser explicado pelo término de algumas obras de desobstrução dos rios e pela eficácia das medidas adotadas nos anos anteriores, como a presença de médicos, ambulância e melhores acomodações. (FADEL, 2006, p. 148)

Os estudos realizados pelo corpo técnico da Primeira Comissão Federal mais tarde, na Segunda Comissão Federal de 1933, foram coletados, revisados, alguns corrigidos e utilizados. Os primeiros anos de trabalho da Segunda Comissão, já transmutada em Diretoria foram dedicados as limpeza e desobstrução dos rios da Baixada da Guanabara prioritariamente.

No relatório dos trabalhos realizados no ano de 1913 o engenheiro inicia a descrição dos trabalhos alternando textos, imagens e mapas¹⁷. Assim como na comissão estadual, as intervenções deveriam ocorrer após a realização de estudos topográficos, hidrográficos e mareográficos, no entanto foi neste documento a primeira constatação de que o enxugamento e desobstrução preliminares seriam necessários para a realização de projetos precisos, pois antes do escoamento das águas era impossível determinar o leito dos rios e assim desenhar os possíveis canais e fazer os devidos cálculos orçamentários. Este conhecimento gerado pela Primeira Comissão Federal foi absorvido e aplicado na Segunda Comissão Federal conforme já dito.

¹⁶ Foto em anexo.

¹⁷ Em anexo

A questão da falta de limpeza preliminar foi a justificativa apresentada para o fato de que em determinados locais houve saldo na verba estimada, como foi o caso da desobstrução do rio Merity, embora nos rios Suruhy, Magé e Suruhy-Mirim, por exemplo, ter ocorrido o contrário. Nessas três bacias citadas, com o andamento das obras, o nível da água baixava, revelando novos riachos e valas que também deveriam ser alvo de intervenção, aumentando constantemente o orçamento original.

Os serviços de topografia, hidrografia e meteorológico foram realizados em 1913 por quatro turmas até o fim do primeiro semestre, no segundo semestre houve redução para duas turmas, devido ao encolhimento dos repasses de recursos autorizados pelo Congresso. Note-se que isso ocorre no ano de 1913, quando Nilo estaria fora do Senado e o nilismo passava por uma crise interna, por ocasião da falta de coesão política na administração entre Nilo (oficialmente sem cargo político) e Botelho (governador do estado, antigo nilista).

A 1ª Turma esteve acampada em Porto Grande, depois em Paraizo, Serra Queimada, São Jose do Morro Frio e Sant'Anna (entre Guapimirim e Cachoeira de Macacu), traçando 142.724,9 de alinhamentos e 160.238 de sessões transversais com nivelamento e contranivelamento¹⁸ com 27 trabalhadores, sendo destes 13% atacados de malária.

A 2ª Turma acampou na Pavuna, Anchieta e Maxambomba (entre Pavuna e Nova Iguaçu), traçou alinhamentos na extensão de 188.682,4 metros lineares e 386.038,2 de seções transversais niveladas com média de 25 trabalhados e 6,6% de atacados pela malária. Também identificada como 2ª Turma, outro grupo esteve acampado em Aurora fazendo o levantamento das estradas de rodagem e do rio Iguassú com seus afluentes, delineou alinhamentos em 89.039,6 metros lineares e 158,179,5 de seções transversais, nivelados e contra nivelados, utilizando 24 trabalhadores ficando doentes 11% deles. Ao observamos o local de acampamento da 2ª Turma percebemos que a área de atuação da Comissão foi além do rio Meriti ao empreender obras no canal Pavuna, ou seja, já no Distrito Federal.

Organizada em novembro de 1913, a 3ª Turma teve a incumbência de terminar os estudos topográficos do vale do rio Macabu e completou 47.765 metros de alinhamentos e 32.828 de seções transversais, nivelamento e sondagens. Não há referência aos que adoeceram

¹⁸ O método utilizado no nivelamento é aquele baseado no paralelismo de planos, o chamado Nivelamento Geométrico, cujos instrumentos empregados são o nível de luneta com tripé e a mira. Em cada estação mede-se a altura, ou seja, a distância vertical que vai do piquete até a linha de visada, estabelecida com o nível e a mira. A partir destas alturas e da cota inicial da Estaca Zero, determinam-se as cotas de todas as estacas subsequentes; O levantamento de seções transversais é utilizado para possibilitar a representação gráfica do relevo do terreno, ao longo da faixa de exploração, a partir do eixo de exploração. (Noções de topografia Geral)..

neste grupo. Traçando 84.268 metros de alinhamentos e 68.846 de seções transversais niveladas, contando com 25 pessoas dos quais adoeceram 8%, a 4ª Turma foi extinta em sete de julho de 1913, quando estava acampada em Vila Nova de Itamby. Este grupo organizou estudos sobre a estrada de ferro Leopoldina e o rio Macabu e seus afluentes.

Todos os dados coletados pelo pessoal de campo eram enviados ao escritório da comissão para que fossem elaborados projetos. Estes estudos serviram também para a construção de mapas e plantas primeiro desenhados na escala 1:4.000 para melhor observação dos acidentes no terreno e depois transformadas em escala 1:20.000, no caso das bacias dos rios. As plantas gerais foram elaboradas em escala de 1:100.000.

Os projetos concluídos, segundo Fabio Rego, no ano de 1913 pela Primeira Comissão Federal de Saneamento estão descritos no quadro abaixo:

Quadro 3: Obras executadas em 1913 pela Primeira Comissão. Fonte: BRASIL, 1914, p. 14 e 15.

Rio	Obras
Surui	Desobstrução, dragagem e limpeza.
Iriri	Desobstrução, dragagem e limpeza.
Magé	Desobstrução, dragagem e limpeza.
Iguassú, Guapi e Macacu	Plantas (mapa).
Meriti	Desobstrução e limpeza.
Guia	Desobstrução e limpeza.
Piranga	Desobstrução e limpeza.
Mauá	Desobstrução e limpeza.

O total obtido de limpeza das margens dos rios, riachos e valas foi de 303.104 m² e desobstrução no leito desses cursos de água chegou a 77.272 metros lineares. (BRASIL, 1914, p. 24). Estavam ainda em andamento os trabalhos de desobstrução no rio Surui, enviado ao governo para aprovação, sendo autorizado no ano de 1914, a construção das plantas dos rios Guapi, Iguassú e Macacu, além do realizado no rio Estrela. O relatório contém detalhada

descrição com plantas e fotos sobre os trabalhos já realizados. A coletânea de fotos indica o momento anterior e o posterior da maioria das obras.¹⁹

Em 1913, foram entregues na bacia do rio Estrela, 32.000 hectares de terrenos saneados dos quais 10.000 eram cultiváveis. “São terrenos de rara feracidade para diversos gêneros de cultura, principalmente para todas as fructas das zonas tropicaes, [...]. Além das vias de comunicações marítimas, fluviais e terrestres, já existentes [...].” (BRASIL, 1914, p. 40).

Da mesma forma que fez Marcelino no relatório da Primeira Comissão Estadual de 1898, Fábio Rego o faz em 1914, descrevendo os rios que descem da serra e encontram seus caminhos obstruídos, fazendo da parte plana, a Baixada Fluminense, um imenso pântano. Tanto os trabalhos da Primeira Comissão Estadual (1898) como os da Primeira Federal (1914) são avaliados como fator de transformação quando referidos pelos seus respectivos responsáveis.

Os engenheiros tentam demonstrar a relevância dos “importantes e transformadores” trabalhos de intervenção realizados de forma “heroica” abalizando todo o sucesso de suas obras na conservação posterior das mesmas. Ou seja, caso a região liberada via saneamento e dessecamento não fosse urgentemente ocupada, revitalizada e ganhasse assim um sentido para ser conservada, tudo se perderia devido a geografia do lugar.

Mesmo após as intervenções Fábio Rego reconheceu a dificuldade de ocupar o lugar com a agricultura. Seu argumento foi a proximidade com a capital federal, uma vez que, como centro de atividades comerciais a capital federal poderia oferecer melhores condições de trabalho. Reconhecendo que as obras, apesar de serem ditas como terminadas, nada mais eram que uma limpeza, que ao ser abandonada tudo voltaria a ficar como antes.

Como sugestão de ocupação das novas terras, aquelas que seriam ganhas pelo saneamento, ele aconselha a fixação de imigrantes, utilizando uma pequena porcentagem de imigrantes europeus e nacionais, incentivando, porém, o uso do colono japonês, ao exaltar as qualidades morais, sem os vícios dos grandes centros urbanos, disciplinados e resistentes, que uma vez implantados com êxito, atrairiam novos braços para a região.

O estabelecimento do colono japonês e dos demais imigrantes se dariam nas terras desapropriadas e devolutas da Baixada Fluminense. Ocorre que essas terras nunca chegaram a

¹⁹ Algumas destas fotos constam em anexo.

ser realmente desapropriadas por dois motivos: primeiro a Congresso não liberou as verbas para a desapropriação, e segundo, mesmo que tivessem sido liberadas, os proprietários não aceitariam, como já haviam manifestado, os valores da indenização.

Para justificar a cobrança de impostos sobre os terrenos saneados e a responsabilidade de manter a limpeza dos rios da região, Fábio Rego citou o exemplo de procedimento semelhante em Buenos Aires. Lá, os donos dos terrenos a serem beneficiados pelo empreendimento do estado Argentino, arcaram com 40% dos valores aplicados nos trabalhos. Como a província de Buenos Aires possuía algumas propriedades no mesmo local, estes foram vendidos antes de começar o saneamento para ajudar com os recursos necessários ao investimento. Sendo assim o engenheiro concluiu que

Não é, pois, justo nem razoável que o Governo, não conseguindo realizar por motivo de força maior o que primitivamente foi decretado para os terrenos da baixada fluminense, deixe de exigir de quem deles se aproveita sem maior ônus, uma pequena contribuição para ocorrer a um serviço de uso e gozo geral para todos os habitantes da zona de saneamento. (BRASIL, 1914, p. 8)

Assim, três sugestões foram criadas para manter a conservação das obras: desapropriação das terras, o que não ocorreu devido a rejeição da indenização no Congresso; repassasse dos custos para os proprietários, no entanto não sabemos se este artifício foi realmente utilizado. A terceira proposta passava pela transferência dos gastos para o estado do Rio de Janeiro, no entanto os dados fornecidos pelos relatórios não estabeleceram uma definição do real destino das terras com as benfeitorias do dessecamento. Nós concluímos que elas não foram aproveitadas em sua totalidade, uma vez que os relatórios da Segunda Comissão Federal (1933) descrevem a região ainda como local a ser saneado de maneira completa.

No entanto a atividade da Primeira Comissão Federal demonstra a vitória política de um modelo de intervenção para a região da Baixada Fluminense e a consolidação de um discurso que se assenta na necessidade de obras empreendidas pelo poder público para liberação do espaço para ser ocupado. Apesar de não ter obtido o resultado planejado, pelo menos planejado oficialmente (ocupação e agricultura), a Primeira Comissão Federal contribuiu para a legitimação de um imaginário de baixada construído ao longo de 40 anos de intervenções. Todos os relatórios, Primeira Comissão Estadual (1894 a 1902), Primeira e Segunda Comissões Federais (1910 a 1916; 1933), começam suas narrativas a respeito da

Baixada Fluminense como um espaço antes belo e produtivo que foi se deteriorando “magicamente” para se tornar em um lugar insalubre, inabitável e profundamente necessitado de ações governamentais para ser “salva” da inutilidade.

Depois de concluir as descrições dos estudos, Fabio Rego utiliza o relatório para explicitar uma divergência existente entre ele como chefe da comissão e o empreiteiro, representante legal da empresa Gebrueder Goedhart A.G, contratada para executar os trabalhos. São gastas cinco páginas para discorrer sobre onde deveriam ser lançados os restos das dragagens. O empreiteiro insistia na construção de um canal paralelo aos rios e o engenheiro afirmava que lançar os detritos nas margens já seriam suficientes ou transportá-los para a barra dos rios quando as margens não comportassem mais aterros. Fabio Rego argumenta que o empreiteiro procurava um meio de aumentar o valor do contrato ao ter de abrir novas valas. O representante da empresa então pediu pagamento pelo transporte valor acima do estimado pelo engenheiro o que gerou novas discussões. Por fim, Fabio Rego encaminhou o problema ao ministro de obras que ofereceu um valor abaixo do pedido e acima do sugerido, no entanto o acordo só foi fechado e a querela encerrada após a chegada do chefe da empresa Peter Goedhart, da Alemanha, que aceitou o acordo de receber um valor menor do que seu empreiteiro havia estipulado pelo transporte dos detritos, mais pediu o pagamento em dinheiro.

Essa questão coaduna com o desconhecimento da região tanto pelo estado como pela empresa contratada. Um assunto que deveria ser de menor importância torna-se objeto de grande impasse devido a possibilidade de aumentar o ganho de capital, uma vez que a empresa assinou um contrato para sanear uma área que não conhecia e ao que deixa transparecer os relatórios, estava em condição pior que as imaginadas no ato de confecção do edital de concorrência.

A Primeira Comissão não só ajudou a construir o imaginário do abandono como ratificou a necessidade de um maior investimento público na baixada próxima a capital, geograficamente privilegiada, mas econômica, política e socialmente desconhecida.

De acordo com o relato de Fabio Rego conforme os trabalhos fossem concluídos haveria a necessidade de manutenção, que não poderia ser feita sem as dragas e lanchas para percorrer os rios e canais já saneados. Sendo assim a Comissão foi autorizada pelo Congresso a comprar este material da empresa contratada, bem como os batelões necessários para

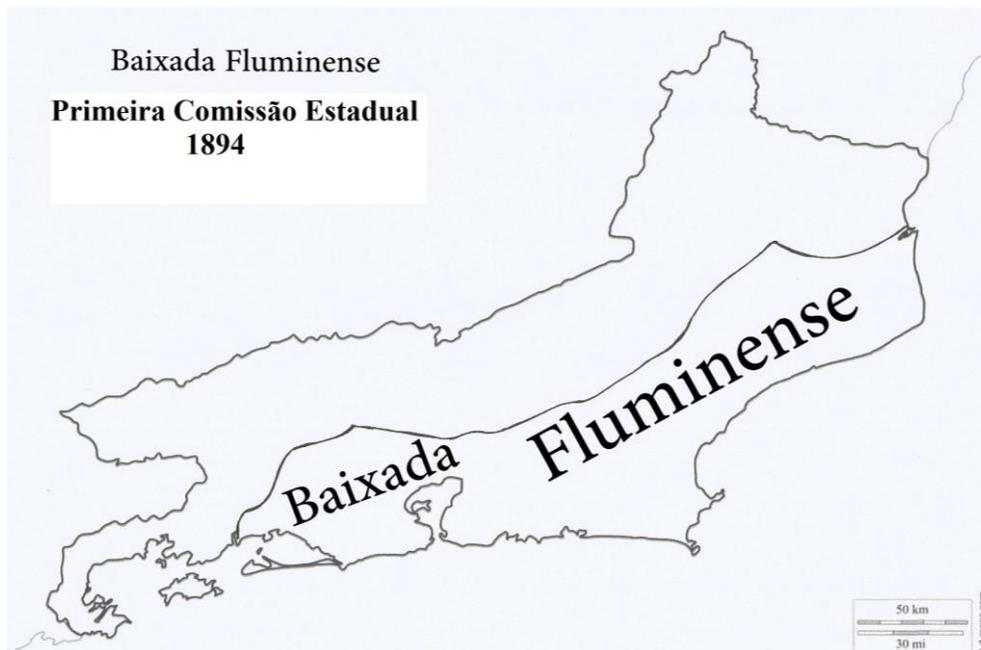


Figura 5: O que era Baixada Fluminense para a Primeira Comissão Estadual. Fonte: GÓES, 1934, p.322. (Elaboração Própria).

-Primeira Comissão Federal: Baixada Fluminense = 1ª seção da divisão feita pela Primeira Comissão Estadual;

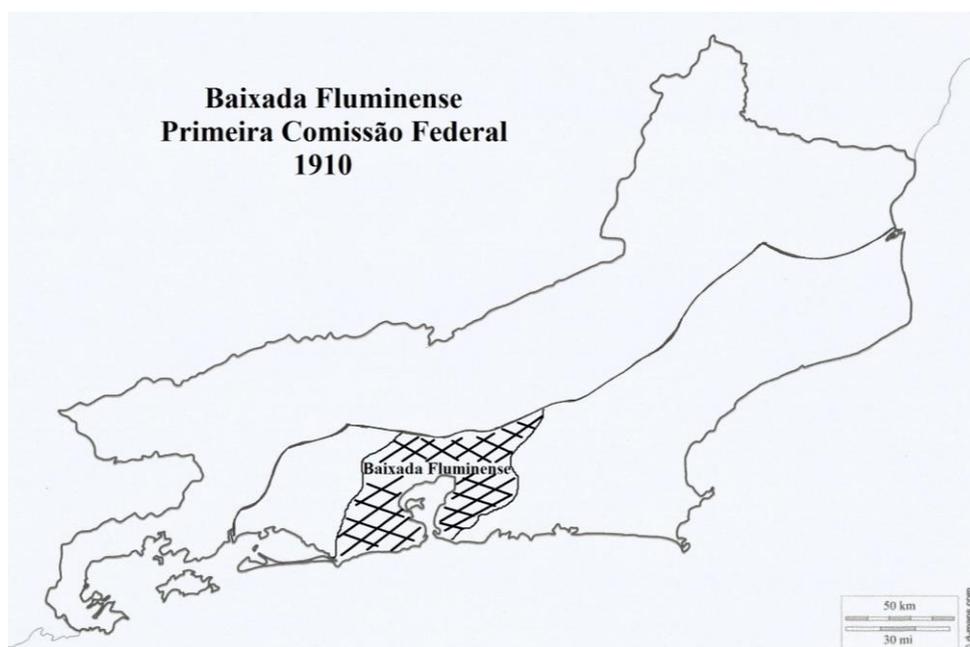


Figura 6: Mapa da Baixada Fluminense segundo a Primeira Comissão Federal. Fonte: BRASIL, 1911, p.473. (Elaboração Própria).

-Segunda Comissão Federal: Baixada Fluminense = Planície do estado.

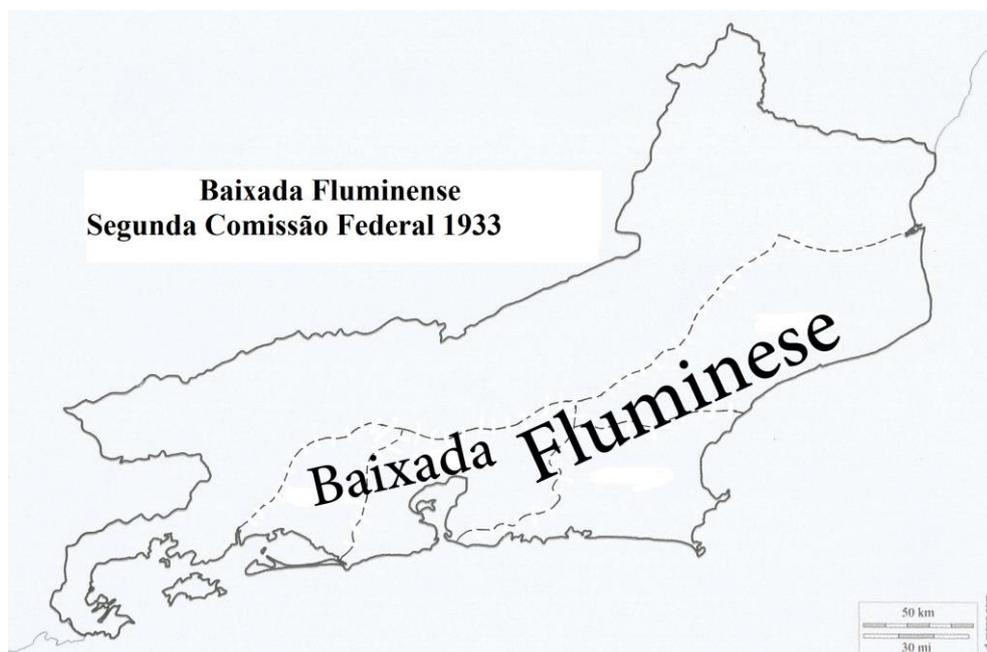


Figura 7: Mapa da Baixada Fluminense segundo a Segunda Comissão Federal de 1933. Fonte: GÓES, 1934, p. 13. (Elaboração Própria).

Na prática a Primeira Comissão Federal efetuou levantamentos, estudos, limpou as margens e dragou os rios Meriti, Iguassú, Estrela, Magé, Surui, Guapi-Magé, Tanbicu, Macacu, Guaxindiba e seus afluentes. No âmbito dessas mesmas intervenções o rio Sarapuí foi também retelinizado em seu trecho da foz até a ponte da estrada de ferro Leopoldina, haveria a abertura de um canal, mas os estudos deste rio não ficaram completos devido a seca que impediu a delimitação das margens (1913). Foi somente com as chuvas de 1915 que as águas empossaram revelando então a extensão do rio. A colocação de boias, compradas da empresa contratada, para auxiliar a navegação também esteve presente no rol das melhorias, foram colocadas 16 no canal do Estrela, 8 no Surui, 26 no Magé, 24 no Macacu e 22 no Guaxindiba. Além das obras citadas a Comissão efetuou a desobstrução dos canais: da Taquara, do Estrela, do Imbariê, do Mosquito, do Inhomirim, do Saracuruna e a vala do Furado.

Como já citado, Fadel destacou o fato de terem sido efetuados trabalhos em 9 das 13 bacias, no relatório do MVOP de 1915 temos a afirmação de que em 4 rios (Piranga, Mauá, Olaria e Guia) as obras não foram sequer iniciadas. Segue abaixo um quadro com uma visão

geral das intervenções bem como mapa para a melhor apreciação do espaço objeto da Comissão.

Quadro 4: Trabalhos concluídos Primeira Comissão Federal. Fonte: FADEL, 2006, 131 e 132.

Bacia ou Rio	Trabalhos Realizados
Rio Meriti	Concluídos em 1914.
Bacia do rio Sarapuí	Dragagem, retificação e abertura de um canal de ligação com o rio Iguassu. Desobstrução do leito do rio e limpeza de margens do rio e de seus afluentes.
Bacia do rio Iguassu	Dragagem, limpeza das margens e desobstrução do leito do rio.
Bacia do rio Estrela	No ano de 1915, o saneamento desta bacia, iniciado em 1912, estava concluído, sendo dragados os principais rios desta bacia, o rio Sacuruma e o rio Inhomirim, e construídos canais.
Rio Surui	Concluídos em 1914.
Rio Iriri	Concluídos em 1914.
Rio Magé	Trabalhos complementares aos realizados em 914. Construção de Novo canal.
Bacia do rio Macacú	Construção de um canal e dragagem do estuário que liga este rio ao Guaxindiba.
Rio Guaxindiba	Limpeza das margens e desobstrução do leito.



Figura 8: Mapa com as obras efetivas da Primeira Comissão Federal. Fonte: BRASIL, 1915, (Elaboração Própria).

A Comissão foi extinta em 30 de junho de 1916 devido ao término do contrato. Em dezembro do ano anterior foram liberadas verbas adicionais para cumprir o acordo assinado com a empreiteira alemã, ou seja, mais seis meses (dezembro de 1915 a junho de 1916), pois o edital de contratação previa a conclusão das obras em cinco anos, completados em 1916. Após o encerramento da Comissão todo o material de escritório e dragagem foi transferido para a Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais. A empresa Gebrueder Goedhart apresentou protesto pelo fim da obra, alegando prejuízo e abriu um processo contra a União, que encerrou o assunto fazendo uso, dentre outros argumentos, da lei de guerra²⁰ pois a firma tinha sua sede na Alemanha e, portanto, nação declarada inimiga (1ª Guerra Mundial). No entanto Simone Fadel nos chama a atenção que “[...] a extinção da CFSBF ocorreu mais de um ano antes da Lei de Guerra, e segundo as fontes consultadas, não foi feita nenhuma alusão a nacionalidade da firma empreiteira como justificativa para os termos dos trabalhos.” (FADEL, 2006, p.

²⁰ Artigo n. 6, lei de guerra n. 3.393 de 16 de novembro de 1917, artigo 3 letra B: “ o sequestro não só de todos os bens, quantias, valores, efeitos ou creditos referidos na letra a, como tambem os de que subditos inimigos sejam credores, nos bancos, casas bancarias, caixas econômicas, montes de socorro ou estabelecimentos particulares, que recebam em deposito, garantia, ou para qualquer fim, bens, valores, ou mercadorias; [...] ”

159). Assim concordamos com a autora, que o governo usa a lei de guerra somente em 1919, mas o contrato já havia sido encerrado em 1916 e naquele momento a lei ainda não existia.

A extinção da Primeira Comissão Federal ocorreu na metade do segundo mandato de Nilo ao governo do estado. Ao receber o estado para administrar em 31 de dezembro de 1914, os problemas financeiros eram graves, devido a queda nas exportações e aumentos nos gastos públicos, obrigando Nilo a uma política de contenção de despesas com cortes orçamentários em várias áreas (educação, saúde e infraestrutura)²¹ e a possibilidade de receber as obras realizadas pelo Comissão Federal para custear sua conservação sem ter tido êxito na colonização do espaço liberado, certamente não era bem vista. Mesmo demonstrando continuar com o apoio a causa do investimento na vocação agrária fluminense, em sua mensagem de 1916, Nilo estaria envolvido com a reestruturação fundiária do estado chegando a esboçar uma lei que aumentaria os impostos de terras não produtivas e utilizadas para o pastoreio, que foi vetada na Câmara devido a presenças dos pecuaristas na casa.

O saneamento da Baixada revelara-se ainda mais dispendioso que imaginado e ao fim de cinco anos ainda inconcluso, pode ter levado o líder estadual a relegar a Comissão a um segundo plano de importância, principalmente após ter sido indicado ao cargo de Ministro de Exterior em maio de 1916. Sendo assim, a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense teve seu período oficialmente de existência entre 10/11/1910 e 30/06/1916.

No dia 5 de maio, Nilo deixou o governo do Estado do Rio e tomou posse no cargo de chanceler, respondendo até o final do governo Venceslau Brás pela política externa do país. Tal posição sem dúvida levou o a acreditar na viabilidade de seu projeto de chegar à presidência da República como um candidato do sistema. (FERREIRA, 1989, 215).

Assim concluímos que a Primeira Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense apesar de contar com recursos públicos, por ser uma política do governo federal para a região, era apropriada privadamente, ou seja, os grandes proprietários de terra, foram os principais beneficiários desta intervenção, uma vez que politicamente controlavam os investimentos no congresso. No entanto a falta de hegemonia político/administrativa da elite agrária fluminense no jogo político nacional, as dificuldades financeiras do estado e dos produtores em geral e as alterações em torno de outras formas para recuperar

²¹ FERREIRA, 1989, p. 213.

economicamente aquela unidade da federação, via industrialização, por exemplo, impediu que esses proprietários concluíssem com êxito o seu propósito.

O discurso oficial paulatinamente construído ao longo dos anos de estudos, contratos e comissões, era de que a região estava abandonada e por isso sua limpeza e domínio efetivo seriam relevantes para contribuir com a superação da crise financeira pela qual passava o estado, liberando novas terras para o plantio. No entanto para que o saneamento contribuísse exitosamente com esse projeto alguns pontos deveriam ser considerados: recursos financeiros para aplicar na manutenção das obras de saneamento e dessecamento, já realizadas e dar continuidade as paralisadas; criação efetiva de Colônias Agrícolas com financiamento/empréstimo e por fim seria necessária uma unidade política/ideológica de investimento na vocação agrária da baixada.

Mesmo com os recursos consideráveis vindo da União para a criação da Comissão, esta não foi capaz de concretizar todos os objetivos que lhe foram impostos por ocasião de sua criação.

A Primeira Comissão Federal pode ser considerada a vitória de um projeto para a recuperação do estado, através do dessecamento da Baixada Fluminense. O investimento na vocação agrária da região e no formato de intervenção, deslocando para os engenheiros o lugar dos médicos e para ambiente a posição que anteriormente era ocupada pelo indivíduo, destacou o caráter “racional” do saneamento. “[...] (saneamento) tinha por meta central a recuperação ou a garantia da salubridade territorial e, em seguida, sua ocupação e desenvolvimento livres da doença.” (FADEL, 2006, p. 116).

Apesar do ideário de modernização e progresso²² que permeou toda a Comissão, os embates políticos, a forma das intervenções e a falta de experiência dos profissionais brasileiros em relação ao conhecimento técnico necessário as obras, impôs um fator de limitação a conclusão do saneamento durante a Primeira Comissão Federal. Em 1933 o engenheiro Hildebrando de Góes afirmou que desta comissão (1910) poucos elementos foram úteis, salvo os estudos (realizados em 1894/1900) e complementados pela comissão em 1910) e as obras do canal do rio Estrela.

²² Para a adoção dos princípios sanitaristas nas práticas urbanas, as iniciativas exigiam, num primeiro plano, demolições e saneamento de áreas inundáveis, degradadas e insalubres, para promover a abertura de espaços públicos disponíveis para novos investimentos urbanos, a eliminação de focos de concentração de epidemias e o estabelecimento de normativas para as construções. A inclusão de alguns sistemas de infraestrutura, como redes de água e de esgoto são exemplos em que se percebe a inclusão conectada a modernização urbana. (MATA; MOLLO; VARELLA, 2008, p. 5)

Sua maior contribuição foi a de identificar/recortar/atuar no espaço mais próximo da capital federal, a 1ª seção (Baixada da Guanabara), e nomeá-lo de Baixada Fluminense. Região que até aquele momento não havia sido alvo, efetivamente, de uma política pública que pensasse suas especificidades.

CAPÍTULO III

A Segunda Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense 1933.

No início do século XX a imagem produzida pelas repartições públicas do estado em relação a baixada da Guanabara, construída ao longo de meio século²³ de atuação de comissões e estudos, era a do sertão desocupado e abandonado. Entretanto, mesmo a despeito das reais dificuldades impostas por seu relevo, a baixada não fazia jus ao retrato de abandono.

A teoria do abandono tem como base a degradação do ambiente, como se essa degradação fosse natural, fruto da geografia da região, ou histórica, consequência da expulsão dos Jesuítas que mantinham suas terras saneadas e da abolição da escravatura, que retirara da baixada os braços que mantinham a planície salubre. No entanto para além destas questões que fazem parte da geografia e da história de ocupação da Baixada, não podemos deixar de considerar a influência da ação antropomórfica constante em relação a degradação do ambiente, contribuindo para a insalubridade.

A exploração dos recursos naturais da região, tais como a água, madeira, terra e animais foram intensos. O resultado foi a degradação do ambiente, gerando um agravamento das condições sanitárias que por sua vez inviabilizavam a ocupação/exploração da planície do estado e da baixada em especial. Com rios assoreados, consequência do desmatamento de suas margens, o volume de vazão de água nos períodos de chuvas se tornava menor, fazendo com que até as áreas mais afastadas dos leitos dos rios permanecem alagadas por um tempo cada vez maior. Além disso, a retirada da proteção oferecida pela vegetação original da planície diminuía a absorção das águas das chuvas, encharcando rapidamente o solo e impedindo a fixação de nutrientes essenciais as lavouras, favorecendo a constante busca por novas áreas de plantio. “Os ambientes naturais são transformados e também transformam os homens e as sociedades, suas culturas e necessidades materiais e abstratas, gerando traços de civilização peculiares no tempo e no espaço.” (MARTINEZ, 2011, p. 30).

²³ Considerando o período de 1883 a 1933.

A utilização da terra para a agricultura contribuiu para acelerar o processo de desmatamento. A prática da “coivara”²⁴ assimiladas dos indígenas pelos europeus demandava grandes porções de terra que eram abandonadas após a perda da produtividade. A mentalidade de “terras infinitas” idealizada na visão do europeu português oriundo de um país com pequenas dimensões²⁵ proporcionou a longa duração deste sistema de uso.

Com o tempo e o cansaço das terras, as antigas grandes fazendas da baixada da Guanabara, principalmente, foram divididas e vendidas ou arrendadas para pequenos e médios produtores, que foram se adequando e modificando a forma de utilização das terras. Da perspectiva de monocultura latifundiária, a baixada da Guanabara realmente era desocupada. Desocupada também de grande concentração populacional, mas não abandonada e sem produção. Em nenhum momento da história da Baixada, que remonta ao “achamento” do Brasil pode ser considerada abandonada (sem produção agrícola) e desocupada (demograficamente), nem mesmo no auge das doenças e febres que a rotularam.

As formas de utilização do espaço foram transmutadas a partir do que poderia proporcionar o maior lucro com o menor esforço possível. Extração de madeira, cana de açúcar, café, pouso e alimentação para os viajantes da rota do ouro mineiro, agricultura de subsistência, ora com muito dinamismo, ora menos intensa. A baixada da Guanabara, não pode ser considerada abandonada, agricultores, negociantes, livres e escravos, com variedade de comércio e utilização do espaço. Ou nas palavras de Geiger e Santos “ [...] razões invocadas em geral para explicar o abandono de lavouras - falta de mão-de-obra, malária, inundações, falta de transporte - desaparecem quando se trata de uma empresa agrícola muito lucrativa. ” (GEIGER E SANTOS, 1954, p. 298). A baixada da Guanabara estava “abandonada” quando suas terras não ofereciam produtividade suficiente de gêneros que contribuíssem de maneira significativa para a economia estadual, mas era “ocupada” quando o retorno financeiro gerado por um tipo específico de lavoura era considerado “rentável” ao estado, devido ao peso do imposto de exportação para a geração de divisas.

Apesar das alterações ambientais e do esforço na adaptação para a continuidade da utilização da planície como um todo, durante as precipitações do verão, principalmente, eram

²⁴ Coivara é basicamente um método rudimentar de rotação de áreas cultivadas, através de ciclos de queima, abertura, plantio e do ‘repouso’ de sucessivos lotes de terras originalmente cobertas por florestas primárias ou secundárias.

²⁵ “Acostumados a um pequeno país já carente de fronteiras geoeconômicas e, depois, à descoberta de pequenas ilhas e arquipélagos, o gigantismo das terras brasileiras teve nos portugueses o efeito de estimular o uso imprevidente da terra. ” (DRUMMOND, 1997, p. 63).

gerados novos e maiores problemas na região, e isso servia tanto para a baixada “próxima” (Guanabara) do Distrito Federal quanto para a mais “distante” (b. dos Goitacazes). De uma maneira geral, colheitas eram arrasadas, leito de estradas de ferro submersos ou arrancados, rios transbordavam e demoravam a retornar ao leito original, formando grandes lagoas e proliferando doenças. A necessidade de dessecamento e manutenção da salubridade tornava-se inerente a cada enchente, a pressão aumentava sobre o poder público, gerando a necessidade de reconhecimento do problema a fim de que fossem criadas políticas públicas de intervenção e transformação da grande planície.

Os espaços desindustrializados e deslocalizados pelo capital, afirma Beaucire (s.d., p.196), também terminariam por ser esvaziados em sua “urbanidade”, fazendo que “a desqualificação social e a desqualificação ambiental progridam juntas, fazendo renascer o que se acreditava definitivamente superado, a insalubridade física e uma forma de gueto econômico e cultural no seio das cidades que são, entretanto, penetradas por redes técnicas com desempenho crescente”. (ACSELRAD, 1999, P.86)

Essa capacidade subaproveitada da baixada da Guanabara e a necessidade de ampliação e diversificação da produtividade da baixada dos Goitacazes fizeram da planície do estado um local de grande investimento de capital e concentração de forças, empregadas timidamente desde o Império, crescente até a Primeira Comissão Federal em 1910 e que por fim culminou com a Segunda Comissão Federal de Saneamento em 1933. Esta comissão, em grande parte, foi viabilizada pelo contexto de centralização administrativa e reorganização do estado inaugurado com o governo Vargas.

As transformações socioespaciais ocorridas na Baixada Fluminense na segunda metade do século XX tiveram como ponto de partida todo o processo de mudança ambiental engendrado por obras de saneamento realizadas na década de 1930, a partir da reestruturação do aparelho do Estado empreendida pelo novo grupo político que chegou ao poder com a Revolução de 1930. Não se tratou de um ponto de partida a partir do zero, mas de uma reorganização das estruturas governamentais envolvidas com o controle e ordenamento dos espaços ambientais. (FERNANDES, 2001, p. 1185).

A Segunda Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense foi criada em 5 de julho de 1933 e pode ser considerada como a última atuação do estado enquanto política pública com o formato de Comissão²⁶ a ser formada para tratar do dessecamento e saneamento da planície do estado, tendo em vista que foi a partir de seus estudos e orientações que foi criada a Diretoria Municipal de Saneamento da Baixada Fluminense (1936) e

²⁶Segundo o dicionário Aurélio, uma Comissão é o ato de encarregar um grupo de pessoas com funções especiais ou incumbidas de tratar de determinado assunto.

posteriormente o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (1940), concluindo um percurso de meio século (1883 a 1933) de Comissões e Estudos que intentaram atuar na estado.

O estado do Rio de Janeiro compreendia a grande planície e foi dividida em quatro zonas: a Baixada da Guanabara, apontada pelo relatório escrito pelo engenheiro chefe em 1934 como a mais importante, devido a sua proximidade com a capital federal; a Baixada dos Goitacazes; a Baixada de Araruama e a Baixada de Sepetiba. Essa divisão, que já constava na mensagem do governador Quintino Bocaiúva em 1897, fruto dos estudos da Comissão Estadual de 1894, foi ratificada pela Segunda Comissão Federal, sem, entretanto, informar a origem. É importante ressaltar que o entendemos hoje como Baixada Fluminense é o espaço geográfico localizado na margem da Baía de Guanabara que corresponde aos atuais municípios de Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Duque de Caxias, São João de Meriti, Queimados, Japeri e Belford Roxo, e não toda a planície.

As quatro sessões de 1894 (C. Estadual) coincidem em localização e dimensão com as quatro baixadas de 1933, apesar do engenheiro responsável pela Segunda Comissão Federal em nenhum momento em seu relatório de 1933 correlaciona-las. Cada uma das seções recebeu uma nova nomenclatura, deixando de ser 1ª, 2ª, 3ª e 4ª sessão para se tornarem respectivamente, B. Guanabara, B. Goitacazes, B. Araruama e B. de Sepetiba. O espaço que hoje reconhecemos como Baixada Fluminense estava inserido na 1ª sessão (1894) e conseqüentemente na B. da Guanabara (1933). Dentre as Comissões de Saneamento a que chegou mais próximo da Baixada Fluminense de hoje foi a Comissão Federal de 1910 que batizou o espaço de influência das bacias dos rios que desaguavam na baía de Guanabara como Baixada Fluminense. Assim desejamos esclarecer que a atual Baixada Fluminense não era a Baixada da Guanabara e sim parte dela, conforme imagem a seguir.

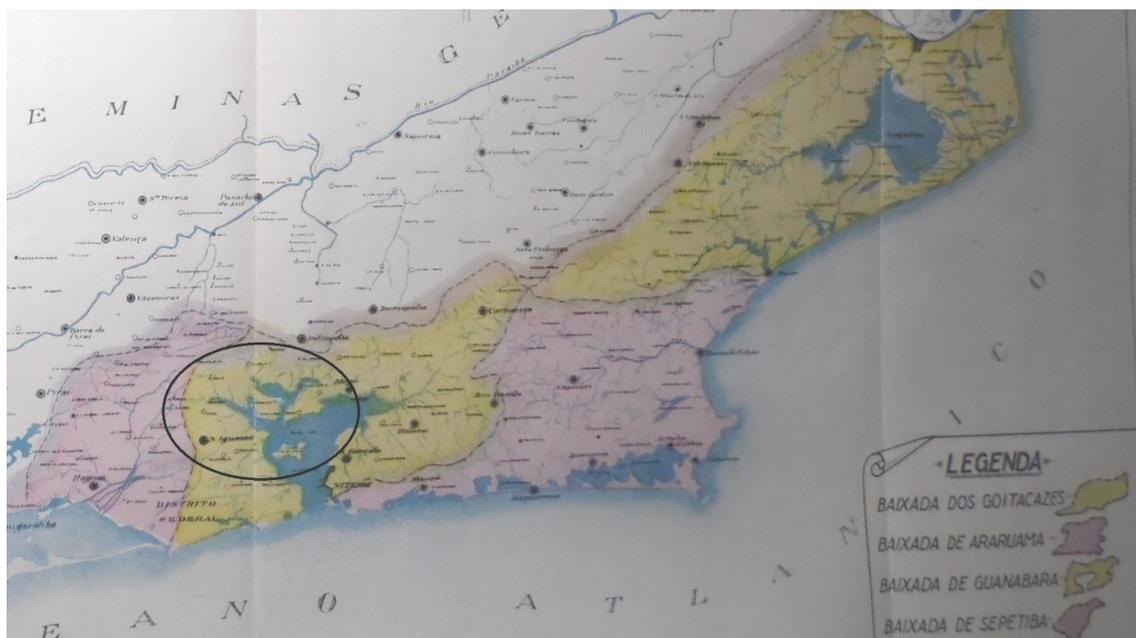


Figura 9: Mapa das Quatro Baixadas, em destaque atual Baixada Fluminense. Fonte: GÓES, 1934, p. 3.

Para assumir o cargo de engenheiro chefe da Segunda Comissão Federal foi nomeado Hildebrando de Araújo Góes. Hildebrando nasceu em Senhor do Bonfim, no último ano do século XIX. Filho do diretor de Obras e chefe de polícia do Distrito Federal, estudou no Ginásio de São Bento (Rio de Janeiro 1913), local tradicional para o ingresso dos filhos da elite fluminense, formando-se em humanidades. No ano seguinte (1914) entrou para a Escola Politécnica e, logo após, foi nomeado auxiliar técnico da Prefeitura do Distrito Federal, diplomando-se como engenheiro civil e engenheiro geógrafo em 1918. Foi engenheiro-chefe do 8º Distrito de Obras Públicas, em São Paulo, dirigente dos trabalhos de saneamento da enseada de Manguinhos no Rio de Janeiro, Engenheiro-chefe das minas de carvão em São Gerônimo (RS), de 1918/19 a 1930. Em função desta trajetória ele foi nomeado chefe da Segunda Comissão Federal da Baixada Fluminense no dia 14 de dezembro de 1933, após a saída de Alfredo Conrado de Niemeyer.

A figura do engenheiro estava associada ao conhecimento técnico²⁷. A “libertação” do atraso de maneira geral (econômica, social, estrutural) só poderia ocorrer, conforme concepção da época, a partir da “modernização do país” onde uma tríade de profissionais, o médico higienista para “domesticar” o corpo, educador para “polir e instruir” a mente e o

²⁷ “De início, a partir do século XVIII, os engenheiros atuaram largamente na esfera militar, na demarcação de fronteiras, na cartografia e na construção de fortificações, assim como nos levantamentos científicos relacionados à História Natural, dada a centralidade estratégica desse campo do conhecimento para a estabilidade econômica e política dos Estados nacionais.” (FIGUEIRÔA, 2010, p. 122).

engenheiro para “urbanizar e organizar” o espaço²⁸, formavam um grupo intelectual profissional, sob influência do pensamento comtiano, que se destacaram na divulgação e solidificação deste ideário de necessidade de modernização.

Essa é a visão que dominou a mentalidade das grandes cidades brasileiras na época: civilizar o Brasil, isto é, torná-lo semelhante à Europa. Como essa mentalidade era cientificista, a ação civilizadora deveria ser feita pela ciência, por intermédio da Medicina e da Engenharia. À Engenharia caberiam os melhoramentos urbanos, o saneamento das cidades e a construção de portos e estradas. À Medicina, a erradicação das doenças epidêmicas: cólera, febre amarela, febre tifoide, malária e também da lepra. (VARGAS, 2001, p. 47 e 48).

A engenharia estava associada às necessidades materiais básicas para o progresso nacional e buscava sua legitimação e regulamentação profissional desde o final do Império até o início dos anos 30. Nesta busca os engenheiros recém-formados pressionaram as elites políticas com o intuito de obter condições para atuar profissionalmente e ter lugar em “Cargos diretivos da vida pública”, tentando afastar do mercado os chamados “práticos”. Em 1933 a engenharia obteve regulamentação da profissão (KROPF, 1994, p. 219).

Neste processo, abrindo avenidas e ferrovias, reformando a fisionomia dos principais centros urbanos, modernizando portos, introduzindo nas fábricas novas técnicas e máquinas, os engenheiros pleiteavam a posição de agentes legítimos e legitimadores de um programa que se concebia como a remodelação nacional. Como intelectuais, eles endossariam o lema positivista do “*saber para prever, a fim de prover*” como balizamento teórico e ideológico para o discurso e a prática que os diferenciavam enquanto grupo específico. (KROPF, 1994, p. 211).

Desta forma ao acompanhar meio século de intervenções na região podemos também acompanhar a ascendência da figura destes profissionais aos cargos dentro da administração da administração pública.

Assim, espaços como a Escola Politécnica do Rio de Janeiro passam a ser considerados prioritários, ou seja, a “arte do operário”, dos engenheiros, médicos e educadores, vem sobrepujar a “arte da retórica” dos bacharéis. A questão naquele momento era produzir uma “cultura da reforma”, que compreendia não só a remodelação do plano urbano (reformas de embelezamento da cidade), mas relatórios, artigos publicados nos jornais, polêmicas públicas etc. (HERSCHMANN; PEREIRA, 1994, p. 23)

Como legítimo representante desse projeto “modernizador” foi que Hildebrando de Góes, formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, recebeu o desafio de sanear a planície do estado fluminense. Após seu trabalho na Comissão foi nomeado para ser o Diretor das Obras de Saneamento da Baixada Fluminense e depois o Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

²⁸ Herschmann; Pereira, 1994, p. 13.

Para tentar dar conta da descrição e das conclusões obtidas no relatório realizado pela Segunda Comissão Federal, teremos como principal fonte próprio relatório, apresentado ao Ministro de Viação e obras Públicas, José Américo de Almeida²⁹. Este documento está dividido em 12 capítulos totalizando 538 páginas. Sua construção foi resultado dos esforços de um grupo de engenheiro nomeados pelo engenheiro-chefe que ficou responsável pela confecção dos capítulos e dividiu da seguinte forma: Francisco Saturnino Braga, cap. 4 e hidrografia e estudos da Baixada dos Goitacazes; Paulo Pinto Ferreira da Silva, parte do cap. 4, 6 e 8; Procópio de Melo Carvalho, cap. 3, hidrografia e estudos da baixada de Araruama e Sepetiba e parte do cap. 8; Bento Santos de Almeida, cap. 5 e cap. 9; Rubens Reis, cap. 7; José Sobral da Silva Moraes, cap. 11 e Mario Eloy da Costa, cap. 10 e parte do cap. 8. Cada um destes engenheiros representou um tipo de autoridade em relação ao assunto que abarcaria o tema do capítulo de sua responsabilidade, cumprindo a tarefa de organização do relatório em três meses de trabalho.

O primeiro capítulo do relatório traz uma visão panorâmica das informações que deveriam constar no documento quando estivesse completo. Este tinha muitos objetivos, o primeiro deles era o de centralizar todas as informações existentes até aquele momento sobre a planície do estado para facilitar o acesso aos dados de maneira que o pessoal técnico, formado por engenheiros e trabalhadores, tivesse facilidade de consulta aos mesmos. Eram estudos, plantas e projetos de execução de comissões anteriores, existentes desde 1894; além deste havia a tarefa de inspecionar as obras que os projetos anteriores indicavam como executadas e verificar como estavam; fazer um levantamento do potencial econômico de todas as regiões para a organização de um programa de saneamento; produzir um orçamento para reparação dos maquinários existentes para realizar as obras e aquisição de outros, se necessário. A comissão deveria também planejar o aproveitamento das terras e orientar o saneamento da região “[...] que oferecesse as possibilidades mais amplas de progresso, um programa de trabalho ordenado e sistemático [...].” (BRASIL, 1934, p. 10).

Após o levantamento inicial e a aprovação do ministro da Viação e Obras Públicas, a comissão passou a se responsabilizar e centralizar todas as intervenções, estudos ou contratos nos quais as “Quatro Baixadas” estivessem inseridas. Desta forma a Comissão passou a ser responsável por projetar, fiscalizar e executar todas as obras de saneamento na planície do

²⁹ <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/ministerios>, acesso em 10 de novembro de 2015.

estado. Este é um ponto muito destacado no relatório por Hildebrando, pois segundo ele, a falta de continuidade nas políticas públicas de intervenção no estado associada à pulverização dos projetos era a principal responsável pelo pouco avanço alcançado pelas comissões anteriores, justificando assim seu formato centralizador.

Os insucessos, verificados nos trabalhos da Baixada Fluminense, resultam, além da falta de unidade na direção, da descontinuidade administrativa.

O governo mudava, constantemente, a orientação dos trabalhos, ora criando comissões ora extinguindo-as ou fundindo-as, para criar novas e separa-las em seguida.

As verbas, na maioria das vezes, reduzidas e dispersas, teriam melhor aproveitamento se fossem aplicadas, globalmente por uma única comissão, incumbida do saneamento de toda a baixada. (GÓES, 1934, p.25).

Ao determinar como baixada fluminense todas as quatro seções, a comissão promoveu duas novidades. Primeiro a de definir oficialmente o que era baixada, essa comissão deixa claro que baixada fluminense é toda a planície do estado. Comissões e estudos anteriores sempre produziam um tipo de baixada para delimitar sua ação, ora a baixada fluminense era somente o espaço próximo a capital, como aconteceu com a primeira comissão federal, ora incluía toda a planície do estado. Parece que esta unificação tornou a Baixada do Estado jurisdição federal, anulando-se assim todos os contratos que pudessem estar em vigor na região, fato ocorrido em Comissões Estaduais e na Primeira Federal. No momento da constituição da Comissão de 1933 havia pelo menos três comissões com contratos ainda válidos³⁰.

A segunda novidade era que esta Comissão não só iria estudar e indicar os locais de intervenção como também executar as obras, coisa que nenhuma outra tinha feito. As comissões anteriores, após um levantamento inicial, abriam licitação para escolher uma empresa, nacional ou estrangeira, para executar as obras, obras estas que as comissões ficariam responsáveis por fiscalizar. No caso da Comissão de 33 caberia a ela tanto o projeto como a execução, exercendo controle federal em toda a região, o que encerraria com as alterações constantes em obras anteriores, pois a área de atuação federal não seria mais só a

³⁰ Quando foi instituída a Comissão de 1933, existiam em andamento com contratos ainda válidos, três obras na baixada do estado: Em Santa Cruz, subordinada ao Ministério de Educação e Saúde Pública, A Comissão de Saneamento e Dragagem; Na fazenda de São Bento, por parte do Ministério do Trabalho, O Núcleo Colonial de São Bento e a Comissão de Saneamento Nacional de Portos e Navegação. (Góes, 1934, p. 26). Após a aprovação do relatório da Comissão de 1933, todos esses contratos foram cancelados e os trabalhos unificados dentro da Diretoria de Saneamento.

próxima ao DF e sim toda a planície, fazendo de Campos um espaço que também seria beneficiado com as intervenções.

Outro diferencial da comissão explicitada no relatório foi a elaboração de um plano para desenvolvimento econômico, no caso das anteriores o engenheiro fazia uma sugestão de uso da terra dessecada, mas aqui deveria haver um plano completo de uso e desenvolvimento para cada região da planície do estado. Aliado a esses fatores a Comissão também deveria realizar estudos das bacias dos rios, levantar um cadastro imobiliário e sugerir as bases de uma lei que pudesse ir sendo aplicada de forma a liberar a União da conservação das obras assim que fossem realizadas.

A Comissão teve como primeira ação completar em seis meses (até dia 31 de janeiro de 1934, mas prazo prorrogado para abril), levantamentos de estudos, plantas e projetos de execução de comissões anteriores, a partir de 1894. Lembremos aqui que a Primeira Comissão Estadual de 1894 foi a primeira relativamente organizada com estudos dos rios amplamente utilizados na Primeira Comissão Federal, visto que esse foi o primeiro projeto de intervenção efetivo (ainda que tenha permanecido no âmbito dos estudos) na 1ª Seção (Baixada da Guanabara).

O segundo ponto da Comissão era fazer um levantamento do valor econômico das quatro baixadas, principalmente a baixada da Guanabara, para a organização de um programa de saneamento, onde o motivo para esse levantamento pode ter sido a citricultura em Nova Iguaçu, naquele momento (1933) garantia grandes recursos para o estado, demonstrando que o modelo de pequena propriedade ou colônias agrícolas poderia ser bem-sucedido na região. Ao concluir os pontos anteriores a comissão deveria fazer uma estimativa financeira para alcançar o saneamento e aproveitamento dos espaços liberados.

O segundo capítulo do relatório é um memorial histórico geográfico da planície do estado. O engenheiro chefe chama este capítulo de “Descrição Sumária da Baixada”. Esta “descrição” inclui a geografia do espaço e os seus rios; um pequeno histórico das fazendas de grande produção do século XVIII, as causas das inundações, as Comissões que intervieram na região e o fracasso das mesmas.

Quanto a geografia a planície está identificada no documento como se estendendo por todo o litoral oriental e parte do meridional, entre a Serra do Mar e o Oceano Atlântico, com aproximadamente 17.000 km², “ [...] estando cerca da metade afogados em brejos e lagoas,

onde impera a malária. ” (GÓES, 1934, p. 13), confirmando que para o engenheiro a Baixada era toda a planície do estado, conforme já citado.

A história é contada a partir do momento de pujança econômica fazendo várias referências a antigas fazendas e portos, onde uma longa rede fluvial comandava os transportes e deslocamentos. Para construir o tã utilizado pelas demais comissões, discurso do abandono, o engenheiro recorreu as epidemias de cólera e tifo ocorridas respectivamente em 1854 e 1878 e acrescenta que o impaludismo foi resultado do abandono dos cursos de água, resultado da expulsão do Jesuítas e da Abolição.

Observando o percurso utilizado pelo engenheiro para contar esta história da b. da Guanabara e da b. dos Goitacazes, podemos perceber uma escolha pela não discussão das questões ambientais³¹, principalmente a exploração de lenha que é registrada por fotos ao longo do documento³² e que potencializaram o agravamento das condições sanitárias. Na b. da Guanabara o comércio intenso de madeira encontrava estímulo no consumo do Distrito federal e na b. Goitacazes o incentivo foi a utilização nos fornos dos engenhos.

Ao discorrer sobre as “Causas das Inundações”, o autor apresenta as estradas de ferro como objeto que permitiram aquele abandono, pois possibilitou o transporte para outras áreas menos alagadas levando consigo a agricultura, o pastoreio e a população. Para ele foram a transferência da dinâmica do entorno dos rios para as adjacências das estações do trem e a abolição que provocaram a decadência de antigas vilas. Com a exaustão das terras, a abolição e a construção das linhas férreas, não havia mais sentido em permanecer nos antigos centros. O deslocamento para outras áreas mais secas parecia mais simples. Essa explicação serve apenas para a região do entorno da cidade do Rio de Janeiro (a atual Baixada Fluminense, que ele denominava de Guanabara), mas foi dada para todo o estado, não correspondendo a realidade da grande produção de cana-de-açúcar de Campos (Baixada de Goitacazes). A intensidade das chuvas também foi apontada como causadora das inundações da baixada.

O documento segue a “descrição” da baixada da Guanabara fazendo um paralelo entre a geografia da região, suas constantes inundações e a presença de inúmeras áreas pantanosas. Neste trecho não há nenhuma informação/correlação entre o desmatamento e o agravamento da situação sanitária na baixada.

³¹ Apesar de em outro ponto do relatório o engenheiro mencionar rapidamente a questão da erosão nas margens dos rios como um problema a ser tratado preliminarmente ao se iniciar o dessecamento da região, ele não faz em nenhum momento, neste documento, a associação do problema sanitário ao desmatamento.

³² Algumas destas fotos constam no Anexo.

De início, o relatório de Góes considerou as “causas das inundações”, como sendo em grande parte, naturais (constituição do solo, topografia, chuvas, largura dos rios) e “não naturais” (produzida pela atividade humana) foram os aterros das ferrovias e rodovias. Mesmo como tais considerações, Góes não alcançou modificar a importância das problematizações acerca de séculos de degradação ambiental... (FERNANDES, 2001, p. 1188).

A questão da exploração indiscriminada de recursos naturais parece ter sido desprezada pelo engenheiro, mesmo tendo acesso a várias discussões a respeito do tema, já que era amplamente discutida a relação degradação ambiental/insalubridade desde o fim do século XIX, Hildebrando não faz esta correlação.

As imperfeitas estatísticas demográficas que possuímos demonstram a predominância do impaludismo como agente da mortalidade, seguindo-se-lhe em muito menor escala as moléstias infecto-contagiosas. O desenvolvimento desses factores mórbidos provém principalmente da modificação da natureza e do clima do território, conseqüente na baixada do alagamento progressivo das várzeas e ali como na região de serra acima **da devastação das mattas**. O problema sanitário do Estado está inteiramente ligado ao problema econômico. Os pântanos em que se converteram as nossas bacias hydrographicas e o deserto árido a que a cultura extensiva tem reduzido a superfície do solo fluminense são as causas da morbilidade da população, assim como as do seu empobrecimento. (RIO DE JANEIRO, 1898, p.19, grifo nosso).

Uma possível interpretação para este fato seria o lucrativo comércio que girava em torno da extração de madeira para ser vendida tanto para construção como para lenha. Quando é feita alguma relação entre a ação antropomórfica e as condições sanitárias da planície do estado, foram atribuídos aos aterros para a construção das estradas de ferro e rodagem a degradação ambiental. O engenheiro descreve os alagamentos como resultado do tipo de solo impermeável “argiloso” da planície, informação que conta com sua parcela de realidade, mas não ultrapassa o peso do assoreamento dos rios e dos prejuízos da prática de extração de madeira. A retirada das árvores ao longo do leito dos rios o expõe a erosão.

A baixada da Guanabara e dos Goitacazes, principalmente, foram exploradas devido a navegabilidade de seus rios, com correntes e profundidade garantidas pela retenção de detritos de suas margens pela vegetação. A destruição da floresta nativa fazia parte da prática agrícola (b. Goitacazes) e quando aliada a necessidade de lenha, constante na cidade do Rio (b. Guanabara) e nas fazendas desde o século XIX, o desmatamento oferecia um lucrativo comércio, além de fazer parte do sistema das usinas de açúcar.

A exploração da lenha vem-se fazendo mesmo em muitas antigas fazendas da Baixada da Guanabara, seja porque, tendo sido abandonadas as lavouras, grandes áreas foram recobertas pelas capoeiras, seja pela formação das mesmas no sistema

agrícola de rotação de terras, que é geralmente o empregado. O combustível vegetal é necessário, não só nas cidades sem gás e nas indústrias como nas estradas de ferro. A Leopoldina adquiriu muitas propriedades para explorar lenha e madeiras para dormentes. Diversas empresas industriais também adquiriram terras para dispor de abastecimento próprio como, por exemplo, a Eletro-Química, que comprou a fazenda Santa Teresinha, no município de Itaboraí. Esta companhia comprava antes a sua lenha nesta fazenda e depois de se aposar da propriedade tratou de plantar um bosque de eucaliptos para substituir o material retirado. (GEIGER; SANTOS, 1954, p. 304).

A maior das “bacias madeireiras” da capitania do Rio — tanto em extensão territorial como em volume de produção — a do Macacu, rio que drena toda a porção nordeste do Recôncavo da Guanabara. Ao longo desta extensa e pântanos a planície que, pouco a pouco, à medida que se sobe o rio, dá lugar a morros e pequenas cadeias montanhosas que prenunciam a escarpa da Serra dos Órgãos, o corte das madeiras era uma das atividades mais importantes da economia rural, igualando-se mesmo às tradicionais lavouras de cana-de-açúcar e mandioca. (CABRAL, 2007, p. 37).

Com o número de estabelecimentos que viviam da extração de madeira estimado em 570 na baixada da Guanabara (1929) e ainda em expansão, contribuindo de maneira expressiva na arrecadação de impostos, tal comércio era muito lucrativo e pouco fiscalizado pelo governo do estado.

O engenheiro relata seu conhecimento em relação a extração de madeira quando fez uso de uma citação sem identificar a origem: “[...] as crescentes cifras dos impostos de exportação (lenha), que mais acertadamente se deveriam denominar, **tributos de devastação**, uma das rendas apreciáveis do Estado”. (GÓES, 1934, p. 481, com grifo no original). Assim concluímos, usando esta referência retirada do relatório, a omissão da correlação entre a situação sanitária da planície do estado e o desmatamento, que nas indicações contidas no trecho “Causas das Inundações” foram descritas com objetivo de se abster de conflito político econômico em torno do tema da extração da lenha.

Ainda como “descrição sumária” no ponto “Causas das Inundações”, temos um levantamento de todas as comissões e estudos que atuaram na planície do estado desde o Império. Segue abaixo um quadro construído a partir das informações do relatório.

Quadro 5. Comissões e estudos que atuaram na planície do estado do Rio de Janeiro. Fonte: Góes, 1934, p. 19 e 20.

PERÍODO	COMISSÃO, CONCESSÃO OU ESTUDO
1883	Comissão Major Rangel Vasconcelos.
16/04/1889, 16/03/1891(renovado), 22/01/1897(finalizado).	Concessão a João Teixeira Soares e Joaquim Pereira dos Santos para a dragagem da Baixada Norte do Estado a partir do Rio Macacu.
1894 a 1902	Comissão de Estudos e Saneamento da Baixada do Rio de Janeiro, engenheiros João Teixeira e Marcelino Ramos. (Primeira Comissão Estadual).
1902 a 1904	Concessão do Estado a Francisco Ribeiro Moura Escobar, contrato celebrado em 26/05/1902, mas o termo definitivo nunca foi assinado, sendo declarado sem valor em 1904. Esta foi a “Comissão de Papel” (Segunda Comissão Estadual).
26/02/1910 a 30/06/1916	Comissão de Federal de Saneamento da Baixada Fluminense, engenheiros Marcelino Ramos e Fabio Rostilho de Moraes Rego. (Primeira Comissão Federal).
21/09/1912 a 31/12/1912.	Comissão do Porto de São João da Barra e Baixada noroeste do Estado do Rio de Janeiro, engenheiro J. Martins Romeu.
03/07/1918 a 29/04/1922	Comissão de Estudos para o restabelecimento do canal de Macaé a Campos, engenheiros Lucas Bicalho, Candido Borges e J. B. Moraes Rego. (Em 29/04/1922 essa comissão foi anexada a Fiscalização da Baixada Fluminense.)
22/03/1920 a 19/12/1921	Comissão de Estudos e Obras de desobstrução do Rio Guandu e seus afluentes, engenheiro Oscar da Cunha Corrêa. (Essa comissão foi anexada a Fiscalização da Baixada Fluminense).
22/03/1920 a 31/12/1920	Comissão de Melhoramentos da baía do Rio de Janeiro, engenheiros João Batista de Moraes Rego e Alfredo Conrado de Niemeyer.
31/12/1921 a 14/03/1932	Fiscalização da Baixada Fluminense, engenheiros João Batista de Moraes Rego e Alfredo Conrado de Niemeyer (incorporada em 14 de março de 1932 a fiscalização do Porto do Rio de Janeiro).
11/03/1921 a 02/02/1931	Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense. Concessão Federal ao Engenheiro Alencar Lima e ao banco Português do Brasil, engenheiros João Batista de Moraes Rego e Alfredo Conrado de Niemeyer.

Quadro 5 - Continuação

04/1922 a 08/1925	Comissão da Baixada Fluminense para desobstrução do rio Guandu, engenheiros João Batista de Moraes Rego e Alfredo Conrado de Niemeyer.
07/1925 a 31/01/1928	Comissão de Estudos e Obras contra as inundações da Lagoa Feia e Campos de Santa Cruz, engenheiro Lucas Bicalho.
1925 a 1930	Contrato com o Engenheiro Francisco Saturnino de Brito para estudos e projetos no Paraíba e Lagoa Feia, engenheiro Saturnino de Brito.
02/1928 a 10/1930	Comissão de dragagem dos rios Itá e Guandu, engenheiros João Batista de Moraes Rego e Alfredo Conrado de Niemeyer.
1928 a 1933	Comissão de Saneamento e Dragagem dos Campos de Santa Cruz, engenheiro Mauricio Jopert e Alexandre Ribeiro.
06/1929 a 1930	Comissão de Saneamento do Estado do Rio de Janeiro, engenheiro e área de atuação não localizado.
1931 a 1933	Fiscalização da Baixada Fluminense, engenheiro Alfredo Conrado de Niemeyer.
10/1931 a 1934	Comissão de Saneamento e Dragagem de Santa Cruz.
1932 a 1933	Comissão Fundadora do Núcleo Colonial de São Bento, engenheiro J. Costa Leite e A. Dutra Viana.
01/08/1933 a 16/07/1936	Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, engenheiros Alfredo Conrado de Niemeyer e Hildebrando Araújo de Góes. (Em julho de 1936 foi transformada em Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (DSBF).

Entre Comissões, Concessões de trabalho e Estudos foram ao todo 21 ações que atuaram na planície do estado fluminense. Apesar de dar a informação de somente 12 estudos, concessões e comissões neste trecho do relatório (pg. 19 e 20), percebemos que nestas páginas não constam todos os trabalhos. Somente com a leitura do relatório como documento único, mas formulados por vários engenheiros diferentes que podemos entender essa discrepância. Algumas comissões foram subdivididas durante sua atuação e receberam contratos a parte. Desta forma podemos entender porque pesquisadores anteriores como Hélio Porto (2001) listaram um número diferente de comissões. Para este autor

Entre 1894 e 1933 foram constituídas 12 comissões de trabalho na área de saneamento para a Baixada Fluminense, com objetivo de realizar intervenções concretas que partiam do enxugamento a limpeza e desobstrução dos rios da região.

Em quase 40 anos foram investidos 68.711:206\$331 (Góes, 1934:22). (PORTO, 2001, p. 25).

Somente com a análise comparativa entre os trabalhos relacionados na primeira parte do documento e o capítulo seis que podemos fazer uma tabela completas das atuações e entender a forma como o engenheiro construiu o discurso da ineficiência das intervenções anteriores. O próprio relatório é fragmentado como a crítica que ele faz das intervenções.

No ponto seguinte do relatório, encontramos a interpretação sobre as causas do fracasso das antigas comissões, um estudo das possíveis razões das condições sanitárias da planície do estado e a ineficiência dos projetos anteriores em alcançar a salubridade, principalmente nas baixadas da Guanabara e dos Goitacazes. Após identificar os trabalhos realizados (quadro acima) o engenheiro procura apresentar possíveis soluções. São pontuados como principais deficiências a falta de estudos preliminares, compreensão equivocada do problema e a descontinuidade administrativa.

O relatório apresenta apenas três obras aproveitáveis por comissões anteriores: o aterro parcial da enseada de Manguinhos, os melhoramentos em Santa Cruz e o projeto de Saturnino de Brito contra as inundações do rio Paraíba no município de Campos. Por ocasião da escrita do relatório, nenhum destes projetos poderia ser dado como concluído, demonstrando uma escolha/opção por esses trabalhos em detrimento de outros.

Se a falta de estudo foi uma realidade nas intervenções na planície do estado, o problema não poderia ser enfrentado com a racionalidade defendida por Hildebrando. Para ele havia uma interpretação equivocada do problema e esta má compreensão, passava tanto pela falta de conhecimento técnico, exemplificado nas constantes limpezas dos canais da barra próximo a capital federal (trabalho, segundo ele, improfícuo), como na abertura de canais que pioravam a descarga das águas. Interessante é que neste ponto, o próprio autor justifica a questão utilizando exemplos mal logrados nos Estados Unidos, Itália e Holanda, onde as questões relacionadas a inundações eram tratadas há muito tempo, que o avanço do conhecimento técnico acontecia conforme a necessidade e isso foi uma realidade tanto no Brasil como fora dele. Desta forma o engenheiro identifica que “Não é, portanto, de se admirar que, no Brasil, onde tais trabalhos foram, apenas iniciados, já registremos alguns fracassos. Que eles sirvam de exemplo, para não incidirmos nos mesmo erros. ” (GÓES, 1934, p. 25).

O ponto seguinte é a falta de continuidade administrativa, onde o engenheiro se detém mais que nos anteriores, fazendo citações de relatórios e estudos passados criticando a política de liberação de verbas para as obras públicas. Para ele o sistema de votar todos os anos as verbas necessárias às obras não eram eficientes, pois sujeita a realização e a continuidade dos trabalhos às articulações políticas e econômicas que variavam a cada mandato. A sugestão é de uma verba única e permanente para a solução completa do problema e a unificação de todos os contratos para atuar na planície do estado. Concluímos que sua sugestão foi aceita, pois no documento de 1939 com o título Saneamento da Baixada Fluminense encontramos a definição de que somente esta Comissão já transmutada em Diretoria, atuaria em todo o estado.

Como sugestão para dirimir os problemas apontados na falta de estudos, Hildebrando aconselha a realização de um projeto em conjunto entre o Ministério de Viação e Obras Públicas e o Ministério da Guerra a fim de utilizar a tecnologia militar para “[...] os estudos foto-topográficos da Baixada Fluminense. ” (GÓES, 1934, p. 26). Além de orientar, a exemplo da Itália que estudava o rio Pó há um século, a observação, estudo permanente e limpeza constante dos rios da baixada, a construção de diques, abertura de canais secundários para facilitar o exaguamento dos rios e aterramento, neste caso somente em terrenos cuja valorização posterior justificasse a quantia elevada a ser gasta em tal procedimento.

A justificativa econômica para as intervenções que necessitariam de aterro pode explicar a eleição de determinadas regiões (Guanabara e Goitacazes) para sua atuação, pois ao longo do governo Vargas foram priorizadas as tentativas de criar estratégias nacionais de desenvolvimento que

[...] só foi possível na medida em que a nação brasileira foi capaz de usar seu Estado como instrumento de definição e implementação de uma estratégia nacional de desenvolvimento, na qual a intervenção do próprio Estado foi significativa. Não se tratava de substituir o mercado pelo Estado, mas de fortalecer o último para que este pudesse criar as condições necessárias para que as empresas, competindo no mercado, investissem e seus empresários inovassem. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.06)

A liberação de novos espaços próximos à capital federal (b Guanabara) ou em uma área economicamente ativa há séculos (b Goitacazes), abriria novas possibilidades de investimento e crescimento para o estado e o país.

Para Wilson Cano a política econômica executada por Vargas proporcionou a recuperação da crise de 1929, contribuiu para construir um mercado interno e alterou o padrão

de acumulação no país (CANO, 2005, p.01). A centralização era agenda de governo e orientava as mais diversas intervenções. Em carta ao presidente solicitando a transformação da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense em Departamento Nacional de Obras de Saneamento, o presidente do DASP, Luis Soares Lopes, evidencia a força do ideário de centralização na administração pública, tão defendida por Góes em seu relatório:

Uma das características mais importantes da evolução na administração é a centralização. Para esse resultado diversos fatores têm contribuído, entre os quais motivos econômicos, progressos nos meios de comunicação e certas exigências de ordem técnica, que vêm impondo a constituição de órgãos centrais de padronização de materiais, de coordenação de transporte [...] (Carta em anexo ao Decreto lei 2367, 04 de julho, 1940).

Além da forte centralização, o governo buscava alternativas para acelerar o crescimento econômico e o desenvolvimento do país. Foi a partir desta perspectiva da revitalização da “vocaçã agrária” da planície do estado, principalmente b. Guanabara e da b. Goitacazes, que podemos entender discurso da viabilidade econômica produzido pela Comissão. A possibilidade de produção agrícola e a utilização racional de um espaço promissor economicamente também constam no relatório de Góes:

Há dois séculos, vem o governo realizando, dispersivamente, na Baixada, vários estudos e obras, sem um critério geral, sem um programa amplo de conjunto que viesse salvar milhares de vidas e aumentar o poder econômico, já considerável, na região.

Nesta imensa área, apesar de insalubre, desenvolvem-se culturas das mais variadas do país. O homem, entretanto, não se pode fixar á terra, pois não encontra segurança para sua vida e de sua prole. É bem de ver que não aconselhamos saneá-lo, completamente, em curto prazo, porque tal plano, além de antieconômico, está acima das possibilidades financeiras do governo [...] O saneamento justifica-se por duas razões fundamentais: tonará salubre uma grande área próxima à capital da Republica e permitirá o seu aproveitamento agrícola. Há, por consequência, um duplo interesse: o sanitário e o agrícola. (GÓES, 1934, p.30-31).

Assim podemos apreender que apesar do engenheiro considerar a baixada fluminense toda a planície, somente a baixada próxima a capital federal (B. Guanabara) e a baixada grande produtora do norte do estado (B. Goitacazes) teriam amplos aterros que justificariam o emprego de grande soma de recurso devido a sua utilização pelo Estado.

Na terceira parte do documento encontramos a Geologia, onde cada uma das “quatro” Baixadas é descrita a partir de sua formação desde separação entre os continentes Americano e Africano. A Baixada da Guanabara é descrita como permeada de extensos brejais que circundam a baia de Guanabara, “ [...] uma planície arenosa, coberta de argila sedimentada, mostrando, em alguns pontos, morros de barros, isolados, parecendo terem sido antigas ilhas,

quando o mar chegava até raiz da serra. ” (GÓES, 1934, p. 51) e com grande quantidade de sambaquis.

No momento da escrita do relatório (1934) a discussão sobre a formação dos sambaquis³³ ainda não tinha consenso, não havia certeza sobre sua origem (se era fruto do recuo do mar ou como traço de permanência de comunidades pré-históricas). O autor do capítulo do relatório se utiliza de uma citação de Everardo Backheuser, engenheiro, geólogo e geógrafo, em conferência realizada na Escola Politécnica em outubro de 1915 e transcrita para a revista Didática da Escola em 1918, onde o mesmo afirma que os sambaquis eram de formação natural.

[...] só espíritos obcecados por teorias preconcebidas poderiam admitir ser ele (sambaqui) trabalho de indígenas. Esse mesmo sambaqui da Pedra passou a ser para nós, depois de conveniente estudo, uma excelente prova do recuo do mar. (GÓES, 1934, p. 54).

No capítulo quatro o relatório trabalha a fisiografia³⁴ da planície, coletando as poucas informações existentes concernentes as regiões, tais como a formação do tabuleiro submarino, a direção dos ventos, descrição dos principais rios de cada baixada. Um estudo completo só aparece em relação ao rio Paraíba e o índice de chuvas na região de Macaé a Campos, área de grande produtividade de cana de açúcar. O destaque nesta parte do documento foi a descrição de áreas ocupadas que perderam sua dinâmica devido a construção de estradas de ferro na Baixada da Guanabara, fato que contrasta com a não citação de outros espaços na mesma região que contavam com produção relevante. Assim concluímos que o ideário de legitimação que construiu a imagem de uma baixada da Guanabara abandonada, cheia de doenças e infrutífera foi assimilado e continuava sendo utilizado como justificativa para as intervenções.

O quinto trecho do documento tem como tema a climatologia onde os elementos chuvas, ventos, pressão atmosférica, temperatura, umidade absoluta e relativa e evaporação à sombra e ao sol, elementos relevantes na futura construção de um projeto de saneamento e dessecação visto que principalmente o volume de chuva na região define a vazão mínima e máxima necessárias a cada rio ou canal. Mais uma vez a forma compartimentada das

³³ Sambaqui é uma palavra de origem Tupi que significa *TAMBA*: conchas e *KI*: amontoado e tem como principal característica serem uma elevação de forma arredondada, que podem ter mais de 30 metros de altura, compostos de restos faunísticos como conchas, ossos de peixes e mamíferos, sementes, frutos com áreas dedicadas ao ritual funerário, que demonstravam assim uma construção humana. (GASPAR, 2004, p. 9).

³⁴ Geografia física; descrição dos aspectos ou fenômenos naturais; representação ou detalhamento da natureza (vegetação, recursos hídricos e relevo) ou dos produtos naturais. (www.dicio.com.br)

comissões anteriores aparece como um problema em relação ao conhecimento das condições atmosféricas da planície do estado, que contava com 17.000 km² e apenas 15 estações para a coleta de dados pluviométricos. Com as informações retiradas destas estações (entre 1909 e 1932), a Comissão de 1934 construiu um quadro com a média mensal de chuva nestas bacias. A conclusão deste estudo preliminar é que as chuvas ocorriam basicamente no verão.

O período das grandes chuvas é de seis meses, indo de outubro a março, verificando-se a maior intensidade das precipitações nos meses de dezembro e janeiro.

O período da estiagem, também de seis meses, vai de abril a setembro, registrando-se a menor intensidade de chuvas nos meses de junho e julho.

Na região da baixada, a estação chuvosa culmina, pois no verão, e estação seca no inverno. Há, porém, dois períodos de transição um, descendente, que vai de março a abril, isto é, no outono, portanto, e outro, ascendente, que se observa de setembro a outubro, portanto na primavera. (GÓES, 1934, p. 218).

A relevância da coleta está na formulação do projeto de desenvolvimento que mais tarde vai considerar estas informações para definir o espaço como ideal para a instalação de colônias agrícolas. As discussões do relatório em torno das grandes precipitações no verão também podem ser entendidas, mais uma vez, como a transferência das ações antropomórficas (construção/degradação) para a constituição natural do lugar (geografia e clima). Se a natureza é a responsável pelos pântanos originais, o homem é responsável pelo seu crescimento ao diminuir a capacidade de absorção do solo, retirar a mata nativa de maneira desordenada, construir barreiras para assentar estradas e linhas de ferro, retificar ou canalizar mal os rios e abrir canais desnecessários, que ao invés de melhorar o escoamento das águas das chuvas formaram novos espaços para seu acúmulo.

Rios foram retificados, canalizados e aterrados. Diversas praias, alagados e ilhas foram suprimidas. A cidade aumentou seu espaço urbano conquistando colinas, planície e vales, avançando sobre montanhas, brejos, pântanos, mangues, lagunas e sistemas fluviais e fazendo recuar a linha do litoral, com a eliminação das reentrâncias da orla marítima - enseadas, sacos, gamboas, restingas, pontais, estuários, etc.

Os sucessivos aterros geraram diversos impactos, tais como: supressão de nichos, subsistemas e ecossistemas, artificialização das margens naturais, redução no espelho d'água, introdução de materiais estranhos ao meio ambiente, alteração no sistema de circulação de correntes de maré criando áreas erosivas e deposicionais, alteração do perfil de equilíbrio dos rios e canais, redução da declividade e agravamento das inundações, instabilidade em aterros sobre material de baixa capacidade de suporte e/ou mal confinados.

A solução adotada viria a trazer no futuro grandes desafios para o sistema de esgotos da cidade. Os percursos dos rios tornaram-se mais longos e diminuiu-se a declividade dos estuários. Este fato agravou ainda mais os problemas de escoamento decorrentes das baixas declividades que caracterizam os cursos d'água das baixadas. Os diversos espaços alagáveis da cidade, que naturalmente sofriam inundações, configuravam primitivamente "áreas pulmão". Sendo incorporadas ao processo de urbanização, as edificações e seus habitantes

tornaram-se susceptíveis às enchentes com todos os seus transtornos. (DIAS *et al.*, 2012, p.23e 24).

O capítulo seis do relatório discorre sobre os trabalhos executados anterior e posteriormente a 1894 na Baixada de Goitacazes, a mais produtiva durante quase dois séculos e conseqüentemente palco das primeiras intervenções. A intenção deste trecho é construir uma história de ocupação da planície do estado que remonta a Capitania de São Tomé doada a Pero Góes da Silveira, em 28 de janeiro de 1536. Este percurso é repetido para narrar a ocupação das “duas” baixadas consideradas principais, Goitacazes e Guanabara.

Logo após o memorial historiográfico da baixada de Goitacazes foram indicadas todas as intervenções, começando no período imperial com a construção do Canal Macaé/Campos³⁵.

Após a chegada da estrada de ferro (Campos-Macaé), ocorreu uma diminuição gradual do transporte fluvial, sendo encerrado definitivamente após ser vendida e transferida para o Rio de Janeiro, a Companhia de Navegação São João da Barra em 1919, permanecendo até 1930 a circulação de antigas pranchas. (FARIA, 2008, p.48). Desta forma a lógica de transporte foi transferida e a utilidade do canal passou a ser somente no dessecamento da região. (SOFFIATI, 2007, p. 14).

A baixada dos Goitacazes ainda contou com mais quatro intervenções antes da Segunda Comissão Federal de 1933: Comissão do Porto de São João da Barra e Baixada noroeste do Estado do Rio de Janeiro em 1912, sob a liderança do engenheiro José Antonio Martins Romeu que dirigiu os estudos pelos três meses de existência da comissão com o aproveitamento da planta do rio Paraíba para o projeto de Saturnino de Brito; Comissão Canal/Macaé Campos de 1918 a 1925 com os engenheiros Lucas Bicalho, Candido Borges e João Batista de Moraes Rego. No caso de Moraes Rego suas obras foram objeto de refutação por Hildebrando de Góes.

Aparece-nos perfeitamente absurda a ideia, sugerida pelo Engenheiro Moraes Rego, de escoar as águas da lagoa Feia pelo canal de Macaé a Campos. Provada a insuficiência do Jogoroaba, com uma declividade muito mais forte, como poderia o canal de Macaé a Campos resolver o problema? Aliás, o seu autor não apresenta cálculo algum, nem sequer uma simples medição de descarga, para defender suas ideias. A crítica, feita por Saturnino de Brito para o Jogoroaba, aplica-se, com muito mais razão, ao projeto de escoamento através do canal [...]

Parece que o engenheiro Moraes Rego não estudou, tecnicamente, o assunto, emitindo sua opinião, resultante de uma primeira impressão [...]

A construção do cais, em Macaé, ressentiu-se, também, de muitos defeitos: 1º necessitou se reparos, logo após sua construção [...]

³⁵ Para detalhes da construção do Canal Macaé / Campos consultar o primeiro capítulo deste trabalho.

2º novos acidentes se verificaram, estando, atualmente, esta obra, em grande parte, derrubada. (GÓES, 1934, pg. 286).

A terceira foi a Comissão de estudos e Obras contra inundações da Lagoa Feia e Campos de Santa Cruz (comissão que anexou a antiga Comissão do Canal Macaé/Campos) em 1925, trazendo de volta a chefia do engenheiro Lucas Bicalho. A quarta e última intervenção antes de 1933 foi um contrato com o escritório do Engenheiro Francisco Saturnino de Brito para estudos e projetos no Paraíba e Lagoa Feia. Os estudos eram fruto de uma demanda técnica para que se realizasse obras de melhorias que eram reivindicadas pela elite de Campos, uma vez que as cheias do Rio Paraíba continuamente provocavam inundações e prejuízos em suas lavouras. Com o Projeto Saturnino de Brito (1925/1930), foi que se “[...] realizou o mais abrangente e consistente projeto de saneamento da baixada campista, [...]”.³⁶ (FARIA, 2008, p. 7). O Projeto de Saturnino de Brito, segundo o autor do relatório de 1934, foi bem elaborado, fato corroborado por Soffiati (2014).

O mais abrangente e consistente projeto foi elaborado por Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, entre 1925 e 1929. Já maduro, o velho engenheiro havia aprendido a ser mais humilde diante dos reveses impostos pela natureza às tentativas humanas de domesticá-la. Foi com este espírito que o engenheiro concebeu seu projeto para defender os núcleos urbanos e a economia rural das cheias a que está sujeita a Baixada dos Goitacases. Esta atitude, contudo, não impediu que o projeto fosse grandioso e ambicioso. Ele concebeu uma ligação permanente entre as sub-bacias do Rio Paraíba do Sul e da Lagoa Feia através de cinco canais, aproveitando a declividade natural existente entre o primeiro e o segundo limnossistemas, o que conduziria a água de um para outro por gravidade. Da Lagoa Feia, as águas seriam lançadas ao mar pelos seus defluentes mantidos sempre limpos e pela retificação de um deles, o Rio Novo. Para garantir a Barra do Furado permanentemente aberta, idealizou ele um grande canal com 100 metros de largura dividido em 10 outros com 10 metros cada um, devidamente revestidos. (SOFFIATI, 2014, p. 24).

Ainda no capítulo seis do relatório temos a descrição dos projetos de atuação na baixada de Sepetiba e da Guanabara. Na baixada de Sepetiba operaram a Comissão da Baixada Fluminense (1922/1925), Comissão de Estudos e Obras Contra as Inundações da Lagoa Feia e Campos de Santa Cruz (1925/1928), Comissão de drenagem dos rios Itá e Guandú (1928/1930) e a Comissão de Saneamento e Dragagem de Santa Cruz (1931/1933). Essas intervenções resumiram-se a limpeza e estudo da bacia do rio Guandu sem a confecção de uma planta geral.

³⁶ Este trabalho além de constar resumidamente no relatório de Hildebrando de 1934, também foi publicado em 1944 sob o título “Defesa contra Inundações: Melhoramento do Rio Paraíba e da Lagoa Feia.” Rio de Janeiro: Imprensa nacional.

Na baixada da Guanabara o destaque desta sexta parte do relatório é dado para as atividades da Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, concessão federal dada ao engenheiro Jeronimo Teixeira de Alencar de Lima e ao banco Português do Brasil. O contrato da União com a Empresa de Melhoramentos era para ser de sete anos, mas na realidade durou quase 10 (março de 1921/fevereiro de 1931), já no governo provisório. O projeto inicialmente previa a retificação dos rios ao redor da Baía de Guanabara, dessecando os terrenos. Conforme as obras fossem terminadas seriam entregues a administração estadual para sua conservação e aplicação de impostos sobre as áreas saneadas.

No contrato constava a abertura de um canal que iria de Raiz da Serra da Estrela a Manguinhos com quatro comportas, das quais três estariam na Baixada da Guanabara. Além destas comportas seriam retificados e dragados os rios com a construção de duas pontes de madeira (Sarapui e Saracuruna). Para aproveitar e ocupar as áreas liberadas com as obras estava incluso um programa de colonização (um colono por dez hectares) na área dessecada na região. Apesar de todas estas especificações em relação a atuação que deveria resultar da intervenção da Empresa de Melhoramentos naquele espaço, nenhuma obra foi realizada na região na Baixada da Guanabara.

Para o autor do projeto, as obras naquela parte da baixada do estado, eram imprescindíveis para o saneamento, principalmente o canal, no entanto este não foi sequer iniciado. Assim como já havia ocorrido na Primeira Comissão Federal de Saneamento a desapropriação foi um empecilho a continuidade do projeto. Ao chegar ao congresso essas desapropriações foram vetadas e mesmo constando no contrato já assinado foi retirada a cláusula onde estavam inseridas. Desde seu início em 31 de dezembro de 1921 até fevereiro de 1931 as obras desta empresa limitaram-se a enseada de Manguinhos.

Assim concluímos que apesar do nome, Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, na verdade a ação foi toda direcionada ao espaço que não fazia parte da baixada. Ao analisarmos os valores venais dos terrenos de Manguinhos e da B. Guanabara percebemos claramente a escolha por favorecer o espaço que traria maiores recursos ao estado após beneficiado pelos aterros, canais e dessecamento, deixando claro que a Baixada não valeria o investimento, devido ao baixo preço dos terrenos quando comparados aos locais mais próximos ao distrito federal, no caso Manguinhos.

O intuito da descrição dos trabalhos de saneamento e dessecamento da planície do estado nos períodos entre as duas Comissões Federais foi corroborar com a hipótese deste

trabalho de que a Primeira e a Segunda Comissão Federal (1910/1933), foram importantes políticas públicas a atuarem no espaço que hoje reconhecemos como Baixada Fluminense (parte da b. da Guanabara) e de fato as únicas políticas, até o início do século XX, que realmente produziram transformação na região. Diferentemente do que ocorreu com a Baixada dos Goitacazes, por ser grande produtora e com uma força política influente na política estadual, atraiu para si as maiores intervenções, mas sem mudar a estrutura fundiária e a dinâmica econômica.

No sétimo capítulo do relatório de Hildebrando estavam arrolados os maquinários que já haviam sido utilizados nas intervenções. Como a destruição das matas e a degradação do ambiente foram se acumulando ao longo dos séculos de exploração indiscriminada da região, o assoreamento dos rios foi se tornando um problema maior até se consolidar como o principal foco para a ação de dessecamento. As técnicas conhecidas naquele período para combater a vazão insuficiente dos rios eram a dragagem e a escavação. O Departamento Nacional de Portos e Navegação possuía algum maquinário que poderia ser utilizado para a realização dos trabalhos, no entanto a inspeção e constatação das condições desses instrumentos só poderiam ser liberadas após a Comissão apresentar um estudo completo de onde e como cada draga, rebocador ou escavadeira deveria atuar. Esse estudo seria feito posteriormente ao levantamento do maquinário, sendo assim, somente foi examinada a aparelhagem que estava no Distrito Federal e que poderia ser utilizada.

Por ocasião da constituição da Comissão de 1933 havia três outros trabalhos em andamento na planície do estado e os maquinários do Distrito Federal estavam a seu serviço. O levantamento foi dividido em Aparelhagem Flutuante: Dragagem, transporte e auxiliar; Aparelhagem Terrestre: Dragagem e escavação mecânica, transporte (fixa e rodante), auxiliar e desmonte hidráulico. A descrição segue minuciosamente quadros construídos com a espécie de máquina (lança, batelão, catraia, etc.), o nome de cada um, suas especificações técnicas (comprimento, calado, potência), estado de conservação, orçamento para as reparações necessárias, o valor aproximado e o local em que estava aportado. Esse levantamento foi importante devido a característica diferenciada da Comissão de 1933, uma vez que esta iria orientar diretamente todos os trabalhos. As comissões anteriores faziam uma licitação onde as empresas vencedoras eram responsáveis pela aquisição do maquinário necessário às obras.

Um levantamento a respeito da situação econômica da planície do estado, seu aproveitamento após as obras, sua produção atual (1933) e o cálculo dos lucros prováveis,

foram tratadas no capítulo oito do relatório. A planície como um todo foi apontada como responsável por 74% da receita do estado do Rio de Janeiro, divididas em 33.575 propriedades (50% do total do estado) que correspondiam a 32,5% do valor imobiliário em 1932. O município de Campos possuía a maior quantidade de propriedades (12.999), assim como estas cobriam a maior área em km² (4.680,684 km²), Maricá era o menor em número de propriedades (438) e Niterói com o menor tamanho médio das propriedades (56.142).

Estes números demonstram a dinâmica ocupacional do estado. Campos tinha sua principal atividade baseada na agricultura enquanto Niterói passava por um processo de parcelamento e valorização dos terrenos urbanos atingindo em 1932 o mais alto valor por quilometro quadrado (280.000\$000) do estado. O quadro abaixo traz uma panorâmica da população que ocupava estes espaços na planície do estado.

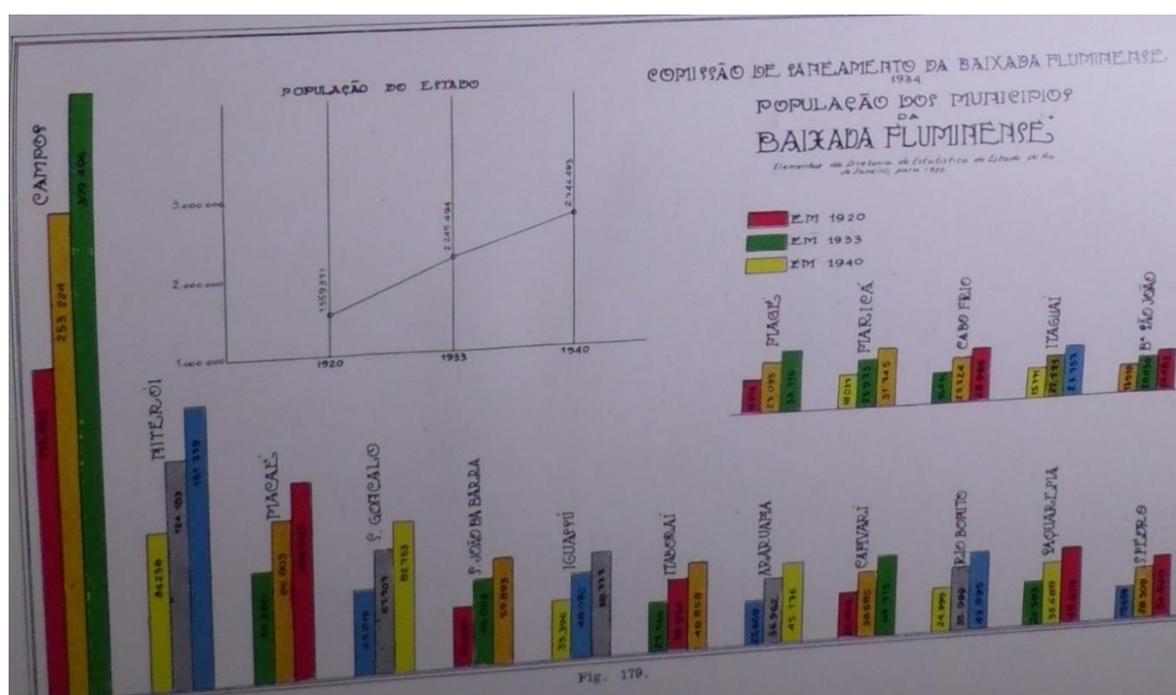


Figura 10: Tabela com a densidade demográfica dos municípios da Baixada Fluminense em 1934.
Fonte: GÓES, 1943, p. 445.

Cada um dos municípios listados acima contribuía com um tipo de produção, assim as quatro baixadas estavam divididas a partir de sua especialização econômica, sejam em produtos agrícolas ou industriais. As baixadas da Guanabara e a de Sepetiba estavam ocupadas com as culturas de laranja, banana, abacaxi, café, milho, mandioca e arroz, enquanto

as baixadas de Goitacazes e Araruama com as produções chamadas de “industrializadas” como açúcar, sal e gado.

O desenvolvimento da citricultura na Baixada da Guanabara foi analisado, pelo relatório, como resultado de dois fatores: clima favorável e facilidade de transporte pela malha ferroviária. Devido ao significativo aumento nas exportações da fruta, em abril de 1933 foi aberta a seção de fruticultura no Ministério da Agricultura, com objetivo de

[...] evitar que nossas frutas sejam exportadas sem o necessário certificado de inspeção, esta seção tem, a seu cargo, os trabalhos relativos á assistência, inspeção das culturas, colheitas, seleção, beneficiamento, acondicionamento, transporte e tratamento de pomares, em colaboração com os agricultores. (GÓES, 1934, p. 447).

No mês seguinte à criação da seção de citricultura foi instituído um decreto para “[...] assegurar maior assistência e amparo a citricultura no país [...]”. Logo na sequência o relatório informa a existência de uma praga que estaria nos laranjais de São Paulo e Rio de Janeiro em 1933, demonstrando que ainda era incipiente o apoio técnico que deveria ser prestado aos produtores, uma vez que esses não conseguiram controlar o avanço da praga.

O Brasil tinha 20 milhões de pés de laranjas, 36% estariam em São Paulo, 32% no Rio de Janeiro, 7,5% em Minas Gerais e 24,5% nos outros estados. Os maiores produtores de laranjas eram os municípios de Iguassú (ocupando a atual Baixada Fluminense), São Gonçalo (B. Guanabara) e Maricá (B. Araruama). O Brasil exportou, em 1932, 1.930.138 caixas, das quais 68% foram exportadas via porto do Rio de Janeiro e 32% pelo porto de Santos. Do total produzido pelo estado fluminense 1.207.276 caixas, 85% (1.026.185 caixas) foi colhido nas Baixadas da Guanabara e Araruama, nos municípios de Iguassú, São Gonçalo e Maricá.

O tipo de laranja mais aproveitado para a exportação naquele período era a “pera” devido a suas características naturais (casca mais grossa, textura firme e durabilidade), mais produzida na baixada da Guanabara, enquanto os outros estados tinham maior produção do tipo “seleta”, um pouco menos resistente e sensível a mudanças de temperatura. Essa questão levou o ministério da agricultura a estudar meios de viabilizar a exportação também deste tipo de laranja (seleta) com o sentido de beneficiar principalmente o estado de São Paulo, seu maior produtor.

Os maiores compradores no exterior eram a Inglaterra (75%), Argentina (12,5%) e Holanda (8%). A tonelada era exportada em 1929 ao preço de 282\$000, subindo para

383\$000 em 1932, levando o autor deste capítulo do relatório a declarar que “O confronto destas cifras faz ressaltar, nitidamente, a situação de destaque de nossa fruticultura como fonte de riqueza nacional”. (GÓES, 1934, p. 449). Desta forma podemos visualizar a importância alcançada pela Baixada da Guanabara, no momento em que estava sendo iniciada a importante ação de dessecamento e saneamento da região pelo governo federal.

Na esteira da centralização iniciada com o governo Vargas os engenheiros Paulo Pinto Ferreira Silva, Procópio de Mello Carvalho e Mario Eloy da Costa, responsáveis por esta parte do documento, sugeriram a organização dos mercados, orientação da produção e a sindicalização para o maior controle estatal, a exemplo de Londres (Convent Garden), Paris (Halles Centralles) e Cairo. Este controle não dependeria somente do investimento em treinamento e novas técnicas de plantio, mas também subsídios para os produtores como ampliação das terras cultiváveis via saneamento.

Essas novas técnicas são chamadas por Theodore Schultz (1965) de modernização da agricultura tradicional³⁷, onde segundo ele, poderiam ser percorridos dois caminhos: através da abordagem de “*Comando*” e da abordagem de “*Mercado*”, ambas demandavam investimentos consideráveis e de organização da administração estatal para apoiar o setor agrícola. No caso dos objetivos do saneamento da planície do estado, com base no relatório da Comissão de 1933, fica claro que a abordagem adotada para a região foi a de “mercado”, onde o principal “incentivo” oferecido por essa política pública foi o dessecamento.

Há uma abordagem de Comando, baseada na aplicação do poder político não somente para reorganizar a produção agrícola como também para administrar as atividades rurais. Alternativamente, há uma abordagem de mercado, baseada predominantemente nos incentivos econômicos para orientar os agricultores na formulação das decisões de produção, e para recompensá-los de acordo com sua eficiência distributiva, se bem que implique também determinados investimentos públicos e atividades estatais. (SCHULTZ, 1965, p. 108).

Confirmando a orientação do estado na direção da abordagem de “mercado” estavam as sugestões dos engenheiros onde após a realização das obras de intervenção o governo deveria ainda prestar assistência aos lavradores, realizando cursos práticos, evitando o uso de

³⁷ Caracterizamos aqui a agricultura brasileira como tradicional, baseados a definição de Theodore Schultz para este modelo: “ Pertencem a essa classe todos os setores agrícolas nos quais o estado do conhecimento e o das preferências e motivos para adquirir e conservar fatores agrícolas como fontes de renda permanecem aproximadamente constantes por um longo período...Sua característica econômica típica é o alto preço das fontes de correntes de renda permanente, proveniente da produção agrícola. ” (SCHULTZ, 1965, p. 113)

manuais e “teorias”,³⁸ nos centros agrícolas, além de incentivos à promoção de feiras e prêmios aos produtores, para

[...] despertar o interesse na seleção do produto, seria aconselhável a abertura, durante as safras, de exposições anuais, nas sedes de municípios produtores. Nestas exposições, deveriam ser distribuídos prêmios aos fruticultores que mais se distinguissem pela seleção dos frutos, quantidade de exportação, etc. (GÓES, 1934, p. 450).

Destarte podemos observar que as intervenções na planície do estado, pelo menos as que foram implementadas para o saneamento e dessecamento, eram guiadas almejando a prosperidade agrícola. Um bom exemplo foram as terras cultivadas em Campos, baixada dos Goitacazes, pois sua capacidade produtiva foi o fio condutor das políticas de beneficiamento da região, recebendo intervenções com o intuito de estimular a produção desde 1837, com a construção do canal Macaé/Campos. O açúcar de Campos foi importante para a economia estadual, e até mesmo a Primeira Comissão Estadual (1894) mudou o rumo de seus trabalhos para socorrer com dinheiro público os capitais privados dos grandes produtores do norte fluminense durante as fortes chuvas de 1895. Ao que parece a Segunda Comissão Federal não fez diferente, mas a produção na baixada da Guanabara, com a laranja principalmente, pode ter sido um importante incentivo ao investimento na região.

Desta maneira identificamos que as formas utilizadas para aumentar a produtividade nas baixadas foi a orientação de “mercado” onde o crescimento seria induzido através da ampliação de espaços produtores, lucrativos o suficiente para atrair novos investidores para as áreas recém saneadas.

Os autores desse capítulo, Paulo da Silva, Procópio Carvalho e Mario da Costa, fizeram um levantamento geral do que era produzido na baixada do estado. A planície compreendia cerca de 40% (17.000km²) do território do estado, onde estavam sendo aproveitados, segundo este levantamento, 9.350 km². Um estudo econômico da região fazia parte dos objetivos da Comissão e deveria ser realizada de forma mais completa possível. No entanto as dificuldades para a construção desta parte do documento foram o tamanho da propriedade e o quanto das terras era utilizado para a produção de exportação. Como já citado, os impostos eram gerados com base na auto declaração. O medo do aumento dos impostos,

³⁸ Para ensinar os agricultores deveria o estado priorizar as aulas práticas, por que além do alto índice de analfabetismo, os que dominavam a leitura afirmavam “ [...] que possuem sempre tempo para vê o que não tem tempo para lê”. (GÓES, 1934, p. 450)

calculado pelo tamanho da propriedade, foi um limitador para estudos mais precisos, já que “[...] a natural desconfiança dos proprietários no fundado receio da gravação de impostos, origina um ambiente desfavorável para a coleta dos elementos indispensáveis ao conhecimento da verdadeira produção [...].” (GÓES, 1934, p. 481). Com os dados encontrados, os principais municípios foram descritos com suas produções, rendas e vias de comunicação.

Em Iguassu o principal produto era a laranja, com média de um milhão de caixas exportadas anualmente. O município contava também com algumas pequenas indústrias, onde o destaque era a de cerâmica. A renda municipal no ano de 1932 foi de 1.107:308\$250 e suas principais vias de comunicação eram as estradas de ferro Central do Brasil, Linha Auxiliar, Rio D’ouro e Leopoldina e as rodovias Rio-São Paulo e Rio – Petrópolis. Além destas os distritos do município de Iguassu eram interligados por estradas cuja maior parte tinha sua origem nas vias principais (estrada de ferro ou rodovias).

Os tipos de transportes são temas do capítulo nove e foram divididos em três modalidades: aéreo, terrestres e aquáticos. Os aéreos não eram utilizados na produção agrícola. Já os terrestres se subdividiam em: “moderno” e o “moderníssimo”, definições do engenheiro Bento de Almeida, autor do capítulo. Para ele na categoria “moderno” estavam as estradas de ferro elétrica³⁹ e a vapor, enquanto na classificação “moderníssimo” estariam os automotores. Outro sistema de transporte era o aquático, divididos em: navegação interior (rios e canais) e navegação marítima (mar aberto). Essas três modalidades, automotores (rodovias), estrada de ferro e navegação, deveriam formar um sistema onde a rodovia seria utilizada para o escoamento de pequenas quantidades de mercadorias e passageiros, em distâncias curtas; as ferrovias para grandes massas de passageiros e mercadorias em longos percursos e a navegação para mercadorias pesadas, em grandes quantidades a pequena velocidade.

O relatório faz uma crítica a competitividade existente entre os meios de transporte usando o exemplo do escoamento da produção do norte do estado.

[...] é mais barato despachar uma mercadoria de Barão de Mauá para Macaé e em seguida desta estação para rio Dourado, do que diretamente de Barão de Mauá a Rio Dourado, que fica muito antes de Macaé. Como a Leopoldina considera

³⁹ Aqui o autor parece considerar as primeiras eletrificações, de 1910, a E.F. Corcovado; em 1922, iniciou-se a eletrificação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Fonte: (<http://ftc.com.br/a-empresa/historia/as-locomotivas-e-as-ferrovias>), acesso em 30 de novembro de 2015.

Macaé porto de mar, baixa as tarifas para aquele porto para concorrer com a navegação marítima de pequena cabotagem. (GÓES, 1934, p. 495)

Bento de Almeida (engenheiro responsável por esta parte) fez um esforço para defender que os transportes no Brasil deveriam caminhar em direção a essa complementariedade listando exemplos de vários países, desde Estados Unidos até Alemanha, onde a compreensão do benefício do sistema já estaria sendo colhido. No caso do estado fluminense a tensão criada pelas concessões a particulares que construíram desde portos até linhas de ferro, gerou disputas que impediram a estabilidade necessária para a fixação de um sistema de transporte integrado. Nesta competição pelo capital gerado na movimentação de mercadorias do interior para o porto do distrito federal não coadunava com a ideia de complementariedade nos transportes que se pregava, ao contrário, a prática mostrava um ambiente de concorrência que onerava escoamento da produção.

O capítulo dez é dedicado à malária⁴⁰ onde Mario Eloy da Costa, engenheiro que escreveu esta parte do relatório, relata que o “mal de Laveran”⁴¹ historicamente foi domado na planície do estado, principalmente na baixada da Guanabara, pela presença dos Jesuítas. A atuação dos religiosos em Santa Cruz no ano de 1759, com obras hidráulicas sanitárias, visando a profilaxia da malária foram tomadas como referência de combate a doença. No entanto foi no ano de 1759/1760 que os jesuítas foram expulsos do país e, a obra sobre a qual provavelmente o autor se refere, seria uma ponte construída no intuito de ligar a Fazenda de Santa Cruz a São Cristóvão em 1752 (do interior do estado para o distrito federal). Como obra única e resultado de pesquisa no exterior⁴², a ponte tornou-se um ícone em relação ao controle de inundações na região e frequente associada a presença da ordem religiosa e a salubridade

⁴⁰ Identificada no século XVIII como “mal aire”, hoje sabemos se tratar de doença endêmica, resultado de uma ação do protozoário do gênero *Plasmodium*, transmitida de uma pessoa para outra usando como transmissor a fêmea do mosquito *Anopheles* de hábitos noturnos e que se desenvolve tanto na água doce (*Anopheles darlingi*), quanto na água salobra (*Anopheles aquasalis*) (DORO, 2011, p. 1).

⁴¹ Charles-Louis-Alphonse Laveran, médico francês, patologista e parasitologista que descobriu o parasita que infecta humanos com a malária. Recebeu, por esse e outros trabalhos posteriores, sobre as doenças causadas por protozoários, ele recebeu o Prêmio Nobel de Fisiologia ou Medicina em 1907. (Encyclopedia Britannica Online).

⁴² “ Para que a Ponte dos Jesuítas cumprisse seu papel, foram traçados mapas com a rede hidrográfica, as elevações, os vales, os morros e as depressões. Dois jesuítas foram pesquisar na Holanda – país que possuía problema semelhante – os procedimentos que deveriam ser adotados. Assim, eles concluíram que se deveria conter o leito dos rios nos pontos de inundação e abrir valas e canais para o escoamento das águas, que seriam manobradas conforme a necessidade, solucionando os problemas tanto de enchentes como de secas. Funcionando como comporta, a Ponte dos Jesuítas possui arcos em cantaria de dimensões variadas, que eram deixados abertos para o escoamento natural do rio ou fechados para represá-lo, a fim de que o excesso de água refluisse para cima, indo vazar pelo canal que havia sido construído com esse fim, desviando parte das águas para o Rio Itaguaí. ” (DIAS, 2011, p. 1).

na região. A imponência⁴³ para a época e o fato de ser a primeira obra deste cunho na América Latina, construíram em torno da ponte e suas adjacências (canais e valetas de drenagem) um imaginário que foi utilizado para contar a história da baixada da Guanabara, e relaciona a expulsão dos jesuítas e a insalubridade da região, sendo a fonte mais consultada o relatório aqui descrito.

O engenheiro continua seu relato defendendo, a hoje já conhecida, fórmula de infestação da malária na baixada da Guanabara: abolição + cansaço das terras + abandono = a febres palustres. No entanto muito outros fatores fazem parte desta equação, a construção das estradas de ferro e rodovias, o desmatamento, o assoreamento dos rios e principalmente a falta de interesse do poder público pela região.

De ano em ano, os surtos da malária sucediam-se as inundações causadas pelas enchentes dos rios da Baixada, que produziam consideráveis prejuízos materiais e morais ao país [...]

Instalada no Brasil, a Comissão Rockefeller veio em auxílio dos que se realizavam, e, em inspeções feitas em várias localidades da Baixada Fluminense, colhendo dados e fazendo observações sobre o grão de endemicidade malárica naquela região [...]. (GÓES, 1934, p. 510).

A Fundação Rockefeller apoiou a formação de serviços permanentes de higiene, não somente na planície do estado, onde mantinha postos de combate a malária, como em outras unidades federativas do país. A fundação também financiou projetos de “ensino, pesquisa, profilaxia da malária e da febre amarela.” A atuação da Rockefeller caminhou junto ao estado e colaborou para “[...] preencher os espaços vazios de autoridade e repletos de doenças [...]” em seu interior. (HOCHMANN; MELLO, 2002, p.243).

Campanhas contra endemias rurais, e contra a malária em particular, são elementos constitutivos da saúde pública no Brasil. Desde o início do século XX, inúmeras ações que incluíam investigação, tratamento e profilaxia do impaludismo foram executadas pelo governo federal e por alguns estados da federação. Uma tradição de pesquisa sobre a malária e demais endemias se constituiu no eixo Rio-São Paulo em especial no IOC a partir dos trabalhos de cientistas como Carlos Chagas, Adolfo Lutz e Arthur Neiva. Entre meados da década de 1910 e meados da de 1920, no rastro do movimento político pelo saneamento rural, a malária juntamente com a ancilostomíase e a doença de Chagas adquiriram status de trindade maldita, entrave à civilização, ou dos principais males que tornavam o Brasil, nas palavras do médico e professor Miguel Pereira em 1916 um imenso hospital. (Hochman, 1998; Lima e Hochman, 1996, *apud*, HOCHMAN, 2002, p. 239).

⁴³ Ponte traz também a seguinte inscrição em latim: “Flecte genu, tanto sub nomine, flecte viator. Hic etiam reflua flectitur amnis aqua” (“Dobra o joelho sob tão grande nome, viajante. Aqui também se dobra o rio em água refluyente”).

Assim como nas obras de saneamento, dragagem e dessecamento o trabalho de profilaxia de doenças tinha uma fase inicial que deveria ser realizada de forma direta e sem auxílio de nenhum equipamento (maquinário), com o objetivo de “Obstar que o homem infecte o mosquito; impedir o mosquito de infectar o homem.” (GÓES, 1934, p. 510).

Apesar do discurso oficial, tanto do relatório de Hildebrando como das mensagens dos governadores, defender que a malária e outras febres palustres eram o grande problema sanitário da planície do estado, existia uma variação relevante entre os níveis de incidência das doenças ao longo dos 17.000 km². A Comissão de 1933 construiu vários gráficos para fazer um demonstrativo da intensidade da Malária entre 1922 e 1924, as localidades mais afetadas nesse período foram Porto das Caixas, que chegou a ter 86% de seus moradores atacadas pela doença; Santana do Japuíba, com o máximo de 85,4% dos habitantes acometidos e Magé com 16,22%, claramente desfrutando já em 1923 dos serviços de defesa das populações realizados em conjunto com a Fundação Rockefeller. O documento termina este trecho fazendo uma defesa ao combate da malária através do extermínio dos mosquitos no período larvário com campanha ininterrupta e organizada. Aqui volta a ser defendido o aterro dos brejos, retilinização dos rios e o plantio de eucalipto. Como modelo defendido o autor apresenta os trabalhos realizados em Santa Cruz que iniciaram no ano de 1927, reduzindo o índice malárico de 50% para 14%. Sendo estudada uma área de 42 quilômetros dividida em sete zonas, foram realizados aterros, dragagem e oleagem para a destruição das larvas, em três meses de trabalho.

O penúltimo capítulo do relatório de Hildebrando trata da Colonização. Buscando fazer um memorial da história do Brasil desde seus primórdios o autor identifica os principais grupos estrangeiros aptos a virem para o Brasil como oriundos de Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, dos Balcãs e da Síria, estes dois últimos após a Grande Guerra.

A corrente migratória seria necessária para suprir, segundo o autor, principalmente a agricultura, não havendo incentivos para a povoar as pequenas áreas de ocupação urbana, onde os “nativos” que vinham do interior já se fixavam gerando grandes problemas de habitação e saúde pública.

No caso da baixada da Guanabara a colonização era vista como ação seguinte ao saneamento, assim os trabalhos poderiam ser realizados, avançando pequenos trechos de cada vez, com a certeza da manutenção e ocupação permanente do espaço onde estariam sendo feitas as intervenções. Para isso é dada a máxima importância ao cadastro imobiliário para

definição do espaço pertencente ao estado que até o momento da comissão “[...] até agora mais ou menos incerta e povoado de “grileiros”, sem título legal. ” (GÓES, 1934, P. 524). Em 1933 o Departamento Nacional de Povoamento já havia iniciado os trabalhos de assentamento nas áreas beneficiadas pelas obras de 1927, onde 17.000 m² eram computados como área colonizada com o patrocínio dos cofres públicos. Neste espaço estava localizada a fazenda Santa Cruz, onde os lotes foram valorizados pelas obras de saneamento, sendo vendidos a 30 reis o metro quadrado antes das benfeitorias e a 100 reis após as mesmas. O pagamento era feito entre 8 e 11 anos, cobrados a partir do terceiro anos do assentamento do colono.

Até 31 de dezembro de 1933, o número de colonos instalados no Centro Agrícola Santa Cruz era de 169, formando com suas respectivas famílias, um total de 989 pessoas, numa percentagem de 70% nacionais e 30% estrangeiros, entre os quais se contam alemães, austríacos, espanhóis e portugueses. (GÓES, 1934, p. 525).

A colonização na planície, principalmente na baixada da Guanabara, deveria seguir o seguinte esquema: limpeza e dessecamento, priorizando as porções de terrenos próximos as estações ferroviárias. A principal característica destes pedaços de terra como pertencentes ao espaço “urbano” eram estar a menos de um quilometro da linha de trem e serem divididos, caso ainda não estivessem repartidos, em lotes de no máximo 20X50. O restante do território era denominado rural (distância maior que 1 quilometro da estação de trem) e uma vez beneficiados pelas obras deveriam ser parcelados em porções, com no máximo, 10 hectares (1 Km²), com o objetivo de formar colônias agrícolas organizadas no sistema de cooperativas. Para o autor do relatório, não seria difícil a colonização das terras saneadas da baixada, principalmente a Baixada da Guanabara, pois a proximidade do Distrito Federal as tornariam atraentes à policultura e coadunariam com a formação de um grande “*celeiro*” para abastecer não somente o DF como ampliar as exportações.

O último capítulo do relatório abarca as conclusões do documento, que são as obras aproveitáveis, as causas dos fracassos, as vantagens em sanear as quatro baixadas, a compreensão de dois de seus maiores problemas (limpeza dos pântanos e a defesa contra as inundações), conselhos de ordem administrativa (ação continua no espaço, unidade na direção dos trabalhos de saneamento, liberdade técnica de atuação, etc.), conservação dos trabalhos executados, a abertura e melhoramento dos transportes e a construção de um sistema de crédito que garantisse o fluxo constante de recursos para as obras. Todos estes assuntos foram objetos de análise do relatório fazendo deste “plano de atuação” uma importante ferramenta a ser utilizada no saneamento da região.

Com a vantagem de não ter de atuar imediatamente na região, a última Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, pode ao completar o relatório descrito neste capítulo, elaborar um plano de ação que foi posto em prática a partir de sua transformação em Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense em 1936. Após a análise do relatório completo foi determinada a ordem dos trabalhos: Restauração dos cursos d'água (Obras hidráulicas), estabelecimento de rede de transportes e legislação especial para incrementar a colonização. (GÓES, 1939, p.19).

Após a absorção do conhecimento empreendido pelas comissões anteriores, a conclusão foi que era imprescindível iniciar os trabalhos abordando as questões de vazão dos rios, com limpeza das margens, reconstituição de valetas de saneamento construídas anteriormente, construção de novas e criar formas de manutenção dos cursos dos rios. Desta forma os estudos necessários a construção do plano completo de saneamento e dessecamento só foi realizado depois da limpeza dos rios, pois somente com a liberação dos cursos d'água que se poderia identificar a margem original. Foram dragados sete km no rio Iguassú, três no rio Pilar e Capivari, 17km no Babi e Botas, quatro km no rio das Velhas e três km no Maxambomba, totalizando 37 km na bacia do rio Iguassú. Na bacia do rio Sarapui foram 10 km, bacia do rio Estrela seis km. Em toda a planície do estado ficaram limpos e desobstruídos, manualmente no início e depois com auxílio de dragas do tipo drag-lines, cerca de 3.800 km⁴⁴ de rios, que consumiram cerca de dois anos para serem realizados (1936/1938).

Em 1939 a limpeza preliminar dos rios e canais foi dada como finalizada e os terrenos dessecados já estariam sendo aproveitados. A maior parte das obras de saneamento foi realizada na área mais próxima do distrito federal (baixada da Guanabara). O documento elaborado por Góes em 1939, reconhece a preferência por estes locais em detrimento de outros devido a sua posição geográfica. O rio Meriti recebeu onze quilômetros de diques e canais, através dos quais foram liberados seis milhões de metros quadrados para o subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, deixando claro que a área priorizada fazia parte da baixada da Guanabara.

Para a baixada dos Goitacazes a principal obra foi a construção de 18 km diques de alvenaria de pedra (até 1939) conforme os projetos de 1925 do engenheiro Saturnino de Brito. Apesar do documento de 39 fazer referência somente ao projeto de Saturnino, as obras na realidade formaram um conjunto de ideias de períodos diferentes. Na miscelânea dos projetos

⁴⁴ GÓES, 1939, p.5.

dos três engenheiros que atuaram na baixada dos Goitacazes estavam os projetos de Candido Borges, Lucas Bicalho e é claro Saturnino de Brito. Segundo Soffiati (2014) a opção de Góes foi “uma obra híbrida”.

De Saturnino de Brito, tomou a ideia dos diques no trecho de planície do Paraíba do Sul e dos canais ligando este rio à bacia da Lagoa Feia. De Lucas Bicalho, incorporou a proposta de centralizar os defluentes da Lagoa Feia num único canal, mas não no ponto em que ela mais se aproxima da costa e sim em Barra do Furado. De Candido Borges, colheu a ideia de ligar os desaguadouros dos Rios Macabu e Ururá por um canal submerso rasgado no ventre da Lagoa Feia até um canal central que avançasse mar adentro. (SOFFIATI, 2014, p. 27).

Também foram construídos diques marginais ao longo do Guandu-Assú e uma barragem de concreto armado para controlar as descargas do rio Guandu e Itá. Além dos diques de concreto, outras “obras de arte” surgiram na região, ao todo até 1939 estavam prontas 43 pontes, bueiros e pontilhões em diversos pontos, aumentando a vazão das águas estagnadas devido a aterros de estradas de ferro e rodovias. Estava ainda em execução o viaduto do canal São Francisco. No total foram dessecados em 1939 pela Diretoria cerca de 2,982 km² assim divididos:

Quadro 6: Bacias dos rios saneados. Fonte: GÓES, 1939, p. 49.

Bacia do Rio ou Lagoa	Área saneada em Km²
Guandú-Assú	1,200 km ²
Saco	27 km ²
Ingaíba	9 km ²
Meriti	17 km ²
Iguassú	200 km ²
Estrela	75 km ²
Surui	15 km ²
Irirí	5 km ²
L. Maricá	30 km ²
L. Jacarepaguá	84 km ²
São João	500 km ²
Macaé	400 km ²
L. Feia	420km ²

A previsão era de que seriam necessários mais seis anos para cumprir o programa estabelecido. Havia outras obras em andamento (em estágio adiantado) e considerando-as como efetivadas teríamos um total de 27% da área total da baixada do estado (17.000 km²) já saneadas em 1939.

O documento de Góes faz também o registro do assentamento de 30 famílias de colonos japoneses no Núcleo Colonial de Santa Cruz com plantio já iniciado, dedicando-se principalmente a horticultura. De olho nos terrenos liberados, o governo do estado do Rio de Janeiro adquiriu a fazenda São Bento com o intuito de instituir outro núcleo colonial nas mesmas bases do de Santa Cruz. Há referência a empresas que começam a adquirir terrenos abandonados e loteá-los, facilitando o pagamento.

O fato é que, de maneira legal ou irregular, a baixada fluminense estava sendo ocupada a partir do espaço liberado pelas obras e o governo, pelo menos o federal apoiava a iniciativa de povoamento, com diz o engenheiro “A colonização, feita diretamente pelo Governo ou por meio de companhias particulares, completa o objetivo e facilita consideravelmente a sua conservação posterior.” (GÓES, 1939, P. 58.). Partilhada legal ou irregularmente, vendida em pequenas ou grande frações, ao que parece tudo era válido para ocupar definitivamente a baixada da Guanabara.

Para contribuir com a ocupação a Diretoria também construiu estradas de rodagem, sem, no entanto, aumentar a malha ferroviária, 74ms por km² era considerado suficiente, ao contrário das rodovias. A ligação entre a Automóvel Club e a Rio- Petrópolis, por exemplo é desse período. Estavam previstas ainda a ligação da cidade do Rio de Janeiro a Niterói circundando a baía de Guanabara, uma estrada de Niterói a Campos e a comunicação do Rio de Janeiro com Belém (PA). Havia também por parte do governo federal uma pretensão de restabelecer o transporte via navegação, principalmente pelos rios Meriti, Iguassú, Estrela e Macabu, visto que no rio Paraíba entre Campos e São João da Barra esse tipo de deslocamento ocorria.

Economicamente, os frutos dos trabalhos de saneamento já estavam sendo colhidos em 1939, aumento de terrenos utilizados para o cultivo da laranja, abacaxi, açúcar, aguardente e cimento alargaram as exportações. Conforme notícia no jornal local “O Correio da Lavoura” as plantações se estendem a terrenos do estado

Intensificando o saneamento da Baixada Fluminense

A diretoria de saneamento da Baixada Fluminense vem intensificando as obras de construção do "polder" do Merity e da dragagem dos canais dos rios Faria, Sarapuhy, Iguassú, Piabetá e Baby. Nesses rios estão sendo empregadas 8 dragas. O "polder" do Merity já se acha com três áreas indicadas contra a entrada da maré, faltando apenas a última. Dentro de dois meses, aliás, essas obras todas deverão estar terminadas, o mesmo acontecendo com a dragagem do rio Faria. O sarapuhy já está com meio quilômetro dragado devendo entrar em ação a próxima semana mais duas dragas. O canal do Iguassú, com 30 mts de largura por 3 mts de profundidade, também já tem concluídos 3 km, e o do Piabetá, com 15 mts por 3ms 1 km. Quanto ao Baby, vai ser aprofundado ficando o canal com 10 mts por 2 e meio. Há dias o engenheiro Hildebrando de Araujo Góes, Diretor do saneamento da Baixada Fluminense, percorreu todos os referidos serviços, providenciando entre outras coisas para a ampliação das obras de dragagem, sobretudo na bacia do Iguassú, onde a cultura da laranja está se desenvolvendo cada vez mais e **onde o governo possui grandes áreas.**" (Correio da Lavoura, Edição 1047 - 15 de abril de 1937, gripo nosso).

Talvez o discurso de uso rural tenha sido amplamente utilizado para eximir o estado da responsabilidade implantação estrutura urbana (rede de água, esgotos, energia, transportes, etc.) necessária, até mesmo obrigatória pela legislação vigente, para que a Baixada Fluminense fosse ocupada.

A Segunda Comissão Federal em 16 de setembro 1936 foi transformada em Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense através do decreto Lei nº 248, dando continuidade as recomendações da comissão. A transmutação de Comissão em Diretoria foi a legitimação de projeto vencedor de política de saneamento, principalmente porque em 4 de julho de 1940 a Diretoria converteu-se em Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

Em 24 de janeiro de 1946 o DNOS foi reorganizado pelo decreto-lei nº 8.847. Os 14 artigos que orientaram as novas atribuições dos Departamentos incluíam sua finalidade, seus cargos administrativos e a subdivisão dos seus projetos.

Art. 2º O D. N. O. S. tem por finalidade promover, orientar, superintender, estudar, projetar, executar, contratar, fiscalizar e instruir todos os empreendimentos ou assuntos relativos a construção, melhoramento, conservação, modificação e exploração de obras de saneamento e defesa contra inundações. (BRASIL, 1946, p.1).

O Departamento recém reorganizado teria a sua sede no Distrito Federal e era subdividido em Divisão de Projetos (seção de Hidráulica, de Estruturas e de Documentação). Divisão de Obras (seção de aparelhagem e de Controle) e Divisão de Administração (Seção de Pessoal, de Material, de Comunicação, Financeira e Médica). A atuação do DNOS foi dividida em distritos, de primeira e segunda classe. O de Primeira classe eram: distrito do

Nordeste (sede em Recife) abrangendo os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; Distrito do Espírito Santo (sede em Vitória) abrangendo o Estado do Espírito Santo; Distrito da Bahia (sede em Salvador) abrangendo os Estados de Sergipe e Bahia; Distrito de Minas Gerais (sede em Juiz de Fora) e abrangendo o Estado de Minas Gerais; Distrito de São Paulo (sede em Santos) e abrangendo o Estado São Paulo; Distrito do Rio Grande do Sul (sede em Porto Alegre) e abrangendo o Estado do Rio Grande do Sul.

Os distritos de 2ª classe eram: Distrito de Goitacazes (sede em Campos) e abrangendo a Baixada de Goitacazes; Distrito de Araruama (sede em Macaé) e abrangendo a Baixada de Araruama; Distrito de Guanabara (sede em Itaboraí) e abrangendo a Baixada de Guanabara; Distrito de Sepetiba (sede em Campo Grande - D. F.) e abrangendo as Baixadas de Sepetiba e Jacarepaguá, no estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal. Como se pode ver os distritos de segunda classe são os do Rio de Janeiro e os de primeira os referentes ao resto do país.

A divisão dos distritos demonstra o caráter permanente atribuído aos trabalhos da Segunda Comissão Federal e da Diretoria de Saneamento. As quatro Baixadas foram transformadas em distritos de atuação com o diretor geral “ [...] nomeado em comissão pelo Presidente da República, escolhido dentre os engenheiros civis brasileiros possuidores de comprovados conhecimentos e tirocínio em assuntos da especialização do Departamento. ” (BRASIL, 1946), ou seja, Hildebrando Araújo de Góes.

Concluimos assim a Segunda Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense como precursora da Diretoria e do Departamento foi um importante facilitador da ocupação urbana da atual Baixada Fluminense, sendo objeto de um paulatino e mais constante movimento de transformação. As áreas dessecadas para agricultura foram conformando um novo território, não tomado para agricultura, mas para ocupação urbana. Só que isso já é assunto para outra história...

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi o de descrever e analisar as duas Comissões Federais de Saneamento para tentar compreender como essas colaboraram para “construir” a atual região da Baixada Fluminense. No entanto ao longo da pesquisa, a quantidade de obras, estudos e concessões que foram realizadas para o saneamento da planície chamou a atenção pela recorrência do tema e pelo uso dos mesmos argumentos, revelando percurso e transformações das concepções de saneamento e uso do espaço que se tornaria Baixada Fluminense.

Para cada momento (estudo, projeto, intervenção, etc) havia uma definição do que era Baixada Fluminense. Não só as que explicitamente eram desenhadas nos mapas ou divisões dos relatórios, mas na prática cotidiana das intervenções. Nós encontramos três: a da primeira comissão estadual e a segunda federal, que era toda a planície (ainda que dividida em quatro seções ou baixadas), a da primeira federal que denomina o entorno da capital (a que mais se aproxima da atual configuração) e a da prática, quando momentaneamente se juntavam obras em Santa Cruz ou Mangueiras, por exemplo, na cidade do Rio. Com geografia fluida a definição de Baixada dependia das demandas políticas de cada momento.

Em cada capítulo desta dissertação foram trabalhadas as comissões estaduais e as federais sem desconsiderar as intervenções ainda no Império. Suas variações, ora nas proximidades do distrito federal, ora no norte do estado revelaram as muitas alterações que dominaram as obras que objetivavam vencer as águas da planície.

Como políticas públicas, as Comissões de Saneamento demonstraram um modelo de apropriação do espaço pelo estado. Como obras de engenharia foram referência durante anos como modelo de tratar a questão dessecação e insalubridade.

Se a atuação da Primeira Federal foi o resultado de forças político-administrativa dependentes de constantes acordos para se manter ao longo de seus 5 anos, a Segunda foi a institucionalização de um ideal centralizador e bem definido de políticas de estado, cuja característica era intervir, modificar, civilizar e fazer produzir, pensada numa longa duração.

As comissões de saneamento começaram no âmbito estadual com a Primeira de 1894, e desde o início um dado esteve bem delineado: sua atuação demandava um esforço

incompatível com as condições financeiras do estado do Rio de Janeiro, principalmente no período da Primeira República. Esta constatação levou os políticos fluminenses a buscarem alternativas para resolver os dois problemas, seja a questão sanitária existente nas áreas alagadiças, focos transmissores de doenças, sejam as dificuldades financeiras que poderiam ser dirimidas com o uso produtivo do espaço mal aproveitado da planície.

Desde o início estava colocada a possibilidade de investimento para as atividades agrárias para aquele espaço e aproveitando-se de um momento político propício a Primeira Comissão Federal foi instituída tendo como principal idealizador e defensor o grupo nilista no Rio de Janeiro, ratificando a articulação saneamento e vocação agrária da região como discurso legitimador da intervenção, ainda que fosse na área próxima da capital federal.

Algumas questões aparecem como pano de fundo e sempre são postas de lado pela incapacidade das comissões em resolvê-las, a questão da propriedade da terra discutida sob a forma de cadastro rural ou terras devolutas foi empecilho para viabilizar soluções técnicas encontradas pelos engenheiros. Outro problema importante foi a constante luta da Baixada de Goitacazes e a da Guanabara pelos recursos, somente com as Primeira e Segunda Comissão Federal (1910/1933), houve atuação no espaço que hoje reconhecemos como Baixada Fluminense (parte da b. da Guanabara) e de fato as únicas ações, que realmente produziram transformação na região a partir do saneamento. O discurso do abandono (que só era inteligível para o entorno da capital) foi utilizado indiscriminadamente para toda a planície ao longo do período, da mesma forma que a Abolição foi vista como causa da ruína econômica e os jesuítas como ícones de um passado pujante.

A partir da extinção da Primeira Comissão Federal, as poucas obras realizadas foram abandonadas, devido a descontinuidade dos projetos, e os mesmos problemas sanitários voltaram a assolar a região. No entanto a permanência da ideia de que o estado Rio, como unidade federativa, era incapaz de solucionar o problema da insalubridade na Baixada Fluminense exigia a intervenção federal. Desta forma a Primeira Comissão Federal contribuiu para inculcar o ideário de que a União deveria intervir naquele espaço caso desejasse vê-lo colonizado e produtivo.

Entre as atividades que devem caber a União, encontram-se, sem dúvida, as de realizar grandes obras de saneamento, pois somente o governo Federal poderá recrutar e manter os técnicos necessários e movimentar recursos econômicos suficientes, mesmo porque a insalubridade de algumas zonas tem conduzido ao círculo vicioso: a sua valorização depende da prosperidade do Estado a que

pertencem, mas a prosperidade do Estado depende da valorização delas. A solução é a intervenção administrativa do Governo Federal. (RIO DE JANEIRO, 1940, p. 2).

Em relação ao contexto político no momento de criação das comissões, o projeto nilista elevou pela primeira vez o espaço denominado Baixada Fluminense como problema nacional, já a Segunda Comissão contou com um momento político de centralização que beneficiou tanto sua instituição como a transformou de política pública de saneamento a ser aplicada nacionalmente, ao transforma-la em DNOS, ao mesmo tempo dando a região a continuidade administrativa que viabilizaria o fluxo contínuo de recursos para sua ocupação definitiva.

Há um exemplo concreto no saneamento e colonização da Baixada Fluminense, que não seriam, provavelmente, uma realidade magnífica si não fora a ação federal, desenvolvida pelo governo de Vossa Excelência.

A campanha de guerra aos pântanos, porém, como encarece o Ministério da Viação, não deve continuar circunscrita às proximidades da Capital Federal, porque a expressão humana, social e econômica de seus objetivos impõe que se estenda a todo o Brasil.

A realização desses objetivos, entretanto, dependeria essencialmente de continuidade na ação, de subordinação dos serviços a bem elaborados planos de desenvolvimento, de programas administrativos a prazos longos.

Somente um órgão central, suficientemente amplo e bem aparelhado, poderia realizar com eficiência as funções de planejar e executar as obras de saneamento, em qualquer parte do território nacional onde elas se tornem aconselháveis por suas consequências econômicas e sociais.

Esse órgão teria, com efeito, de estudar as bacias hidrográficas e levantar o cadastro imobiliário das regiões beneficiadas, para estimativa dos índices de valorização das propriedades; teria de conservar as obras, policiando as zonas saneadas, afim de impedir a obstrução dos cursos d'água; a ele caberia cooperar com outros órgãos da administração no sentido do aproveitamento racional das terras, etc.

Pelo vulto de suas atribuições, conviria fosse esse órgão estruturado sob a forma departamental, transformando-se, em consequência, **a atual Diretoria Nacional de Saneamento da Baixada Fluminense em Departamento Nacional de Obras e Saneamento**. (RIO DE JANEIRO, 1940, p. 2 e 3, carta de Luiz Soares Lopes ao presidente Vargas demandando a transformação da Diretoria em Departamento).

Para além da importância nacional que os discursos políticos transformaram a região, exigindo inclusive intervenção, a Baixada Fluminense, idealizada pela Primeira Comissão Federal como somente os 3.000 km² próximos a capital, captou recursos baseada na construção política de “abandono e insalubridade”, na possibilidade de produção agrícola às margens do DF, atrelando a área próxima à cidade.

A Segunda Comissão Federal defendeu e legitimou o discurso instituído pela Primeira Comissão Federal, garantiu os recursos para a continuidade das obras e liberou grande parte do espaço para ser ocupado definitivamente, dizemos parte porque concordamos com Simões (2011) ao

informar que algumas áreas baixada da Guanabara onde a ocupação rural foi pretendida, nunca foi utilizada para tal.

[...] Guapimirim, Guapi-açu e Macacu [...] formam uma intrincada teia de canais que os interligam e desviam água de um para o outro numa tentativa de evitar as enchentes e alagadiços. Estas obras que se iniciaram em 1933 tinham como objetivo liberar essas terras para uma ocupação agrícola. No entanto o projeto fracassou e grande parte da área fica debaixo d'água a maior parte do ano e essa é uma das áreas com menor taxa de ocupação da Baixada. (SIMÕES, 2011, p. 40).

O uso agrícola idealizado pelo estado para a Baixada Fluminense fazia todo sentido na mentalidade de uso racional do espaço, que apesar de suas possíveis potencialidade, estava sendo “ignorado” pelo poder público. As comissões de saneamento foram constituídas com base nesta possibilidade de apropriação, mas como políticas públicas estiveram sujeitas não somente as questões administrativas, mas as econômicas.

A Segunda Comissão Federal devido ao contexto político na qual estava inserido, teve condições de concretizar o projeto para a Baixada, no entanto outros fatores interferiram para que o uso rural fosse implantado na região como um todo.

Segundo Simões as importações, os transportes já organizados, a demanda por terrenos para uma parcela menos privilegiada da população e o desejo de afastar este mesmo grupo dos olhos dos “ricos do centro” da capital, foram importantes para a construção da Baixada como espaço periférico a cidade do Rio. (SIMÕES, 2011)

Desta forma entendemos que as intervenções realizadas pelas Comissões de Saneamento, em especial a Segunda, possibilitaram que o espaço da Baixada Fluminense, aquela mais próxima da capital, recebesse uma parcela da população que pela ausência da capacidade do estado em cumprir as legislações vigentes, seja para a construção e expansão urbana nos vários municípios fluminenses, seja para colocar em prática os objetivos de uso rural, fizeram daquele período, momento de expansão e ocupação de novos espaços para abrigar os pobres, pois quanto mais distante dos “olhos” da capital federal menor era o nível de respeito a leis habitacionais vigentes. (SIMÕES, 2011, p. 106).

Este fato aliado ao declínio da citricultura em Nova Iguaçu fez cair o último obstáculo que represava o avanço da ocupação urbana, o uso agrícola da terra. Sem produzir e já saneada, apesar de não contar com estrutura urbana (rede esgotos, água, energia elétrica), a Baixada Fluminense foi sendo paulatinamente ocupada e transformada num “Lugar para os de baixo”! (ALVES, 2003).

Bibliografia

ACSERALD, H. **Discursos da Sustentabilidade urbana**. Revista B. Estudos Urbanos e Regionais, [S/L], nº 1 / Maio, 1999. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/27/15>>. Acesso em: 10 out. 2015.

ALBUQUERQUE J; D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, J. C. S. **Dos Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias: APPH/CLIO, 2003.

ANSELMO, R. C. M. S.; BRAY, S. C. Geografia e Geopolítica na formação Nacional Brasileira: Everardo Adolpho Backheuser. In: GERARDI, L. H. O.; MENDES, I. A. (org.) **Do natural, do social e de suas interações: Visões Geográficas**. Programa de Pós-Graduação em Geografia – UNESP, Associação de Geografia Teorética – AGETEO, Rio Claro, 2002. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/2002/sumario.pdf>>. Acesso 19 out. 2015.

BACKHEUSER, E. **Os sambaquis do Distrito Federal**. Revista Didática da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1918. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1945_v3_n32_nov.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

BARROS, J. D'A. **Espaço, Território, Região – Pressupostos Metodológicos**. Colóquio Baiano Tempos, Espaços e Representações: abordagens geográficas e históricas, issn 2359-1218, vol. 1, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/coloquiobaiano/article/view/2923>>. Acesso em: 05 maio 2015.

_____. **História, Espaço e Tempo interações necessárias**. *Varia hist.* [online]. vol.22, n.36, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752006000200012>>. Acesso em: 3 maio 2015.

BERMAN, M. **Tudo Que É Sólido Desmancha no ar: A Aventura da Modernidade**. 15ª Reimpressão. São Paulo: Companhia Das Letras, 1998.

BRASIL. **Relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas de 1911 a 1919**. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-ministerio-viacao-obras-publicas/459194>>. Acesso em: 30 março 2014 a 25 maio 2014.

BRASIL. Ministério de Viação e Obras Públicas. **Relatório dos trabalhos executados no ano de 1913**. Rio de Janeiro: S/E, 1914.

BRASIL. **Decreto-Lei** nº 8.847, de 24 de janeiro de 1946. Reorganiza o Departamento Nacional de Obras de Saneamento e dá outras providências, 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8847-24-janeiro-1946-416657-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BRAUDEL, F. **O mediterrâneo na época de Felipe III**. Lisboa — São Paulo: Publicações Dom Quixote e Livraria Martins Fontes, 1980.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, jul./set., 2006. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n03/v20n03_01.pdf>. Acesso em: 10 julho 2014.

BRITO, A. L. **A Questão Sanitária, a Técnica e a Modernidade: Discutindo a Origem das Infraestruturas de Saneamento no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1243>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

CABRAL, D. C. **Entre o machado e o tição: agricultura tropical extensiva e exploração madeireira no Rio de Janeiro colonial tardio**. Revista História & perspectivas. Uberlândia (36-37): 313-362, jan. /dez, 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19117/10268>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

CALAZANS, M. O. **Os sambaquis e o império: uma controvérsia na história da ciência**. XVI Encontro Regional de História. ANPUH RIO, 2014. Disponível

em:<http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400270439_ARQUIVO_OssambaquiseoImperio-MariliaAnpuhrj14.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

CAMARGO, E. P. **A malária encenada no grande teatro social**. Estudos Avançados 9 (24), 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a10.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

CAMPELO, C. **A trajetória empresarial de Henrique Lage e as relações com o Estado (1918-1942)**, 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0178>>. Acesso em: 5 maio 2015.

CANO, W. **Getúlio Vargas e a formação e integração do mercado nacional**. XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional- ANPUR, Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2636/2576>>. Acesso em: 24 set. 2014.

CARONE, E. **A república Velha: Instituições e classes sociais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

_____, E. **A república Velha: Evolução Política**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

CASTRO, S. P. O projeto político de Nilo Peçanha – a consolidação do Nilismo. In: FERREIRA, M. M. (coord.). **A República Velha da província: oligarquias e crise no Estado do Rio de Janeiro (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed, 1989.

CHRYSOSTOMO, M. I. J. **Uma Veneza no sertão fluminense: os rios e os canais em campos dos Goitacazes**. Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, v. 14, nº 2, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/9558>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

CIPRIANO, D. M; MACHADO, C. R. S. **O estudo da natureza da/na cidade: algumas contribuições da história ambiental**. Revista eletrônica Mestrado Educação Ambiental, v. 23, julho a dezembro de 2009. Disponível em: <www.seer.furg.br/remea/article/download/3951/2347>. Acesso em: 6 abr. 2015.

COSTA, F. L. **Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas.** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n5/a03v42n5.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2016.

DEBLASIS, P.; *et al.* **Sambaquis e paisagem:** Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. Arqueologia Sul-americana 3(1):29-61, 2007. Disponível em: <<http://www.museunacional.ufrj.br/arqueologia/docs/papers/rita/RAS2007.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2015.

DELGADO, N. G.; BONNAL, P.; LEITE, S. P. **Desenvolvimento Territorial:** Articulação de Políticas Públicas e atores sociais. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/IICA-OPPA-Desenvolvimento_territorial-Articulacao_de_politicas_publicas_e_atores_sociais.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

DIAS, A P; ROSSO, T. C. A.; GIORDANO, G. **Coletânea em saneamento ambiental.** Série temática recursos hídricos e saneamento volume 2. Rio de Janeiro: COAMB / FEN / UERJ, 2012. Disponível em: <<http://www.coamb.eng.uerj.br/download/coamb-RHS-Volume2.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

DORO, M. R. **Uma visão geral da Malária:** ocorrência, manifestação, prevenção e principais tratamentos. São Paulo: IQ-UNICAMP, 2011. Disponível em: <<http://gpquae.iqm.unicamp.br/textos/T6.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

DRUMMOND, J. A. **Devastação e preservação ambiental:** os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1997.

LAVERAN, A. In: Encyclopedia Britannica Online. **Alphonse Laveran.** Londres, 2014. Disponível em: <<http://global.britannica.com/biography/Alphonse-Laveran>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

FADEL, S. **Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no período do Império a Primeira República:** Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense. São Paulo: USP, 2006. (Tese de doutorado em geografia).

FARIA, T. J. P; QUINTO JUNIOR, L. P. **Os canais como estruturadores do espaço urbano:** os projetos de Saturnino de Brito para as cidades de Campos dos Goytacazes/RJ e Santos/SP. Rev. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Volume 10, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1204>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

FARIA, T. P. **Campos dos Goytacazes nos anos 1870-1880:** a modernização brasileira e o “mundo citadino”. Campos dos Goytacazes: Agenda Social. Revista do PPGPS / UENF v.2, n.2, maio/set, p. 40-64, 2008. Disponível em: <http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda_Social_6556_1238155665.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

FERNANDES, L. J. **Estado e mudança ambiental:** A “nova orientação” do saneamento da Baixada Fluminense nos anos 1930. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR 2001 Vol. 2, 2001. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/2241/2192>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

FERREIRA, M. M.& PINTO, S C S. A crise dos anos 1920 e a revolução de 1930. In: FERREIRA, J e DELGADO, L (orgs.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, vol. I, 2003.

FERREIRA, M. M. **Em busca da Idade de Ouro:** as elites políticas fluminenses na Primeira República 1889-1930. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

FIGUEIRÔA, S. F. M. **Engenheiros & Engenharia no Brasil**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de História da Ciência, v. 3, n. 1, p. 122-125, jul. / dez, 2010. Disponível em: <www.sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=28>. Acesso em: 24 nov. 2015.

GASPAR, M. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar ed., 2004. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=hT4UPoY1PGoC&oi=fnd&pg=PA7&dq=sambaqui&ots=o2MmhR9xsH&sig=TYCuyqNfjhiw4AS9kpa3k8ZmjeQ#v=onepage&q=sambaqui&f=false>>. Acesso em: 19 out. 2015.

GEIGER, P. P.; SANTOS R. L. **Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Revista brasileira de geografia, julho- setembro, nº 03, 1954.

GÓES, H. A. **Relatório apresentado pelo engenheiro chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: S/E, 1934.

GOMES, A. M. C. (org.) **Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

GOUBERT, P. História local. In: **História & Perspectivas**. São Paulo: Uberlândia, 6, p.45-47, Jan/Jun, 1992.

GOUVÊA, G. P. **Burocracia e elites burocráticas no Brasil**. São Paulo: Paulicéia, 1994.

JORNAL O CORREIO DA LAVOURA. **Intensificando o saneamento da Baixada Fluminense**. Edição1047. Nova Iguaçu, 15 de abril de 1937.

HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. (Org.) (1994). **A invenção do Brasil moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOCHMAN, G. **Logo ali, no final da avenida: Os sertões redefinidos pelo movimento sanitário da Primeira República**. Rio de Janeiro: História, Ciências, Saúde Manguinhos, vol. V (suplemento), 217-235 julho, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000400012>. Acesso em: 2 mar. 2015.

HOCHMAN, G; MELLO, M. T. B.; SANTOS, P. R. E. **A malária em foto: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade do século XX**. Rio de Janeiro: Revista História, Ciências, Saúde, vol. 9 (suplemento):233-73, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v9s0/10.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

KAWAMURA, L. K. **Engenheiro: trabalho e ideologia**. São Paulo: Editora Ática, 1981.

KORNIS, M. A. Os impasses para consolidação do nilismo: retomada, enfrentamento e acordo. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **A República Velha da província: oligarquias e crise no Estado do Rio de Janeiro (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed, 1989.

KROPF, S. P. O saber para prever, a fim de prover – A engenharia de uma Brasil moderno. In: HERSCHMANN, M. M.; PEREIRA, C. A. M. (Org.) (1994). **A invenção do Brasil moderno**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

LAMARÃO, S. T. N. **Crise econômica e centralização política**: o Estado do Rio nos primeiros anos da Era Vargas (1930-1937). Rio de Janeiro: Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada – Vol. 5 Nº 8 Jan-jun, 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/Lamarao-para-pdf.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

LAMEGO, A. R. **O Homem e o Brejo**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1945. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13016_v1.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2014.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, S.P.: Editora da UNICAMP, 1990.

LEMOES, R. L. C. N. O Republicanismo Fluminense nos quadros da crise do Império. In: FERREIRA, M M (coord.). **A República Velha da província**: oligarquias e crise no Estado do Rio de Janeiro (1889-1930). Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.

LIMA, J. E. S. **A província fluminense**: administração provincial no tempo do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Rio de Janeiro e APERJ, 2012.

MARTINEZ, P. H. **História ambiental paulista**: temas, fontes, métodos. São Paulo: SENAC, 2007.

_____, P. H. **História ambiental**: um olhar prospectivo. Uberlândia: Cad. Pesq. Cdhis, v.24, n.1, jan. /Jun, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/14086/8021>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

MATA, S. R. da; MOLLO, H. M.; VARELLA, F. F. (org.) **A dinâmica do historicismo**: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: Ed UFOP (Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia), 2008. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/seminariodehistoria2008/t/sma.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2016.

MARTINS, M. L. **História e Meio ambiente**. São Paulo: Annablume, 2007.

MELO, M. C. **Municipalismo, nation-building e a modernização do Estado no Brasil**. RBCS 23: 85-100, 1993. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_23/rbcs23_07.htm>. Acesso em: 02 mar. 2016.

MENDONÇA, S. R. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

NIVELAMENTO; CONTRANIVELAMENTO. In: Noções de topografia geral. Disponível em: <<http://www.topografiageral.com/Curso/capitulo%2002.php>>. Acesso em: 10 maio 2015.

NUNES, N. F. M. **A Experiência Eleitoral em Campos dos Goytacazes (1870-1889):** Frequência Eleitoral e Perfil da População Votante. Rio de Janeiro: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 2, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n2/a05v46n2.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

OBRA DE ARTE. In: Dicionário de Engenharia, [2001-2016]. Disponível em: <<http://www.engenhariacivil.com/dicionario>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

ORTIZ, R. J. P. **A moderna tradição brasileira: Cultura brasileira e indústria cultural**. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1991.

PÁDUA, J. A. **As bases teóricas da história ambiental**. São Paulo: Estudos Avançados, vol. 24, n. 68, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/09.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

_____. **A Profecia dos desertos da Líbia: Conservação da natureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 15 nº 44, 2000. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4151.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2015.

PORTO, H. R. L. **Saneamento e Cidadania: Trajetórias E Efeitos Das Políticas Públicas De Saneamento Na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: UFRJ – Ippur, 2001. (Dissertação de Mestrado).

RIBEIRO, A. M. M. (org.) **A modernidade como desafio teórico**: ensaio sobre o pensamento social alemão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

RIBEIRO, L. C. Q. e PECHMAN, R. (org.) **Cidade, povo e nação**: Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Obras Públicas e Indústrias. **Relatório da Comissão de estudos do Saneamento da Baixada do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: S/E, 1898.

RIO DE JANEIRO. Carta de Luiz Soares Lopes ao presidente Vargas demandando a transformação da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense em Departamento Nacional de Obras e Saneamento, 1940.

RIO DE JANEIRO. Mensagens dos Presidentes de Província do Rio de Janeiro de 1892 a 1930, 2006. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-estados-brasileiros/720488>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

RODRIGUES, M. S. F. e MIRANDA, A. C. M. **História Ambiental**: o saneamento da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revista Praxis, ano VI, nº 11, junho, 2014. Disponível em: <<http://web.unifoa.edu.br/praxis/numeros/11/25-35.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

RONCAGLIO, C. **A ideia da natureza como patrimônio**: um percurso histórico. Curitiba: Editora UFPR, Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 19, p. 111-128, jan./jun, 2009. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/14517/10888>>. Acesso em: 28 set. 2015.

SALES, J. R.; FREITAG, L.; STANCZYK FILHO, M. S. (org.). **Região**: espaço, linguagem e poder. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2010.

SCHULTZ, T. **A Transformação da Agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

SILVA, L. **A Baixada Fluminense vista através da primeira Comissão de Saneamento da república (1894-1900)**. Brasília: SHCU, 2014. Disponível em: <<http://www.shcu2014.com.br/content/baixada-fluminense-vista-atraves-da-primeira-comissao-saneamento-da-republica-1894-1900>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

_____, L. **A invenção da Baixada Fluminense: UIIO da FUNDREM (1975/89) e a representação de uma região.** BH: ENANPUR, 2015.

SILVA, L. O. **As Leis Agrárias e o latifúndio improdutivo.** São Paulo: Perspectiva, 11(2), 1997. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_02.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2016.

SIMÕES, M. R. **Ambiente e Sociedade na Baixada Fluminense.** Mesquita: Editora Entorno, 2011.

SOARES, M. T. S. **Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geografia, IBGE, vol. 2, n. 24, 1962.

SOFFIATI, A. **Os canais de navegação do século XIX no Norte Fluminense.** Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, v. 1 n. 2, jul. / dez. 2007. Disponível em: <<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/boletim/article/view/2177-4560.20070010/197>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

_____, A. **A história da Lagoa Feia através da cartografia.** IV Seminário Regional sobre Gestão de Recursos Hídricos e V Fórum do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, 2014. Disponível em: <<http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/srhidro/article/view/5575/3542>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

TURAZZI, M. I. **A euforia do progresso e a imposição da ordem: A engenharia, a indústria e a organização do trabalho do século XIX ao XX.** São Paulo: Marco Zero, 1989.

VARGAS, M. **História da ciência e da tecnologia no Brasil: uma súmula.** São Paulo: Humanitas, FFLCH, USP (Centro Interunidade de História da Ciência), 2001.

WARREN, D. **A ferro e a fogo: a história da devastação da mata Atlântica brasileira.** São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

WORSTER, D. **Para fazer história ambiental.** Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, v. 4, n 8, 1991.

Blog: DIAS, V. **As histórias dos monumentos do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 7 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com.br/2011/11/a-ponte-dos-jesuitas-resquicio-do.html>>. Acesso em: 01 mar. 2016.

ANEXOS

Anexo A – Área de atuação de Primeira Comissão Federal.

Anexo B – Rio Surui com draga trabalhando, Primeira Comissão Federal.

Anexo C – Planta do Canal do rio Imbariê, Primeira Comissão Federal.

Anexo D – Planta do canal do rio Magé.

Anexo E – Rio Caioaba antes da dragagem e limpeza, Primeira Comissão Federal.

Anexo F – Rio Caioaba após dragagem e limpeza, Primeira Comissão Federal.

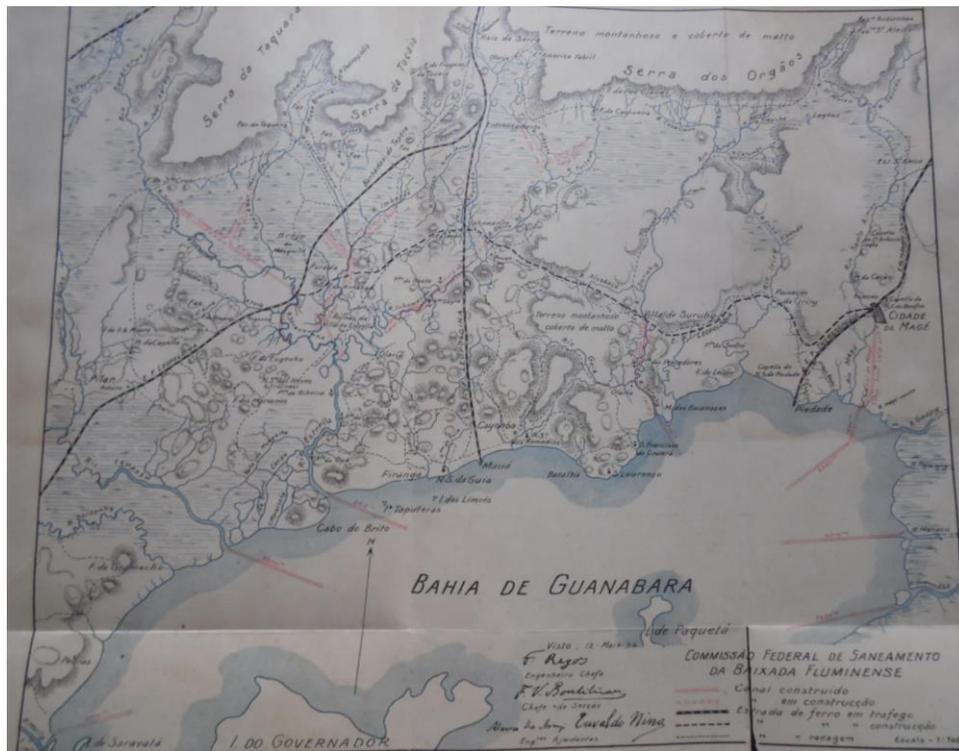
Anexo G – Casa Flutuante construída para abrigar trabalhadores da Primeira Comissão Federal.

Anexo H - As Quatro Baixadas, Segunda Comissão Federal.

Anexo I - Transporte de Lenha da Baixada para a capital federal.

Anexo J - Transporte de Lenha da Baixada para a capital federal.

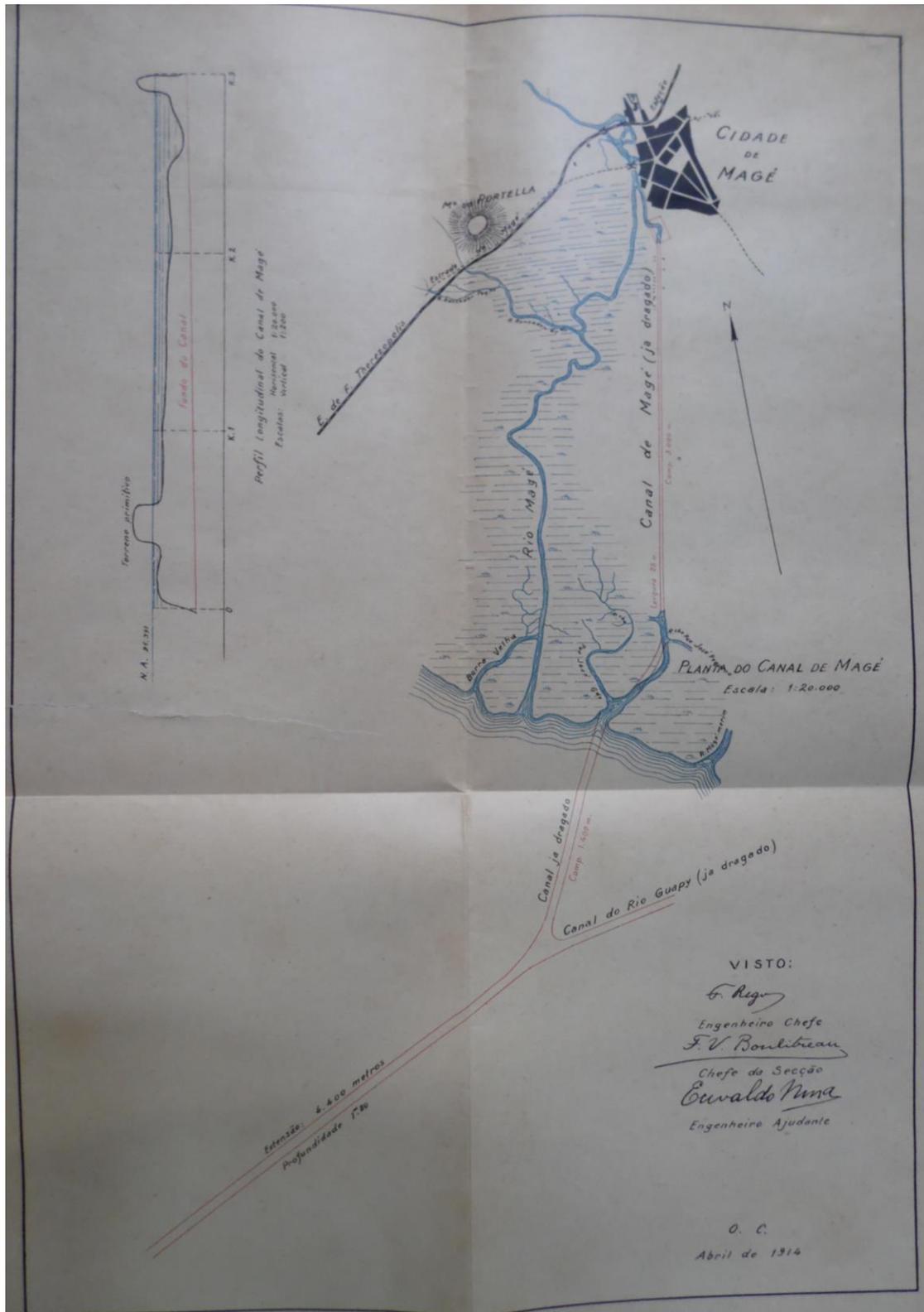
Anexo A - Área de atuação de Primeira Comissão Federal.



Anexo B - Rio Surui com draga trabalhando, Primeira Comissão Federal.



Anexo D – Planta do canal do rio Magé.



Anexo E – Rio Caioaba antes da dragagem e limpeza, Primeira Comissão Federal.



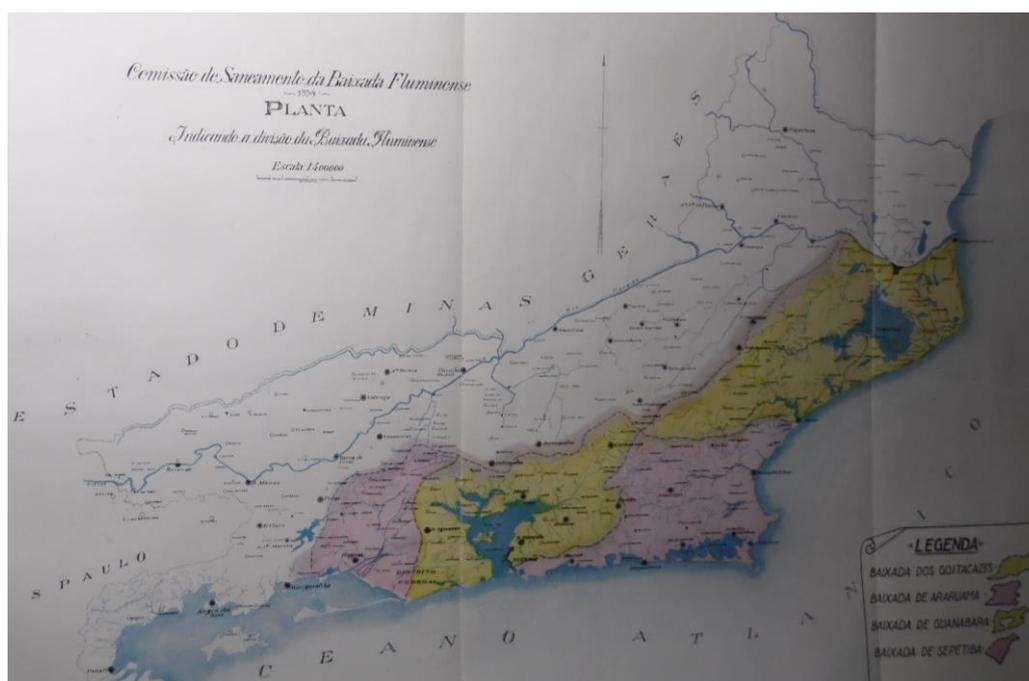
Anexo F – Rio Caioaba após dragagem e limpeza, Primeira Comissão Federal.



Anexo G – Casa Flutuante construída para abrigar trabalhadores da Primeira Comissão Federal.



Anexo H - As quatro Baixadas, Segunda Comissão Federal.



Anexo I - Transporte de Lenha da Baixada para a capital.



Anexo J - Transporte de Lenha da Baixada para a capital.

